

mapa

**Jornal de
Informação
Crítica**

*Assina o
Jornal Mapa*



NÚMERO 25
NOVEMBRO 2019-JANEIRO 2020
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT
DIRECTOR: GUILHERME LUZ



Entre a fúria imobiliária e a resistência

págs. 9 a 13

A zona da grande Lisboa atravessa um profundo processo de transformação a reboque de um furacão de especulação imobiliária através do qual a cidade se reconfigura na forma de mercadoria. Do centro à periferia, uma profunda crise de habitação toma lugar com o aumento das rendas, das desigualdades e dos despejos. Há, no entanto, quem queira lutar e resistir

Em defesa das comunidades rurais

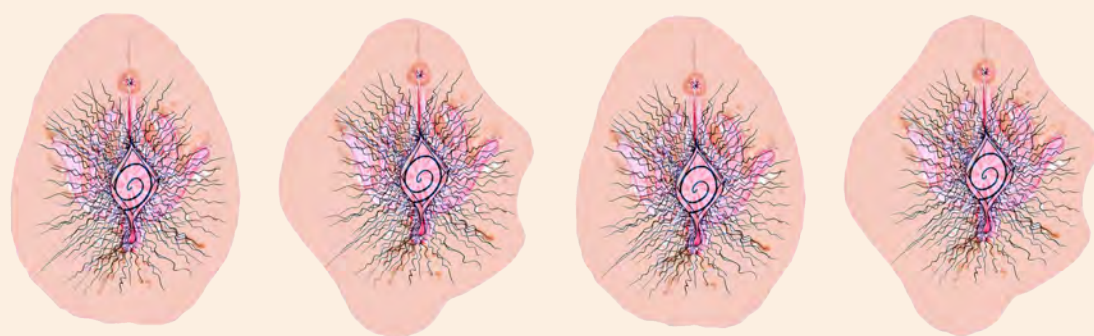
págs. 26 e 27

As mulheres na defesa dos terrenos comunitários na Galiza e a importância do ecofeminismo na valorização da terra, da vida e das comunidades rurais

Uma cartografia da insubmissão

págs. 14 a 18

Em tempos de crise da representatividade, uma conversa sobre auto-organização e democracia directa com Jorge Valadas, autor de “O Socialismo Selvagem”



Nascer em Portugal

págs. 22 a 25

Uma conversa sobre partos, direitos das mulheres e as mudanças sociais suscitadas pelos valores ecologistas, naturalistas e da soberania do corpo feminino

2 NOTÍCIAS

TEÓFILO FAGUNDES

TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

«As alternativas energéticas aos combustíveis fósseis têm de ser desenvolvidas sem ter o mercado como base. É preciso repensar a obsolescência programada, diminuir níveis de consumo energético, alterar modos de vida, no limite, a própria sociedade». Esta foi uma ideia que atravessou grande parte da conversa «Minas não! E então?», que decorreu na Casa da Achada - Centro Mário Dionísio (CA-CMD) no passado dia 19 de Outubro, e que contou com a presença de pessoas que lutam contra as minas em vários lugares e de pessoas que nunca tinham ouvido falar da questão.

Não se tratava afinal de diabolizar simplesmente a mineração do lítio – recurso no epicentro do imparável movimento popular de oposição ao afã mineiro que percorre o centro e norte de Portugal – mas da escala do seu uso e, sobretudo, a montante do que implica a extracção mineira. Ninguém, é certo, desligou de vez os telemóveis. Mas a quem nunca antes lhe ocorrera considerar as implicações mais vastas da dependência de um recurso, impôs-se-lhe passar a olhar para as implicações do seu uso infinito, até aqui uma questão insondável - agora tornada uma questão imediata quando o preço a pagar significa uma cratera aberta na aldeia. Menos imediata na cidade, mesmo que a água que a abastece

Os montes contra as minas



Manifestação contra a «febre da mineração em Portugal», a 21 de Setembro de 2019, em Lisboa, que juntou cerca de 500 pessoas vindas um pouco de todo o país

ou os alimentos que lhe chegam venham a surgir contaminados.

Foi também recorrentemente lembrado pelas vozes anti-mineração na Casa da Achada que, mesmo pensando nos termos caros ao capitalismo, entre rebentamentos e poeiras, gasto excessivo e contaminação de águas, perda de produtividade agrícola, desvalorização dos terrenos circundantes e desaparecimento do investimento (para além do que é feito nas minas), o preço a pagar é claramente superior aos proventos anunciados. O truque, como sempre, é transferir os custos para as populações locais, os lucros para as empresas e os impostos para o Estado. A agricultura enquanto actividade económica deteriora-se, o terreno, que era também mealheiro, perde valor,

a paisagem fica atractiva apenas para os raros que preferem ver uma cratera de 800 metros de diâmetro por 300 de profundidade a vistas mais naturais e verdejantes.

Apesar de tudo isto, o verdadeiro Plano de Fomento Mineiro que o governo vem implementando não tem tido oposição visível no plano institucional. Na verdade, todos os partidos com assento parlamentar tem dificuldades em secundar o executivo quanto à sua aposta no lítio. Mais Estudo de Impacto Ambiental para aqui, mais aposta nos transportes públicos para ali, ou ideias de controlo público da exploração mineira para acolá, a realidade recente demonstrou isso mesmo, nomeadamente aquando da apresentação do programa

de governo na Assembleia da República. Do muito que se ouviu sobre o assunto no plenário ficaram apenas os pedidos de transparência e as cavalgadas populistas que aproveitaram as negociações obscuras à volta da mina em Montalegre, cujo véu de especulação financeira em que assenta e depende, afinal de contas, o sector mineiro tem vindo a ser desvendado em termos mediáticos.

Numa área, o interior, onde os votos contam pouco, e perante um ambiente partidário próximo do hostil, com os meios de comunicação empresariais a não darem eco aos momentos de contestação, que fazer então? As respostas tentadas na sessão na CA-CMD podem ser reduzidas a três frases que abrem mil portas à imaginação: criar uma «cartilha que desmonte os argumentos pró-lítio; capturar o poder local; aumentar o custo de contexto. Tudo isto, se possível, com «união entre todos os montes».

E foi para falarem de união que, no mesmo dia mas no Porto, se encontraram representantes de cerca de uma dezena de movimentos anti-mineração do norte e do centro. Desse encontro nasceria o MINA (Movimento de Intervenção Nacional Anti-lítio) - cuja ideia fora já anunciada na manifestação que reunira centenas em Lisboa contra as minas a 21 de Setembro -, uma plataforma que pretende congrega vários esforços locais

para um período de grandes lutas que se avizinha, principalmente, num primeiro momento, em Morgade, Covas do Barroso e Argemela, locais onde o processo de exploração mineira está mais avançado. Assim, esta plataforma não limita a sua oposição ao lítio, mas a toda a mineração.

Neste momento (inícios de Novembro), e apesar da urgência, não é ainda claro o caminho que irá ser trilhado. O MINA está num estado tão embrionário, que é ilegítimo anunciar que se encontra «em vias de formalização», que «se prepara para recorrer aos tribunais», ou até que já definiu os seus porta-vozes, conforme foi, na altura, veiculado pela LUSA e reproduzido em alguns meios de comunicação. Mas, dada a rapidez que a urgência determina, talvez aconteça que, quando isto for lido, tudo seja já diferente. Importa, portanto, apenas deixar aqui o registo de que, nesta luta, que é realmente muito recente, os vários movimentos envolvidos, para além de manterem as suas acções locais, se estão a organizar para se ampliarem e fortalecerem através da ajuda mútua; sabendo que não dependerá de nenhuma plataforma, organização ou representação parlamentar o controlo do que acontecer no momento em que uma máquina irromper nos montes. As gentes e os lugares das serras já deixaram bem expresso o seu aviso. A sua defesa, dos montes, das aldeias, é uma defesa da vida. E estão preparados para o que der e vier.

JOÃO VINAGRE

O ano de 2019 será mais um com o furo da Bajouca por se iniciar. Mais um passo dado para pôr de lado a exploração de petróleo e gás natural pela petrolífera Australis Oil and Gas na zona oeste, nas concessões de Pombal e Batalha.

Desde junho de 2018 que o documento apresentado inicialmente pela empresa no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental acentuara a contestação local e dos grupos ambientalistas, que iniciam uma campanha de pressão política e ações de informação para os populares para se decidir como parar os furos. A razão foi-lhes dada quando a Agência Portuguesa do Ambiente declarou, um mês depois, não poder decidir-se por não saber sequer os locais exactos da perfuração. A Australis Oil and Gas veio anunciar o furo para setembro de 2019 identificando a Bajouca como o local para o furo. Não contava, porém, com a reação da população local.

Imediatamente os habitantes da zona centro (as concessões vão desde Leiria até Caldas da Rainha, passando por 12 concelhos) iniciaram contactos entre si e organizaram uma secção de informação na ABAD

A Oeste nada de furos



CLIMÁXIMO

(Associação Bajouquense para o Desenvolvimento) com a participação de centenas de pessoas das localidades em redor desse primeiro local de perfuração. Contando, a partir daí, com o apoio de ativistas e grupos ambientalistas nacionais e internacionais, dezenas de ações têm sido realizadas em vários concelhos da zona oeste. O que viria a resultar na criação

Uma das ações realizadas no acampamento foi a plantação de árvores no terreno onde está projetado o furo: ainda hoje são regadas, repostas e mantidas pela população, mesmo depois de algumas terem sido arrancadas.

do Movimento do Centro contra a Exploração de Gás, que faz pressão junto dos municípios e se manifesta em encontros organizados pela Australis Oil and Gas. Deste movimento, juntamente com a ABAD e o Climáximo, surgiu em julho passado o «acampamento climático» Camp in Gás na Bajouca, onde, em dia de manifestação, afluíram largas centenas de pessoas e donde saíram ações e grupos que perduram até hoje. Uma das ações realizadas no acampamento foi a plantação de árvores no terreno onde está projetado o furo: ainda hoje são regadas, repostas e mantidas pela população, mesmo depois de algumas terem sido arrancadas.

Inicialmente os dois contratos de prospeção e exploração previam a realização de sondagens (uma em cada concessão) até ao final de 30 de setembro deste ano. Mas a empresa, seguindo os conselhos das entidades e o guião ministerial, deu início ao processo de Avaliação de Impacto Ambiental a 1 de Outubro de 2018, assim suspendendo os prazos do contrato e ganhando tempo. Porém, a mobilização popular, pelo menos na região da Bajouca, só tem crescido com o tempo. E a voz corrente vai-se repetindo: Furos? Nem Aqui, Nem em Nenhum Lado!

Ribeira de Quarteira resiste ao turismo de luxo



FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCO COLAÇO PEDRO@GMAIL.COM

Chama-se «Cidade Lacustre» ou «Vilamoura Lakes» e foi outrora idealizada por André Jordan. O milionário, que acaba de publicar as suas memórias, era dono do maior *resort* do país – dois mil hectares e cinco campos de golfe em torno da Marina de Vilamoura – e quis estendê-lo até à Ribeira de Quarteira com uma urbe de luxo sobre a água. O projeto incluía um elevador para iates, para milionários de todo o mundo os poderem atracar à porta das vivendas.

Em 2008 a «Cidade Lacustre» obteve parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente e reconhecimento de Projeto de Interesse Nacional (PIN), tornando-se mais um negócio privado com a chancela de «interesse público». Para a Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, é «um dos maiores atentados cometidos sobre o ambiente no Algarve», que irá destruir toda uma zona húmida com elevada riqueza ambiental, patrimonial e social.

O projeto que hoje ameaça avançar é mais humilde: uma cidade turística de 60 hectares, com 834 unidades de alojamento, mais de mil fogos habitacionais e diversos restaurantes em torno de quatro lagos artificiais, alimentados pela água do mar e interligados por canais.

Na sequência da vasta oposição popular e da centena de participações na consulta pública (que decorreu discretamente durante o verão de 2018 e com repetidas falhas informáticas), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve decidiu no fim de setembro suspender por seis meses a avaliação de impacto ambiental. Exige que o promotor altere o projeto e reduza os

«efeitos negativos identificados em diferentes fatores ambientais, tais como o património cultural arqueológico, a paisagem, a biodiversidade, o território, a socio-economia, a geotecnia ou as alterações climáticas».

«Não é possível permitir que um projeto pensado à realidade de 1999 possa avançar em 2019 (assente em planos obsoletos criados à pressa para fugir à proibição de construção junto da orla costeira), num planeta à beira do colapso ambiental e social, com a emergência climática, a destruição da biodiversidade e de habitats na ordem do dia», afirma no Facebook o Movimento Ribeira de Quarteira – Contra a Cidade Lacustre. «Não podemos permitir que vendam todo o nosso património natural para usufruto de elites na sua maioria estrangeiras, sem benefício para o cidadão comum e com prejuízo para as gerações vindouras».

«Um dos maiores atentados cometidos sobre o ambiente no Algarve», que irá destruir toda uma zona húmida com elevada riqueza ambiental, patrimonial e social.

Os quase dez mil habitantes previstos na fase de exploração do loteamento, sem contar com os trabalhadores, implicam um aumento ainda maior da pressão humana na região, nomeadamente no consumo de água – um bem cada vez mais escasso. O projeto obriga ao desvio do vale Tisnado, o desassoreamento da foz da ribeira de Quarteira e a construção de um dique ao

longo de quase dois quilómetros de proteção contra cheias, numa das zonas do concelho de Loulé mais vulneráveis à subida do nível das águas. Parte dos lagos seria feita sobre lagos de água doce existentes. O loteamento engloba também as ruínas romanas do Cerro da Vila, um povoado portuário que terá sobrevivido ao declínio do império romano e classificado como «monumento de interesse público».

Quanto aos atuais impérios dos negócios, a Lusotur de Jordan, que detinha e geria o complexo turístico de Vilamoura, passou a chamar-se Lusort quando foi comprada por um fundo espanhol e, desde 2015, Vilamoura World, depois de comprada pelo fundo norte-americano Lone Star. É o mesmo grupo financeiro que adquiriu o Novo Banco a custo zero, quando o estado português já ali tinha depositado 5,8 mil milhões. Esta espécie de hiena das finanças tem como estratégia encontrar «oportunidades em mercados que passaram por uma crise económica ou bancária». Só nos últimos anos, em Portugal, o Lone Star comprou barato para vender caro o Dolce Vita do Porto, Douro e Coimbra, o edifício do Monumental e uma das Torres de Lisboa.

Por Vilamoura, a corrente parece estar a mudar. A «Cidade Lacustre» poderá vir a ter nova consulta pública e nova avaliação do Estudo de Impacte Ambiental. Este ano, já por duas vezes o município de Loulé suspendeu o PDM para travar a construção de empreendimentos urbanísticos. Um deles, a Quinta do Oceano, poderia vir a ser mais um *resort* de dez hectares num terreno adquirido por um fundo imobiliário do Novo Banco, devastando a foz do Almargem. Do executivo presidido por Vítor Aleixo – neto do «poeta do povo», António Aleixo, e presidente da entidade intermunicipal para adaptação às alterações climáticas – espera-se ação para proteger também a Ribeira de Quarteira.

Para quem são as vistas no Barreiro?



FILIPENUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A Quinta do Braamcamp é um local de memória do Barreiro. Um último reduto no estuário colado às portas da cidade. A avifauna do Tejo cruza-se com o engenho humano dos moinhos de maré e as ruínas da indústria corticeira. Marcas da história de uma quinta cobiçada pela febre imobiliária, ali virada de frente para Lisboa.

Adquirida ao BCP por 2 milhões e 900 mil euros, na posse da autarquia do Barreiro desde 2016 e classificada no ano seguinte como Sítio de Interesse Municipal de Alburrica e do Mexilhoeiro pelo seu património moageiro, ambiental e paisagístico, a Quinta do Braamcamp foi posta à venda em março deste ano, com uma base de licitação de 5 milhões e a perspectiva da construção de 184 fogos e uma unidade hoteleira. Com os seus 21 ha e uma área de edificação em PDM de 7,37 ha, os terrenos são há muito apetecidos, conforme anunciava em 2012 o projecto imobiliário do Millennium BCP para o local, alicerçado na projectada terceira travessia do Tejo pelo Barreiro. Este ano, Rui Braga, vereador da Gestão e Reabilitação Urbana da autarquia, referia ao semanário SOL como «tem havido um assédio positivo, o que é fácil de explicar tendo em conta a vista privilegiada para Lisboa».

O anúncio da venda constituiu o motivo para surgir a Plataforma Cidadã Braamcamp é de Todos e uma petição pública que não esconde a disputa entre o anterior poder autárquico comunista e o novo (desde 2017) poder socialista. As conclusões do seminário *Que Futuro para a Quinta do Braamcamp?*, organizado em junho passado para

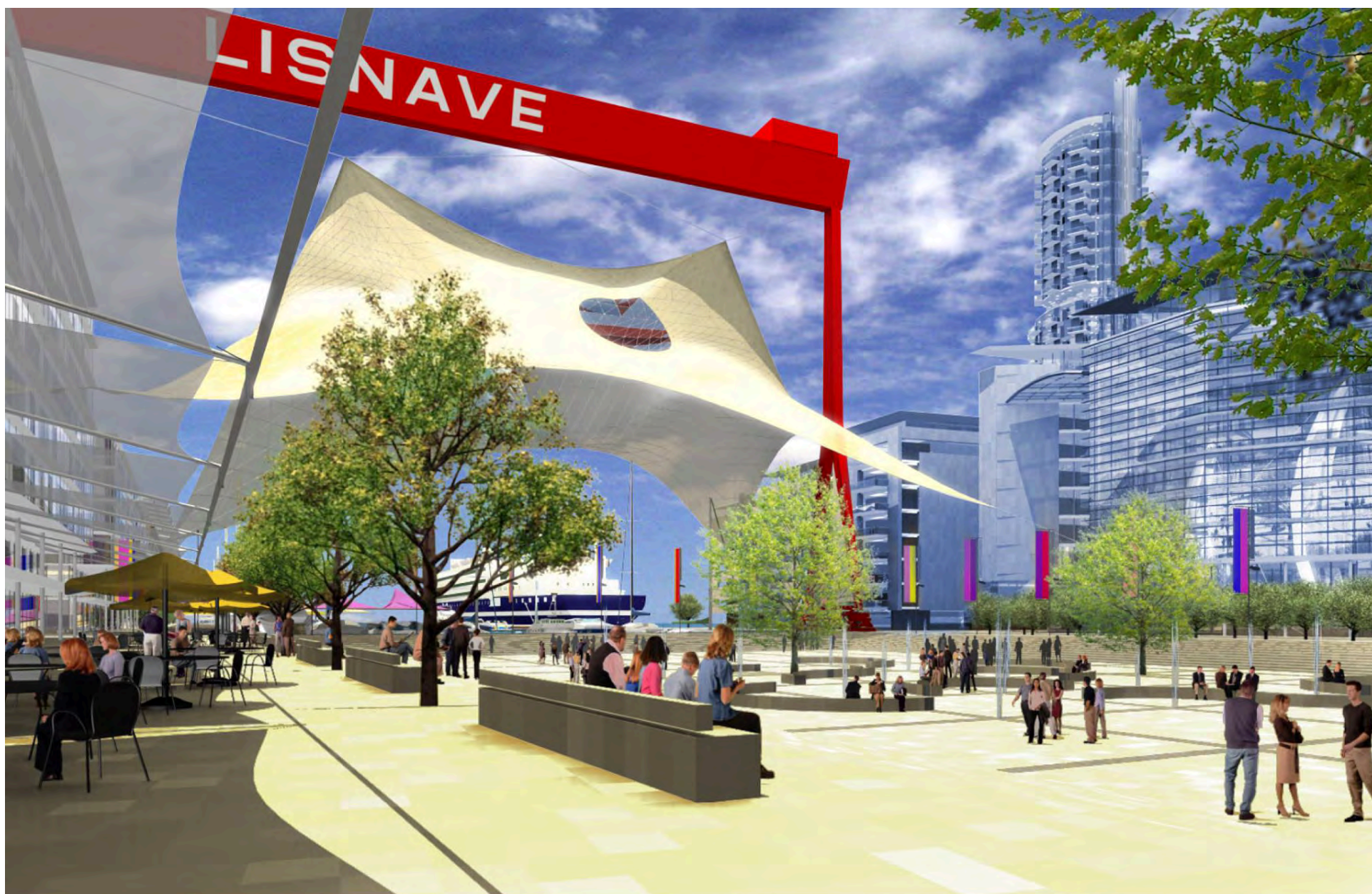
«incentivar a mobilização dos barreirenses para impedir a venda», salientavam que «a riqueza da sua biodiversidade e a sua fragilidade, que resulta das atuais perspetivas sobre as alterações climáticas e ambientais, impõem cuidados redobrados que só os interesses públicos estão em condições de representar e salvaguardar». Daí a oposição à «venda da Quinta, para satisfação de projetos privados comerciais» reclamando que o que venha a surgir resulte «do debate que se faça e da vontade dos Barreirenses que são os principais credores do espaço. Eles e as populações circundantes». O manifesto da Plataforma alerta para o facto de que a venda irá trocar «os aspectos identitários, paisagísticos e ambientais por meros metros quadrados de capacidade de construção, sem uma visão ampla e alargada da cidade com os diferentes espaços que se complementam».

Perante a argumentação do

No grande tabuleiro do monopólio imobiliário que hoje é a margem sul, é apontada a vulnerabilidade ecológica junto às margens do rio.

encaixe financeiro no grande tabuleiro do monopólio imobiliário que hoje é a margem sul, é apontada a vulnerabilidade ecológica junto às margens do rio, zonas de risco de inundação resultante das alterações climáticas e a aniquilação de valores naturais e culturais. O direito a um espaço para a população e o direito à paisagem estão também no cerne dos protestos contra as incertezas e os perigos da hasta pública de mais um pedaço do estuário do Tejo.

A cidade de Almada atirada ao rio



A Cidade da Água (ou *Lisbon South Bay*), é a aberração que lidera o entusiasmo da fome voraz da alta finança imobiliária pela margem sul de Lisboa.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Em Almada, perante a gritante operação imobiliária em marcha no Cais do Ginjal, na privilegiada frente ribeirinha de Cacilhas, um grupo de «cidadã/os almadenses e fazedores/as de cidade» manifestava em fevereiro de 2018, no processo de consulta pública do Plano de Pormenor do Cais do Ginjal, ser legítimo perguntar «que nova cidade será esta? E para quem será esta cidade?»

Defendem esses moradores que «a influência negativa da especulação ou de qualquer outra forma de geração de lucro fácil baseada na propriedade e desprovida de investimento na comunidade local deverá ser, na nossa opinião, ativamente desencorajada». De nada serviram estes moldes de «participação pública». A socialista Câmara Municipal de Almada finalizou já os procedimentos para a aprovação do Plano de Pormenor, dez anos depois de iniciado pelo executivo comunista. E fê-lo já depois de «concertado» o plano que merecera parecer desfavorável em 2016

pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, pela AMARSUL (entidade responsável pelos resíduos urbanos), e pela Agência Portuguesa do Ambiente e da Direção-geral do Território; e depois de cumprida a *performance* da auscultação pública, cuja apresentação pública do plano apenas tivera lugar a duas semanas do fim da consulta.

Almada - a «Riviera portuguesa»

A finança rejubila perante, como apelidam os média imobiliários, «os projetos que farão de Almada a «Riviera portuguesa». Depois de Lisboa, a grande aposta é agora toda a margem sul, começando obviamente pela apetecível frente ribeirinha, que está na mira de vários projetos de urbanização megalómanos, entre os quais se inclui o Cais do Ginjal.

Em fevereiro deste ano, o portal de anúncios imobiliários Idealista, através da idealista/news, dava bem conta do «plano futurista em contagem decrescente para a derradeira descolagem de Almada»: «apetece dar um salto no tempo até 2030, quando muitos dos grandes projetos estratégicos, como a Cidade da Água ou o Cais do Ginjal, já estarão bem desenvolvidos ou na reta final.» O plano da nova «Riviera portuguesa» começou a ser traçado há 20 anos com o anúncio dos projetos para os antigos estaleiros navais da Lisnave, em Cacilhas: a «Manhattan de Cacilhas» e a «Torre Biónica». Destas excentricidades descende agora o projeto *Lisbon South Bay*, equiparada a um novo Parque das Nações e anunciada pomposamente como Cidade da Água: 2 km de zona ribeirinha

(Margueira, Mutela, Cova da Piedade e Cacilhas) de habitação, escritórios, comércio, restauração, hotéis, um terminal fluvial intermodal e uma marina.

Sinais dos tempos, os grupos industriais da margem sul deram lugar à finança de rosto imobiliário, convertendo desde 2009 a Quimiparque (Barreiro), a SNESGES e a Urbindústria (Seixal) e o Fundo Margueira Capital (antigas instalações da Lisnave) na «empresa de gestão territorial e parques empresariais» Baía do Tejo S.A., projetada para atuar no Barreiro, Seixal e Almada (onde lidera o gigante projeto imobiliário Cidade da Água).

Um «sonho» de casa na praia

De Almada seguimos, pela linha de costa e até à foz, o entusiasmo (do) Idealista: «no mercado imobiliário comenta-se já que a Trafaria poderá vir a rivalizar com a zona de Belém» – uma vez ultrapassado, claro está, o incómodo dos bairros do Primeiro e Segundo Torrão perto da praia de São João, onde milhares de pessoas vivem em condições precárias há cerca de 40 anos. Nunca aí chegou plenamente

o saneamento básico ou o acesso à água, sendo precário o acesso à eletricidade. Nesses bairros ilegais, o «sonho» de uma casa na praia com vista para Lisboa não é promessa para as famílias que ali vivem. Para estas está reservado, com sorte, um realojamento para libertar os terrenos situados em zona de restrições ambientais e pertencentes ao Porto de Lisboa e privados. Também na Trafaria «a requalificação da frente ribeirinha obriga à realocação do terminal fluvial e realocação das instalações do porto de pesca, mas também a uma reestruturação do Bairro Madame Faber e da Cova do Vapor», ameaçando o destino dos seus moradores.

O turismo impera ainda no Plano de Pormenor de São João da Caparica, que prevê a possibilidade de instalação de um campo de golfe na Mata dos Franceses, e são ainda consideradas zonas de potencial desenvolvimento turístico as zonas de Murfacém e a Quinta de Nossa Senhora da Conceição, falando-se ainda de como o Cais da POL NATO «poderá ser reconvertido para atividades de lazer e recreio» à semelhança

No mercado imobiliário comenta-se já que a Trafaria poderá vir a rivalizar com a zona de Belém» – uma vez ultrapassado, claro está, o incómodo dos bairros do Primeiro e Segundo Torrão perto da praia de São João.

do Forte da Trafaria e da Bateria da Raposeira.

Cidade para quem?

Regressemos a Cacilhas, onde a requalificação da rua Cândido dos Reis deixou já bem claro as marcas da gentrificação e turistificação da zona. No primeiro andar do nº 121 resiste ainda o Centro de Cultura Libertária – o ateneu anarquista mais antigo da península ibérica – e que há vários anos leva uma luta contra a especulação das rendas. Aí se reuniram em 2018 um grupo de moradores em Almada, que redigiu o documento enviado à Autarquia contestando o plano de pormenor para a urbanização do Cais do Ginjal, vindo a organizar alguns momentos de debate à volta da questão da «cidade para quem», incluindo duas assembleias de rua. O movimento foi perdendo força, mas a contestação continuou presente noutras situações, como quando Os Dias à Margem e outras associações juvenis almadenses pediram explicações sobre o futuro da Casa da Juventude de Almada - Ponto de Encontro, numa sessão sobre os moldes de funcionamento da

mesma. O projeto imobiliário do Cais do Ginjal prevê a demolição e realocização da «casa da juventude» e do Centro Paroquial de Almada, para ali erguer um silo automóvel. Apesar de prometido não se conhece projeto para o novo edifício do Ponto de Encontro. A partir da necessidade de regeneração urbana do local, o projeto do Cais do Ginjal, que vem a ser «mastigado» desde 2009, estende-se por uma área bruta de construção enorme, cerca de 10 hectares, e prevê a transformação dos antigos armazéns industriais em mais de 300 fogos de habitação, um hotel, lojas, restaurantes e parque de estacionamento para 600 automóveis. Os terrenos envolvidos pertencem na sua quase totalidade ao Grupo AFA, do madeirense José Avelino Farinha, que comprou em 2009 os terrenos à Galp Energia por 2,3 milhões de euros. O valor global de investimento previsto ronda os 250 milhões de euros.

A reboque da evidente necessidade de regeneração da zona, a filosofia de recuperação da frente ribeirinha de Cacilhas, assumida pelos executivos camarários, como ocorre na

outra margem do Tejo, deixa sem resposta os principais e fulcrais aspetos do desenho participado das cidades. Pontuando os projetos aqui e ali com elementos de usufruto cultural do espaço público ou musealizando sem vida as memórias dos lugares, fica de fora o que o grupo de «cidadã/os almadenses e fazedores/as de cidade» manifestava em 2018: uma preocupação com «o investimento especulativo, a fim de reduzir a quantidade de propriedade transacionável que possa catalisar aumentos dos preços da habitação e desalojamento» e com «a monofuncionalidade e a hiperespecialização económica no setor turístico, que descaracteriza os bairros históricos e torna o tecido social e económico da cidade mais vulnerável à volatilidade da procura turística internacional e a uma crise no setor».

Preocupações que haviam levado esse grupo de moradores de Almada a condenar uma «proposta de combinação de habitação, hotéis de luxo, negócios de pequena escala e mercados [que] foi já implementada em muitas cidades, e tem revelado dificuldades em gerar espaços inclusivos a nível económico, social e urbano.» Uma «retirada dos campos da arquitetura e do urbanismo da sua responsabilidade social. Campos profissionais que deveriam ser capazes de fomentar cidades abertas, inovadoras, culturalmente inclusivas e progressistas.»

A filosofia de recuperação da frente ribeirinha de Cacilhas, assumida pelos executivos camarários, como ocorre na outra margem do Tejo, deixa sem resposta os principais e fulcrais aspetos do desenho participado das cidades

JOÃO TRINDADE - FLICKR



ATENÇÃO à DIREITA



VLADIMIR

A ideia-base desta coluna fixa será dar, a cada novo número do MAPA, um breve panorama do que se vai passando no submundo da extrema-direita portuguesa, a tal que até há pouco não tinha representação parlamentar e que agora, ó surpresa, já tem. Mas mais do que aquilo que é bem visível até aos mais distraídos e que passará por todos os media – os achques do novel deputado André Claro Ventura e todas as suas tentativas de cavalgar o mínimo incidente para vir agigantar um sentimento de insegurança e de desconfiança face a cada alvo que escolher («os ciganos», «os corruptos») – interessa ir rastreando, na medida do possível, a actividade de uma extrema-direita dura, que olha com desdém e agora com ressentimento para esta extrema-direita *light* recém-chegada, com um betinho que até vem do PPD e da social-democracia, e que do nada ultrapassou os bravos lusitanos do Partido Nacional Renovador que há tantos anos e sem sucesso tentavam passar dos 30 mil votos. Não é por isso de estranhar a choraminguice do seu *kapo*, José Pinto-Coelho, quando no rescaldo das Legislativas de 6 de Outubro lançou um *tweet* nestes termos: «Muito triste... vir um oportunista, levado ao colo pela comunicação social, cheio de dinheiro, com *outdoors* em todo o país, apropriando-se de parte do nosso discurso – sem convicção – rouba-nos anos de trabalho. Muito triste». Mas estas duas agremiações que se prestam ao jogo eleitoral burguês pouco interessam às falanges mais radicais, que tendem a só ser faladas quando começa ou termina um qualquer processo judicial, como o dos 37 motoqueiros dos Hells Angels presos preventivamente na sequência de um ataque a um restaurante no Prior Velho (Loures, Março de 2018) onde pacatamente almoçava o grupo (Los Bandidos) de Mário Machado, o simpático que fez furor ao ser entrevistado num programa televisivo da manhã.

A primavera/verão de 2019 foi animada para as hostes desta extrema-direita dura: a 4 de Maio, o Escudo Identitário (grupo recente, com gente jovem dada ao desporto e às romarias a Guimarães) organizou o fórum «Prisma Actual», com uma convidada vinda da Ucrânia (laboratório e campo de treinos dos grupelhos nazis de toda a velha Europa) em representação do batalhão Azov, o líder Afonso MA e um conhecido tenente-coronel aviador que devia andar perdido. O Escudo Identitário (com núcleos em Lisboa, Porto e Braga) é vagamente monotemático: a sua luta maior é contra aquilo a que chamam a «ideologia de género» e a «ditadura sexual de uma minoria», que os leva a colarem resmas de cartazes junto a escolas secundárias. Mas a Nova Ordem Social não se quis ficar atrás e em Agosto também organizou a sua conferência internacional – com problemas logísticos quando o hotel onde tinham reservado sala os deixou apeados a menos de 24 horas do início da coisa. No dia seguinte, lá foram a uma cadeia de hotéis com capitais indianos, a SANA, e as imagens e vídeos publicadas no *site* do arquivo Ephemera mostram o tom da *charla*. «Não passarão!», foi o aviso que nessa mesma tarde centenas de pessoas deixaram ao subir o Chiado.

Os grupos aqui referidos têm uma coisa em comum: não se gramam uns aos outros. No próximo texto abordaremos a única revista de extrema-direita em publicação em Portugal (não, «O Diabo» não é uma revista), uma editora e uma agência de notícias. Pelo menos, é assim que cada uma destas estruturas se apresenta. Já agora, viram a capa de «O Diabo» de 25 de Outubro (de 2019, claro)? Gritava assim na primeira página: «ECOTERRORISTAS Ambientalistas radicais são as novas brigadas vermelhas».

Semear um jardim e cortar no El Corte Inglés



Estação da Boavista em 2008, Wikimedia Commons, Nuno Morão, Flickr - nmorao

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

Foi outrora a primeira estação de comboio do Porto. Hoje, os amplos terrenos da estação da Boavista estão abandonados pela atividade humana – mas reservados, por 99 anos, para o El Corte Inglés, por misteriosos contratos com a Infraestruturas de Portugal. Vinte anos depois da primeira abordagem, o grupo espanhol está neste momento a tratar do licenciamento para um mega centro comercial no local, obra que deixaria a Câmara do Porto muito «satisfeita» e que poderia arrancar em 2020.

Para já, as fundações que se constroem são as do sonho e da resistência. A vontade há muito sentida pela população foi por fim manifestada: ter ali «um espaço verde, para usufruto público, de adultos e crianças». A petição

online «A favor de um jardim público no centro da Boavista e não mais um centro comercial», criada a 27 de setembro, foi até à escrita destas linhas assinada por 4028 pessoas.

«O centro da cidade do Porto e o centro da Boavista têm uma carência flagrante de jardins públicos. Mais um centro comercial, com valências de hotelaria e ginásio, é absolutamente desnecessário nesta zona já repleta de centros comerciais, unidades hoteleiras e ginásios. Contribuirá

para a intensificação do trânsito, já bastante congestionado na Boavista, e para um maior estrangulamento do pequeno comércio», afirmam as subscritoras.

Shopings na zona são vários: cidade do Porto, Bom Sucesso, Península ou Brasília. Jardins, só o que está cercado por carros na Rotunda da Boavista. Em alternativa à «intensificação crescente do betão e da circulação automóvel», as subscritoras propõem «um espaço verde no centro da cidade, concebido de

forma sustentável, com necessidade reduzida de intervenção humana, água e energia, fomentando a biodiversidade e uso de plantas autóctones».

A iniciativa faz recordar duas outras em Lisboa: o Movimento Jardim no Martim Moniz (jardimartimoniz.pt), uma praça pública privatizada, inteiramente vedada há quase um ano, onde se começara a fazer um centro comercial ao ar livre, até que a população conseguiu que o município abandonasse o projeto, exigindo um jardim; e o Movimento pelo Jardim do Caracol da Penha (caracoldape-nha.info), que em 2017 travou a construção dum parque de estacionamento e garantiu um espaço verde para usufruto público.

A Campo Aberto já manifestou o apoio à petição. A associação ambiental lembra a importância dos espaços verdes para as crianças – e das crianças para a cidade – e a possibilidade de

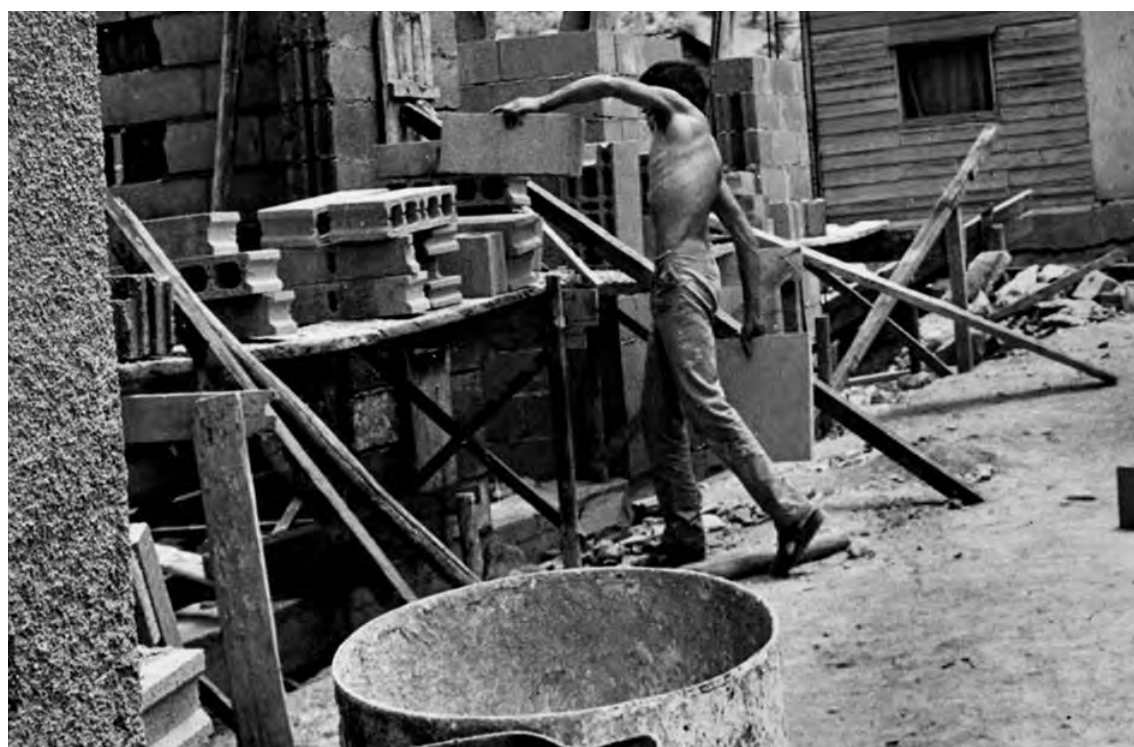
desenvolver neste jardim da Boavista um «miniecosistema», que inclua hortas urbanas. O executivo «poderá prosseguir e agravar os erros anteriores, continuando a “atafulhar” a cidade, ou poderá ter a coragem (de que ficará responsável perante as gerações futuras) de travar a corrida à impermeabilização do que resta de solo livre» e à «edificação e privatização dos espaços públicos». Para a Campo Aberto, esta é «uma oportunidade a não perder» para aproximar a cidade da média europeia de espaços verdes por habitante, de 42 metros quadrados, ao passo que no Porto anda «pelos 12 ou 13».

O grupo El Corte Inglés aumenta anualmente os seus lucros em Portugal, que foram no ano passado de 29 milhões de euros. Uma outra petição, intitulada «A favor do estabelecimento do El Corte Inglés no centro da Boavista em vez da criação de MAIS UM jardim», conta seis assinaturas.

O centro da cidade do Porto e o centro da Boavista têm uma carência flagrante de jardins públicos. Mais um centro comercial, com valências de hotelaria e ginásio, é absolutamente desnecessário nesta zona já repleta de centros comerciais, unidades hoteleiras e ginásios.

Pôr a Relvinha no centro!

Um bairro com uma história única na cidade de Coimbra tem uma campanha de angariação de fundos, através de crowdfunding, a decorrer para conquistar o direito à cidade.



Autoconstrução da Relvinha, Anos 1970

JOÃO BAÍA
JOAOBAIACOSTA@HOTMAIL.COM

Em 2003, no âmbito da Capital Nacional da Cultura em Coimbra, a Associação Cívica Pro Urbe propôs e dinamizou o projecto Relvinha.CBR_X que trouxe um grupo de 30 pessoas (arquitectos, actores, estudantes) que conviveram durante o mês de Agosto com os moradores do Bairro da Relvinha. Os responsáveis pela autoria e coordenação deste projecto foram Luís Sousa, Tiago Hespanha e Vasco Pinto. No final, em Setembro, realizaram uma peça de teatro a partir das memórias dos moradores e fizeram um projecto de um espaço sócio-cultural, onde se pudessem programar diferentes tipos de actividades. A peça de teatro e o projecto do espaço social e cultural resultaram de dois workshops orientados pelo encenador Carlos J. Pessoa e pelo arquitecto João Mendes Ribeiro, respectivamente. Os membros do CBR_X e os moradores ocuparam uma antiga oficina de metalomecânica, que estava devoluta, localizada no bairro, e desenvolveram um projecto para a sua transformação num espaço social, cultural e recreativo.

Passados 16 anos, o projecto da construção de um espaço social e cultural ainda não está concluído, de forma a satisfazer os desejos e as necessidades apontadas pelos moradores. Apesar dos apoios da Junta de Freguesia de Eiras e São Paulo de Frades e do apoio da Câmara Municipal de Coimbra, que cedeu o terreno em 2009 para a construção do



COOPERATIVA SEMEAR RELVINHAS

projecto, os moradores sentiram a necessidade de promover uma angariação de fundos para finalizar esta obra.

A Cooperativa de Construção e Habitação Económica, Semearrelvinhas, fundada 10 anos após a criação da Associação de Moradores, em 1976, tinha «dois objectivos fundamentais: a construção e manutenção de fogos para habitação dos seus membros e a promoção de outras iniciativas de interesse para os cooperantes nos domínios social, cultural, material e de qualidade de vida. É no interesse do cumprimento deste último

objectivo que a Cooperativa reclama uma Sede Social, um espaço polivalente que serviria de apoio a actividades culturais e ocupação dos tempos livres, onde passaria também a funcionar um Centro de Dia, uma delegação da Junta de Freguesia e a sede da Cooperativa, um espaço que venha a substituir a antiga sede, uma das barracas de madeira sobrevivente que há doze anos foi demolida por ordem da Câmara Municipal de Coimbra. Neste “barracão” juntavam-se os moradores e organizavam-se uma série de actividades, momentos de convívio

que se perderam devido à falta de uma infra-estrutura adequada de apoio» (Jornal CBR_X, 2003).

Quando a este crowdfunding se deu o nome «Pôr a Relvinha no centro», queria-se reivindicar uma cidade mais policêntrica, uma democratização do acesso à cultura, uma deslocalização do antigo centro político, cultural, intelectual e económico da cidade. Este não deveria ser um espaço para dinamizar actividades apenas e só para os moradores do bairro da Relvinha e dos bairros vizinhos, mas sim um espaço que dinamizasse actividades que atraíssem os moradores de todos

os bairros da cidade, conferindo-lhe centralidade, constituindo-se como um ponto de encontro de gente diversa.

Quando se entra no bairro podemos ler numa das entradas a placa toponímica José Afonso, autor da canção Utopia, cujo verso «cidade sem muros nem ameias» pode remeter para esta ideia de criação de porosidades entre o centro e a periferia, de cruzamento de públicos. A escolha deste cantor para dar nome a uma rua do bairro está relacionada com a história de luta deste bairro, única na cidade de Coimbra.

Ao virar na rua com o nome do bairro, ao fundo avista-se um parque infantil e em baixo um mural com a história do bairro desenhada. Este mural foi pintado num dia, em 2009, por membros do CMA-J (Colectivo Múmia Abu-Jamal), do GAFFE (Grupo as Formigas Fora da Estrada) e contou com um concerto do Coro da Achada e do GEFAC (Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra), que ajudaram a animar a «Festa da pintura do mural da história do Bairro da Relvinha», organizada pelos moradores, que contou com a participação de mais de 100 pessoas. A pintura do mural contou com o apoio de avós e bisavós que tinham participado na autoconstrução, com os netos e bisnetos. Construiu-se património a partir de baixo, em autoconstrução. Enquanto os moradores pintavam o mural, iam transmitindo a história do bairro. Estas memórias sobre este período em que houve uma maior mobilização e participação dos moradores do bairro, transmitidas entre gerações, são importantes para

8 APOIA A RELVINHA

aumentar o espaço de experiência colectivo. Este tipo de memórias que não estão escritas nem inscritas na história das cidades e nas memórias oficiais, julgo, têm um papel muito importante para a valorização de um património de resistência ausente da memória oficial e escrita da cidade de Coimbra, que continua a privilegiar a história do centro da cidade, da universidade e do movimento estudantil. Com a passagem da universidade e da Rua da Sofia a património mundial parece que a tendência para obliterar o conflito, para contruir uma memória una e indivisível que esteja pronta a comprar, a consumir pelo turista que passa pela cidade, se acentua.

Mas afinal qual é a história deste bairro? O que a distingue dos outros? Porque deveria ser inscrita na história da cidade? O anteprojecto de urbanização de embelezamento e de extensão da cidade de Coimbra, de 1948, previa o crescimento da cidade de Coimbra para Norte. Neste projecto constava uma política de zonamento que procurava localizar fábricas e habitações dos operários nas coroas periféricas mais afastadas do centro.

Devido a este plano e às obras de Alargamento da Avenida Fernão de Magalhães foram desalojadas 27 famílias, em 1954, da Rua do Padrão, Arco Pintado e da zona da Estação Velha, conhecida por Coimbra B. Em 1957, foram realojadas provisoriamente em casas de madeira no local onde hoje está localizado o bairro da Relvinha. As condições de habitabilidade foram-se degradando até à Revolução de Abril de 1974, pois o provisório tinha-se tornado definitivo, altura em que os moradores do bairro se organizaram, aproveitando alguma da experiência acumulada de alguns dos seus moradores no combate e resistência ao fascismo e contacto com diferentes sectores da oposição.

No dia 25 de Abril de 1974, o golpe militar que obteve um forte apoio popular foi obrigado a ir além dos objectivos iniciais do MFA, abrindo-se uma janela de oportunidades para os movimentos sociais urbanos. A forte carência habitacional nas grandes cidades conduziu à criação do SAAL pelo secretário de estado da habitação e do urbanismo, Nuno Portas. Projecto ainda hoje incontornável quando se fala em políticas de habitação. Este processo foi um projecto piloto que deixou uma marca na história da arquitectura e da habitação em Portugal. Porém, foi também um processo complexo, que teve que ultrapassar vários obstáculos. Cada Operação, cada zona Norte, Centro/Sul e Algarve, cada brigada, cada associação de moradores, cada cidade, cada bairro tinha características específicas que possibilitaram cumprir alguns dos objectivos do SAAL. Para se constituir uma operação SAAL, os moradores tinham que se organizar e formar uma associação de moradores, ficando com a gestão e o controlo da operação a seu cargo. O SAAL



A Relvinha em 1976

FOTO DE HANS JANKE



Mural na Relvinha em 2017

FOTO DE ANA FILIPA OLIVEIRA

tentou interligar a noção de direito à habitação com o direito à cidade, isto é, com o direito a ter direitos, o direito a participar, o direito a pensar a cidade, a ser tido em conta nas decisões políticas e direito à educação, saúde e acesso à cultura e desporto. O direito ao lugar foi outras das noções importantes que estava relacionado com o direito a permanecer onde viviam e não serem expulsos para zonas mais periféricas, onde o direito à cidade era mais limitado.

O Bairro da Relvinha, pouco depois do 25 de Abril de 1974, aderiu ao SAAL e os seus moradores escolheram como uma das formas de participação no custo final da obra participar no processo de construção das

casas. Os moradores chamaram a isto autoconstrução, porém, José Veloso, arquitecto responsável por várias operações SAAL no Algarve, prefere a expressão autoconstrução assistida. Este arquitecto foi responsável pela Operação SAAL da Meia Praia que deu origem à música do mesmo cantor que dá nome a uma das ruas do bairro, «Índios da Meia Praia». Esta música serviu de banda sonora do filme de António Cunha Telles, «Continuar a viver ou os Índios da Meia Praia».

Os moradores do bairro da Relvinha contaram com o apoio de grupos internacionais, partidos, como PCP, LUAR, MES, MRPP, grupos católicos como o GRAAL e o grupo de voluntários estrangeiros companheiros construtores,

grupos culturais como o GEFAC, CITEC e CITAC. «Nunca nos deixámos colonizar» - expressão usada por um dos moradores do bairro da Relvinha para defender que sempre mantiveram uma linha de acção autónoma, independente dos interesses dos partidos e de outros grupos que apoiaram o bairro.

Os moradores e os amigos do bairro referem uma «aprendizagem mútua» entre os moradores e estes diferentes grupos que por lá passaram e não uma aprendizagem num só sentido. Esta aprendizagem mútua é identificada noutros projectos que tiveram algumas semelhanças com o SAAL, como o Serviço Médico à Periferia, o Serviço Cívico Estudantil ou as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA.

Os moradores do bairro da Relvinha prestaram apoio a outros bairros da cidade. Ao terem uma loja onde se vendiam produtos da Cooperativa Agrícola de Barcouço fizeram a ligação cidade-campo, diminuindo o lucro dos intermediários. Participaram em manifestações locais e nacionais pelo

direito à habitação, participaram em manifestações com reivindicações mais sistémicas nos momentos mais tensos entre 1974 e 1976, como o 11 de março e o 28 de setembro, mobilizando-se para os pontos estratégicos da cidade e do distrito de Coimbra. Das cinco operações SAAL, apenas a da Relvinha passou da fase de projecto para a fase da construção das 34 casas. Após o seu término, a cooperativa decidiu construir por empreitada mais 52 casas distribuídas por dois blocos habitacionais com três andares, que terminou em 1982.

A passagem recente da propriedade horizontal dos terrenos para os moradores conferiu direito ao lugar, salvaguardando que não seriam expulsos para áreas mais afastadas do centro da cidade.

Agora falta conquistar o direito à cidade e mostrar que os moradores do bairro da Relvinha não são cidadãos de segunda, por isso é preciso exigir o direito a ter direitos, o direito à educação, à saúde, de acesso à cultura (direito à cidade). Depois da inauguração da primeira fase deste espaço social e cultural que poderá aproximar mais este bairro do centro, através de actividades de âmbito social e cultural que atraiam os moradores do bairro, mas também das outras zonas da cidade.

A cidadania e a participação são como um músculo que deve ser treinado, caso contrário, esmorecem. Este património vivo da cidade de Coimbra deve ser mantido e acarinhado pelos amigos do bairro do passado, do presente e do futuro. Todos os grupos culturais da cidade, profissionais, amadores, de estudantes, poderiam e deviam apoiar a programação deste espaço, propondo a realização de peças de teatro, projecções de filmes, concertos, debates, tertúlias, cursos livres, oficinas, universidade sénior. Quando a universidade sai da torre de marfim e os professores e investigadores usam métodos participativos, ouvem as pessoas, contribuem com o seu saber para traduzir o conhecimento produzido nas universidades de forma a dotar o senso comum de ferramentas para interpretar o presente e imaginar novos futuros, realizam uma aproximação à sociedade, que alguns chamam extensão universitária. Pois, neste caso, para além de uma extensão universitária que os cursos de sociologia, antropologia, serviço social, história, geografia e arquitectura poderiam promover, poderia também efectuar-se uma extensão cultural, um apoio desinteressado na programação e produção cultural deste espaço, levado a cabo pelos vários grupos culturais da cidade, associações, movimentos, antigos, presentes e futuros amigos do bairro, juntamente com as várias gerações que habitam o bairro da Relvinha.

Os moradores do bairro da Relvinha solicitam a todos e todas que se juntem a esta campanha de angariação de fundos na plataforma PPL e que contribuam para a sua divulgação: <https://ppl.pt/causas/relvinha>.

Um coletivo para alojar a resistência



**GUILHERME LUZ
CATARINA LEAL**

Com a crise de habitação definitivamente instalada, há um coletivo que não se conforma e que se organiza para fazer frente a uma das suas consequências mais dramáticas: os despejos. O Jornal MAPA entrevista o coletivo STOP DESPEJOS

Jornal MAPA: Quais os objetivos e como se organiza o coletivo STOP DESPEJOS?
STOP DESPEJOS: O coletivo foi criado em 2017 para reunir grupos e associações cujo trabalho já se centrava nas questões da habitação e das pessoas afetadas ou ameaçadas por situações de despejo e de habitação precária, com o objetivo de impedir os despejos e reivindicar o seu fim imediato.

Os objetivos e formas de atuar do coletivo foram evoluindo ao longo destes dois anos, em função das exigências concretas de cada caso, do desenvolvimento da crise e das políticas habitacionais, e do crescimento do próprio coletivo. Surgiu a necessidade de, para além de atuar pontualmente em situações de urgência, desenvolver um trabalho prévio com o intuito de prevenir os despejos, assim como de criar campanhas prolongadas para promover uma compreensão crítica da cidade, a defesa do direito à habitação digna para todas as pessoas e a construção coletiva, inclusiva e mais justa das nossas cidades. No âmbito deste campo de acção mais alargado, temos vindo a construir narrativas, nomeadamente através da denúncia das políticas neoliberais que promovem a especulação financeira imobiliária, a oposição à privatização do espaço público, a defesa da ocupação, o apelo à criação, ou consolidação, de espaços e redes de solidariedade alternativos.

O STOP DESPEJOS é um coletivo horizontal (não existem hierarquias e as decisões são tomadas em assembleia), apartidário (não pertence nem apoia nenhum partido político), autofinanciado (não aceita subvenções do Estado) e autónomo (não depende de nenhuma outra organização). Tentamos criar alianças com movimentos de bases feministas, anti-racistas, anti-fascistas e anti-capitalistas, com os quais partilhámos ideias e práticas de luta. Consideramos que, num país onde se privilegia o lucro imobiliário e as leis desrespeitam o direito a uma vida e habitação dignas, é legítima e necessária a desobediência.

JM: Nos últimos anos os despejos têm sido uma realidade cada vez mais presente na região de Lisboa. Que processo está na base dos despejos e quais têm sido os principais afetados?

SD: Trata-se mais do resultado de um conjunto de processos que tomaram forma na viragem neoliberal das políticas adotadas a partir da crise de 2008-2009, desencadeando uma forte crise no acesso à habitação e ao mercado de trabalho. Enumeramos os processos tidos como fundamentais para a questão dos despejos: a Lei Cristas, de 2012, pela qual os inquilinos perderam variadas protecções, o interesse dos investidores nacionais e estrangeiros e as facilidades técnico-jurídicas para tais sujeitos (vistos *gold*, residentes não habituais, incentivos para fundos imobiliários), a turistificação (afirmação da monocultura da indústria do turismo) e a financeirização da habitação. Criaram-se todas as condições favoráveis nos processos clássicos de gentrificação que levam a uma massiva «expulsão» de residentes dos seus bairros.

A especificidade do que se tem estado a passar em Portugal, sobretudo em Lisboa e no Porto, destaca-se dos processos clássicos de gentrificação pela sua rapidez. Essa intensificação faz com que os efeitos nefastos sejam ainda mais violentos e mais visíveis, sobretudo para as populações mais vulneráveis.

Apesar de termos um governo supostamente de esquerda, muito pouco ou nada foi feito nos últimos anos para inverter esta situação. Os principais afetados são, efetivamente, as classes baixas e médias do centro e da periferia da cidade, ou seja, um número bastante alargado da população lisboeta.

Importa explicitar que englobamos no conceito de despejo a não renovação de contrato e também o aumento desproporcionado dos valores pedidos, conceitos que não se enquadram nos despejos «oficiais».

JM: E em outras cidades este fenómeno também se verifica? Existem outros coletivos semelhantes?

SD: Os processos subjacentes às expulsões são comuns a muitas cidades de todo o mundo e, em quase todo o lado, há experiências de resistência de vários tipos. No nosso país, os centros de todas as principais cidades sofrem as consequências nefastas das políticas neoliberais: o Algarve é um dos casos onde este fenómeno acontece há décadas. Nos últimos anos, o problema tem-se feito sentir principalmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mas não dispomos dos recursos para compreender plenamente o resto do país.

Existem coletivos semelhantes na Europa e em quase todo o mundo. Em Portugal, no ano passado, lutámos ao lado do coletivo O Porto Não Se Vende.

Um dos objetivos para o futuro é aprender/conhecer mais sobre as realidades do resto do país, realizar análises comparativas aprofundadas e estabelecer estratégias de luta conjuntas.

JM: Têm surgido relatos de estratégias de pressão, ou bullying, levadas a cabo por proprietários sobre moradores para agilizar os processos de despejo. Que estratégias são estas?

SD: As estratégias utilizadas são a pressão constante para o inquilino sair e um certo tipo de violência.

O despejo, com tudo o que o antecipa e o sucede, já em si é uma situação que as pessoas vivem com altos níveis de *stress* e que afeta brutalmente o seu quotidiano.

As técnicas usadas pelos proprietários para tornar a vida das pessoas impossível e forçá-las a sair das suas casas são várias, desde telefonemas contínuos, até às mentiras persistentes e às falsas promessas. As obras são uma das «técnicas» mais utilizadas: as máquinas são deixadas a trabalhar durante toda a noite nos apartamentos vizinhos que estão vazios, o que provoca barulho, pó, vibrações. Em alguns casos, partem portas e janelas de outros apartamentos, esburacam o chão e causam danos estruturais ao edifício, o que leva as pessoas a não se sentirem em segurança.

As fragilidades das pessoas são aproveitadas para as colocar em apuros. São muitas vezes feitas ameaças, que provocam sentimentos de medo e ansiedade nas pessoas. Há proprietários que impedem o acesso à caixa postal, que adulteram as portas dos prédios e deixam os apartamentos vazios abandonados, tornando a vida dos idosos, e de outros, inseguras. Em alguns casos, surgiram verdadeiros ataques, com o incêndio de edifícios que puseram em risco a vida dos inquilinos.

JM: A presença e a estratégia do coletivo tem colhido frutos? Que vitórias foram alcançadas? Existem colaborações com outros coletivos, associações ou comissões de moradores?

SD: Do nosso ponto de vista, pensamos que nestes dois anos conseguimos construir, em primeiro lugar, uma comunidade de luta, um coletivo de companheiros que conspiram (no sentido de respirar juntos) e que praticam solidariedade. Pensamos que estamos a iniciar um discurso alternativo de oposição à direcção em que a cidade foi iniciada e a coordenar suficientemente bem (embora seja essencial melhorar) com outras experiências de resistência do território. Desde o início que a Habita e o Gaia fazem parte do coletivo STOP DESPEJOS. Os principais casos são trazidos à assembleia por aqueles que participam da Habita e se coordenam para alcançar resultados comuns. As vitórias são diversas: ter impedido novas demolições ou o realojamento das famílias do Bairro 6 de Maio na Amadora, a resistência contínua dos moradores do prédio Santos Lima ou das famílias da rua dos Lagares, casos pontuais de famílias dentro do arrendamento privado, em que conseguimos que as pessoas tivessem alternativas adequadas de habitação. Do lado das lutas para defesa do espaço público, participámos no processo de resistência que levou à paragem da «requalificação» da praça Martim Moniz, da manifestação Rock in Riot e de muitos outros momentos, como a grande manifestação «Pelas nossas casas pelas nossas vidas, lutamos!»

Pode ser considerada uma vitória todo o percurso que nos trouxe a organizar o festival Habitação ao lado de muitos artistas, coletivos e associações, durante o passado mês de setembro: uma maneira para juntar e libertar corpos, ideias e energias, com o objetivo de começar a construir desde baixo a cidade livre, igual e verdadeiramente democrática que queremos desde já para o nosso futuro.

Apesar de termos um governo supostamente de esquerda, muito pouco ou nada foi feito nos últimos anos para inverter esta situação. Os principais afetados são, efetivamente, as classes baixas e médias do centro e da periferia da cidade, ou seja, um número bastante alargado da população lisboeta.

Uma conversa com pessoas de diversos movimentos sociais leva-nos do centro à periferia da grande Lisboa. Começando pelas novas avenidas traçadas pelo boom imobiliário, o turismo e agentrificação passamos pelos becos sem saída do aumento das rendas, dos despejos e da crise de habitação para chegar aos novos caminhos que comunidades e moradores desenham na resistência e na luta pelo direito à habitação e à cidade.

A outra luz de Lisboa

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@GMAIL.COM

GUILHERME LUZ
@GUIXLUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT

ILUSTRAÇÕES **EMMA ANDRETTI**

Recentemente, o quarteirão da Portugália esteve no centro do debate sobre o modelo de desenvolvimento urbanístico da cidade de Lisboa. Em causa está o Portugália Plaza, um mega-empreendimento que contará com cinco blocos, onde alguns dos edifícios terão mais de 40 metros de altura, e que estará situado no terreno vazio contíguo à histórica cervejaria Portugália, na Avenida Almirante Reis, em Lisboa. No *website* do promotor do projeto, o fundo de investimento imobiliário Sete Colinas, pouca informação se pode obter acerca das características específicas do empreendimento, mas relativamente à sua carteira de projetos podemos ler que estes «beneficiam de uma excelente centralidade e acessibilidades, de uma identidade social e cultural de referência, de vistas privilegiadas e de traços arquitetónicos distintivos que respiram a dinâmica das zonas onde estão inseridos». Uma posição diferente relativamente ao projecto foi demonstrada por algumas associações da freguesia de Arroios, onde este está inserido, durante a audição pública sobre o Portugália Plaza na Câmara Municipal de Lisboa, a 9 de julho deste ano. Uma das associações convidadas, o RDA69, apontou, na sua intervenção, que a freguesia de Arroios «tem sofrido uma forte pressão imobiliária e é um exemplo de como estas dinâmicas económicas e sociais operam, com pessoas forçadas a abandonar a sua casa e o seu bairro, espaços públicos de uso coletivo entregues a gestão privada, encerramento de espaços associativos, ou a aprovação de projetos urbanísticos contrários à regulamentação vigente em nome do interesse público. Neste quadro, a implantação de apartamentos novos, em prédios de arquitetura de autor, com construção de qualidade e todas as serventias, desde o estacionamento, aos serviços, passando pelo espaço central e as vistas que uma altura anormal permitem, não terá outro efeito senão inflacionar o valor do território circundante e consequentemente dos preços da propriedade e das rendas».

Lisboa eufórica, em transformação

Numa conversa informal no espaço Sirigaita, junto ao largo do Intendente, o jornal MAPA juntou à mesma mesa Rita Silva da associação Habita (habita.info), Ana da Assembleia de Ocupações de Lisboa (AOLX), Antonio Gori do coletivo Stop Despejos (stopdespejos.wordpress.com) e Catarina Carvalho da própria Sirigaita. Juntamente com muitos outros, estes coletivos têm, nos últimos anos, não apenas participado e organizado protestos, boicotes, acções de campanha e ocupações, mas também colocado na praça pública a questão do direito à habitação na zona de Lisboa, desde o ponto de vista dos seus maiores afetados: os moradores e as comunidades que habitam e vivem os bairros.

A conversa começou por tirar uma fotografia geral e notar que o quarteirão da Portugália é apenas um entre uma avalanche de projetos imobiliários que estão projetados na zona da grande Lisboa e que é praticamente impossível mapear de forma exaustiva o frenético universo do investimento imobiliário, mas que, mesmo assim, seria importante conhecer alguns deles. Referiu-se o Palácio de Santa Helena, um edifício do séc XVII, situado no bairro de Alfama que será recuperado e onde nascerão apartamentos de luxo. O projeto é levado a cabo pelo fundo imobiliário Stone Capital, um fundo especializado no desenvolvimento e na gestão de ativos em Portugal. O antigo Hospital da Marinha, no Campo de Santa Clara, irá ser transformado num complexo de hotelaria, habitação e comércio pela mão de uma imobiliária francesa, depois de o Estado ter vendido o edifício por 18 milhões de euros em 2016. O quartel da Graça, um monumento público, será em breve concessionado ao grupo Azinor, propriedade dos hotéis Sana para aí nascer um hotel de cinco estrelas, resultado de um investimento na ordem dos 30 milhões de euros. O jardim da Glória, também na Graça, é outro dos projetos da Stone Capital. No logradouro de 0,6 hectares, anteriormente arborizado, será construído um condomínio de luxo. A Stone Capital tem mais de 40 projetos validados pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), entre os quais se contam empreendimentos



A freguesia de Arroios tem sofrido uma forte pressão imobiliária (...) com pessoas forçadas a abandonar a sua casa e o seu bairro, espaços públicos de uso coletivo entregues a gestão privada, encerramento de espaços associativos.

de luxo ou a conversão de espaços públicos em espaços comerciais. Na freguesia de Marvila, na Matinha, nascerá um dos maiores projetos imobiliários em Portugal. O projeto é promovido pela empresa vic properties, responsável igualmente pelo “Prata Riverside Village”, um projeto de construção de 128000 m² e quase 700 apartamentos em Braço de Prata. Em Marvila, a empresa tenciona construir cerca de 2000 novas casa num espaço de 20 hectares. No passado mês de outubro, o jornal Expresso noticiava o investimento de 3000 milhões de euros em 33 projetos na zona ribeirinha de Lisboa, onde se espera que nasçam «parques urbanos, praças, novas linhas de elétrico, marinas, centros de investigação, museus, monumentos, habitação nova e reabilitada, comércio, parques de escritórios, hotéis, centros de congressos e espaços para *startups*». Mas também no outro lado do Tejo existem mega-empresendimentos a ganhar forma. Nos antigos terrenos da Lisnave nascerá a Cidade da Água ou, como foi apelidada, a Expo de Almada. Irá ocupar mais de 630 mil metros quadrados de frente ribeirinha e nela irão nascer zonas residenciais, escritórios, hotéis, áreas culturais, um terminal fluvial e uma marina.

Quando questionada sobre os efeitos que todos estes investimentos imobiliários têm na cidade, Rita Silva considera que devemos recuar na pergunta e perceber, antes de mais, as causas: «por que é que de repente há tantos empreendimentos e uma especulação brutal?». Explicamos que estamos a viver uma fase de estagnação da economia, sobretudo depois da crise financeira global de 2008, mas que existe uma enorme quantidade de capital na esfera financeira por vários motivos, entre eles, as políticas do Banco Central Europeu que injetam enormes quantidades de dinheiro, não nos Estados, mas na banca. Isto faz com que exista «muito capital especulativo a circular, a nível mundial». Como a economia não cresce, não há investimento no sector produtivo e uma parte desse capital vem para as cidades e para o imobiliário, porque é um investimento sólido e seguro. Sobre quem são os promotores destes investimentos diz-nos que «são bancos, são fundos de investimento, são grandes fortunas, são empresas, são construtoras, são empresas imobiliárias, mas normalmente são capitais que são da esfera financeira e do capital estrangeiro».

Rita Silva acrescenta ainda que, além desta injeção de capitais, «o que as políticas fazem, é incentivar ainda mais este processo, a todos os níveis, europeu, nacional ou municipal» e que estes processos combinados são «explosivos». Em agosto de 2018, Luís Mendes, geógrafo e investigador do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e membro da Associação Morar em Lisboa, num artigo de opinião publicado no Jornal Económico, escrevia que a cidade de Lisboa estaria a viver «um pico de projeção internacional enquanto destino turístico, ao mesmo tempo que o seu mercado de habitação adquire formatos de ativo financeiro e atrai dinâmicas globais de procura e de investimento estrangeiro». Segundo o investigador, este processo foi

alimentado por políticas governamentais que apoiaram uma «viragem neoliberal na política urbana». Estas políticas «fomentaram a atração de uma elite transnacional e favoreceram a financeirização do imobiliário e a reestruturação urbana na capital portuguesa.»

Lisboa valorizada em especulação

Mas além destes, existem outros processos em jogo. Durante anos, alimentou-se o discurso sobre o esvaziamento do centro histórico da cidade. Para Ana, «isso também foi uma coisa muito boa de vender, essa ideia de que o centro histórico era habitado apenas por classe baixa. Essa visão de que o centro histórico estava sujo, e as pessoas tinham medo de lá ir, é uma narrativa construída. É verdade que existiam no centro histórico muitos prédios devolutos, mas o bairro não estava vazio. Muito pelo contrário, agora é que está a ficar vazio.»

Justamente a reboque de um discurso que o caracterizava como um local pobre e como palco de tensões sociais propiciadoras de múltiplos perigos e ameaças, esse centro histórico foi sendo desvalorizado. Para as gerações anteriores, os locais privilegiados para a habitação demarcaram-se deste centro e as pessoas deslocaram-se para outros locais dentro de Lisboa, ou, na sua maioria, para locais mais periféricos. Assim, foi possível aproveitar essa situação de abandono e desinvestimento no centro histórico da cidade de Lisboa que, acompanhado por um processo de desenvolvimento das periferias, resultou numa desqualificação desse centro tornando o seu terreno menos valioso. A um preço mais acessível, o Estado, os especuladores e quem mais estiver interessado e possuir capital de investimento, puderam comprar terrenos e casas a um preço baixo, fazer obras, e especulá-los. Mas para que esta estratégia funcione, é preciso revalorizar esses centros urbanos, ou seja, para além de fazer obras, é necessário torná-los atrativos.

A construção de cidade que temos vindo a assistir, cria assim novos pólos de atração no seu centro. As dezenas de projetos previstos para Arroios, Alfama, Graça ou Marvila, são disso exemplos. A par destes, assistimos ainda ao surgimento de mega eventos como a conferência europeia sobre tecnologias “Web Summit”, que desde 2016 marca presença em Lisboa. Após duas edições realizadas em Lisboa, a Web Summit e o Governo Português anunciaram, em outubro de 2018, uma parceria a 10 anos que mantém a conferência na capital até 2028.

A acrescentar a este panorama, e de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), entre janeiro e junho de 2019, a indústria do turismo continuou a somar números. A nível nacional, o número de dormidas de turistas registado nesta primeira metade do ano cresceu 7,6%, em relação ao mesmo período do ano passado e só a Área Metropolitana de Lisboa (AML) contou com cerca de 8,53 milhões de dormidas. Apesar dos hotéis



12 REPORTAGEM

serem a opção mais escolhida, representando 83,6% de todas as dormidas, à frente do alojamento local (AL) e do turismo rural e de habitação, em termos de crescimento, os números do AL destacaram-se ao subir mais do que os hotéis: dispararam 15,8%, face aos 2,9% de subida do sector hoteleiro.

Um estudo de impacto ambiental realizado pela CML aponta que o crescimento do turismo, juntamente com as facilidades das plataformas de arrendamento, tais como o Airbnb, fez com que o número de estabelecimentos de alojamento local no concelho de Lisboa tenha crescido exponencialmente na última década, tendo chegado a quase 18.000 em 2018, um valor que corresponde a 5% de *stock* de alojamentos familiares clássicos.

A atividade turística é, portanto, um fator central e muitos dos projetos imobiliários em curso na região de Lisboa acompanham as necessidades de uma indústria em desenvolvimento, o que faz com esta seja um importante motor da dinâmica urbanística da cidade e da valorização do imobiliário. No documentário *O que vai acontecer aqui?*, da autoria do coletivo Left Hand Rotation, Rita Silva afirma que o investimento em imobiliário que verificamos é «um investimento baseado na especulação, que não cria valor na sociedade em termos de redistribuição. O que este investimento está a produzir é uma polarização da sociedade, ou seja, maior desigualdade, porque como as pessoas que vivem e trabalham no nosso país têm cada vez menos acesso à habitação, ou têm que pagar cada vez mais por uma habitação, elas estão a empobrecer». Ana conclui ainda que «as políticas resultam todas numa lógica de opressão dentro do sistema capitalista cuja ideia é criar maiores clivagens sociais. Basicamente, as pessoas estão a ser expulsas da cidade. O que está a acontecer não é um problema para os ricos, só é um problema para quem não tem dinheiro».

Lisboa silenciosa, em contradição

Lisboa tornou-se, nos últimos anos, numa cidade dinâmica e atrativa, que capta investimento nacional e estrangeiro e vive um período de euforia no mercado imobiliário. Mas este otimismo nos mercados contrasta com a cidade onde os seus habitantes sofrem os impactos dos intensos processos de valorização imobiliária, gentrificação e turistificação, e onde cresce a cada dia uma profunda crise de habitação, com os preços a disparar tanto no centro como nas periferias. Segundo dados divulgados no início de outubro pelo INE, Lisboa é o concelho com os preços mais elevados de Portugal e cuja renda média atinge pouco menos de 12€ por metro quadrado, o que representa um aumento de quase 13% relativamente ao mesmo período do ano passado. Um estudo recentemente publicado por investigadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas sobre segregação habitacional em Lisboa conclui que os gastos de habitação na AML correspondem a cerca de metade do rendimento médio disponível, um valor acima da taxa de esforço recomendada de 30%. Com o aumento do preço do arrendamento em Lisboa, a solução para muitos que não conseguem aí pagar casa é procurar casa em zonas menos centrais, tal como a margem sul do Tejo. Mas nesta zona também as rendas aumentam. No início de outubro, o jornal Expresso noticiava, com base em informações de agentes imobiliários, que

em média, nos últimos sete anos, os preços das casas na margem Sul duplicaram. Antonio Gori refere ainda que «no Barreiro há quartos para alugar a 350, 400, 450 euros». O Barreiro, mas também Almada, Seixal ou a norte, a Amadora, são considerados como parte de Lisboa. Antonio refere-se a uma «cidade integrada». Apesar desta ideia de tudo ser parte de Lisboa, os grandes polos de emprego, comércio, serviços, turismo e lazer continuam a estar no centro da cidade, o que continua a implicar constantes deslocações de pessoas da periferias para o centro. Ou seja, apesar de uma gentrificação também das zonas periféricas, o grosso do poder continua concentrado

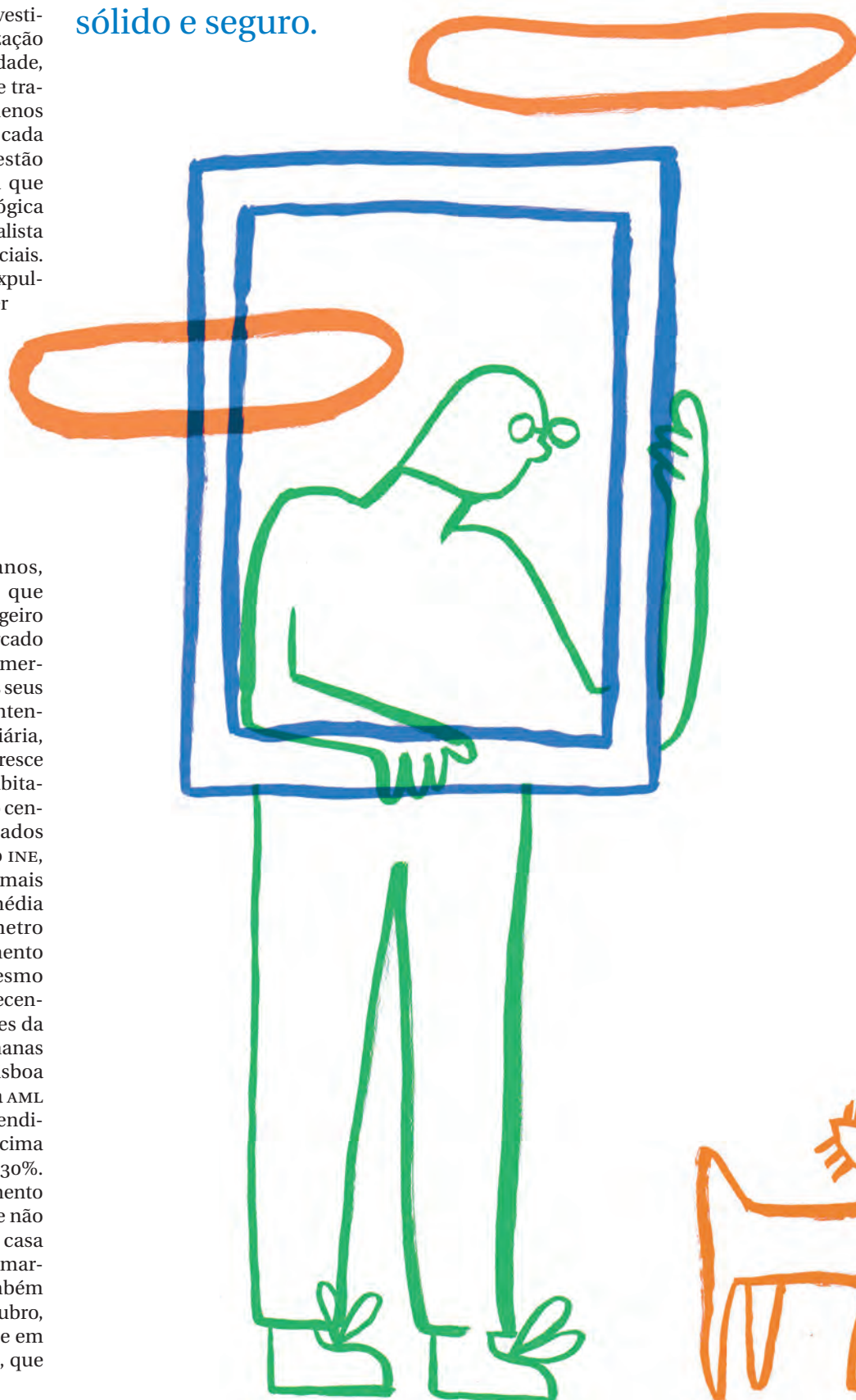
Como a economia não cresce, não há investimento no sector produtivo e uma parte desse capital vem para as cidades e para o imobiliário porque é um investimento sólido e seguro.

no centro e as periferias continuam a estar reféns e dependentes desse centro. Rita Silva avança-nos que «em 2012, quando começa a Lei Cristas, havia 750 mil contratos de arrendamento no país e hoje há cerca de 330 mil. E isso foram casas que saíram do arrendamento e muitas estão a ir diretamente para apartamentos turísticos, muitas para venda, especulação, vistos *gold*, ou venda, porque rende vender». De acordo com dados da CML, o número de contratos de compra e venda de prédios urbanos em Lisboa aumentou 86% entre 2011 e 2017. Além disso, o valor destes contratos cresceu 12,5% no mesmo período. Uma das faces mais violentas e mais visíveis da crise da habitação gerada por todos estes processos é a proliferação de ações de despejo sobre os inquilinos aos quais não lhes é renovado o contrato ou que deixaram de poder pagar casa em que vivem. Uma realidade catalisada pela anterior Lei do Arrendamento Urbano, a chamada Lei Cristas, aprovada em 2012 na sequência da intervenção da Troika em Portugal e que veio liberalizar o mercado do arrendamento e agilizar as ações de despejo por parte dos proprietários. Tal como noticiou o jornal Público em julho de 2018, entre 8 de janeiro de 2013

e 30 de junho de 2018, o número de despejos foi de 2968 no município de Lisboa e de 1348 no município do Porto.

Lisboa resistente, em conexão

Os processos de despejos ou de ausência de renovação de contratos de arrendamento originam a expulsão ou a deslocação de pessoas para outros concelhos, outros bairros. Isso acarreta profundos efeitos sociais tais como a desintegração de comunidades mas também o isolamento. A propósito destas questões, Ana refere: «quando percebes que vais perder a casa pensas “mas para onde é que eu vou?”. E isso é um nó pelas tuas entranhas todas, não sabes para onde vais a seguir porque sabes que a coisa está completamente descontrolada. A cidade onde tu criaste os teus afetos, as tuas relações, de repente não cria espaço para ti. É muito estranho isso acontecer em termos de identidade». Catarina Carvalho explora mais a fundo o isolamento ao afirmar que este tem várias implicações: «tem implicações em termos da saúde, da saúde mental, da criação de laços de comunidade, que são importantes para tudo isso mas também ao nível da luta. Porque tu estás a isolar pessoas que tinham espaços de encontro, que tinham ligações, que tinham redes, também de solidariedade e agora são obrigadas a saírem dos sítios que conhecem e a separarem-se dessas redes. Essas redes acabam por cair e por se desfazer e isso tem impacto em todos os outros aspetos da luta. Eu acho que a luta pela habitação acaba por ser uma luta por todas as outras lutas porque sem ela nós estamos isolados. Sem a casa, sem a comunidade, sem a cidade». Nos últimos anos, muitas lutas dos movimentos sociais na grande Lisboa têm abraçado a ideia do “Direito à Cidade” e mostram que, apesar das cidades serem entendidas como espaços de segregação, separação e dominação existem, em contrapartida, diversos movimentos urbanos empenhados em superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo a que esta represente também um espaço de encontro, de criação de espaços comuns e de luta. Coletivos, grupos, movimentos, redes, comissões de moradores, assembleias e outras estruturas têm estado nas ruas a defender o direito à habitação mas também a fazer frente aos despejos e às demolições, a ocupar casas, a denunciar fundos de investimento, práticas abusivas de proprietários e atropelos aos direitos básicos, através de centenas de protestos e processos de luta. Recuando um pouco na história, durante o PREC, mas também durante os anos 90 e até ao início do século XXI, muitas foram as experiências e ações de ocupação de casa, sobretudo em Lisboa, Setúbal e Porto. Mais recentemente, em setembro de 2017, a Assembleia de Ocupações de Lisboa (AOLX) ocupou um prédio devoluto da CML na Rua Marques da Silva em Arroios. Em novembro de 2018, a Renascença publica um artigo intitulado “Mães Ocupas” que dá conta de diversas ocupações de casas camarárias devolutas na Alta de Lisboa, por famílias, na maior parte dos casos, monoparentais. De acordo com a notícia, são mães e são «solteiras, têm salários baixos e não conseguem suportar as rendas praticadas em Lisboa». Antonio Gori acompanhou este processo na Alta de Lisboa, no Lumiar e em Chelas: «Ali há lutas que são lutas quotidianas de pessoas



que estão habituadas a lutar provavelmente desde que nasceram. E ali a CML tem o grande vício de deixar milhares de casas vazias. Há uma grande sobrelotação de famílias que têm uma casa. Há famílias de 15 pessoas que vivem num apartamento T3 de 80 m². Então, tendo as casas vazias ao lado, vão ocupar. E especialmente as mulheres, porque precisam de fugir de certas situações, ou precisam de dar abrigo aos próprios filhos ou porque ficaram sozinhas, ou porque não se dão bem com a família do namorado, há várias razões». Nos últimos anos, para além de ocupações, temos assistido também a manifestações pela habitação. Em março de 2018, um mês depois do despejo da casa ocupada pela AOLX, o Rock in Riot levou 2000 pessoas a ocupar a Avenida Almirante Reis durante cinco horas. Seis meses mais tarde, em setembro de 2018, um conjunto alargado de associações e coletivos lançou a iniciativa “Setembro de acção e luta pela habitação”, convocando manifestações para Lisboa e Porto. Em Lisboa, o protesto espelhou a diversidade de um movimento que se constitui de várias formas para atacar um problema que afeta pessoas de toda a AML. Entre as cerca de 1500 pessoas que protestaram entre o Largo do Intendente e a Ribeiras das Naus estavam diferentes coletivos e associações de moradores, associações culturais, cooperativas de consumo, associações ambientalistas, grupos feministas, não só do centro como da periferia. Os moradores do Bairro 6 de Maio e do Bairro da Torre, bem como o coletivo Nu Sta DJunto e a sos Racismo, estiveram presentes e reviram-se na manifestação que se posicionava, de acordo com o seu comunicado, contra «o processo de especulação generalizada, com a privatização de espaços públicos e socioculturais». Afirmavam também ter como objetivo «discutir, denunciar, questionar e desafiar o modelo de desenvolvimento capitalista, que transforma a cidade num gigantesco negócio, subordinando-a às leis de mercado e excluindo os seus habitantes». Em 21 de janeiro de 2019, a Avenida da Liberdade, bem no centro de Lisboa, foi palco de uma violenta intervenção da PSP contra uma manifestação que protestava contra a intervenção policial, uns dias antes, no bairro do Jamaica. Foi nesta mesma avenida que, no passado dia 29 de setembro, uma assembleia aberta com centenas de pessoas marcou o fim do festival HabitAcção, uma iniciativa que decorreu durante todo o mês de setembro e contou com dezenas de atividades em diversos espaços.

Inevitavelmente, de fora destas linhas ficam as restantes centenas de outras ações que tiveram lugar nos últimos anos de Norte a Sul de Portugal, organizadas por muitos outros coletivos, associações e grupos de moradores. Estas iniciativas mostram que o problema do isolamento entre pessoas e lutas é encarado de frente pelos movimentos sociais. Mas mostram também que o problema da habitação é, neste momento, transversal a um conjunto cada vez maior de pessoas, embora com diferentes níveis de visibilidade, do centro à periferia. E é aqui que a questão das relações entre o centro e a periferia se volta a colocar. Nas palavras de Rita Silva: «o problema não é só no centro, o problema é também nas periferias, as pessoas estão a ser despejadas na Amadora porque na Amadora também existe um processo de gentrificação. As periferias também

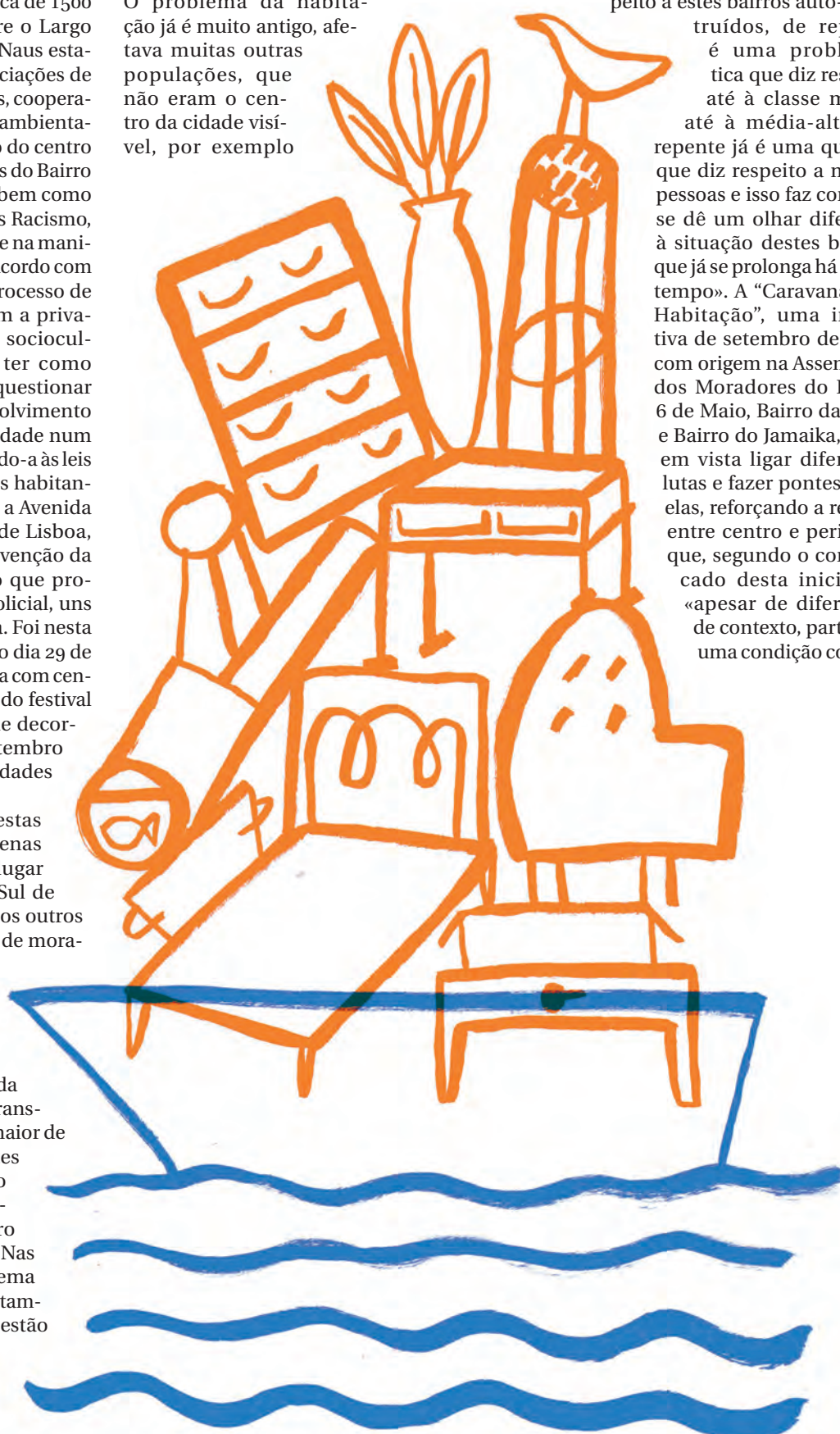
O problema da habitação já é muito antigo, afetava muitas outras populações, que não eram o centro da cidade visível, por exemplo imigrantes, população cigana, população abaixo do limiar da pobreza, têm problemas de habitação desde sempre.

estão a sofrer vários tipos de recomposição e estão a organizar processos de expulsão em que o elo mais fraco é aquele que vai sair. Parece que o problema da habitação chegou agora e que é um problema do centro, do centro histórico, mas não. O problema da habitação já é muito antigo, afetava muitas outras populações, que não eram o centro da cidade visível, por exemplo

imigrantes, população cigana, população abaixo do limiar da pobreza, têm problemas de habitação desde sempre. Eu acho que devia haver muito mais articulação, dentro da resistência, devíamos tentar promover muitos mais processos de articulação entre o centro e a periferia.» Para Antonio Gori, as periferias funcionam muitas vezes como dormitórios. «Claro que há lojas, há mercados, há vida, porque as pessoas resistem e na resistência também se cria cultura, se cria uma vida, porque a vida é resistência, neste sentido. Nestas lutas as pessoas reivindicam também todos os outros serviços, não é só a habitação. Nestas lutas reivindicam o direito à saúde, direito a transportes. A maioria destas pessoas tem dois, três trabalhos e trabalham 12, 13, 14 horas por dia, muitos nas limpezas, nos hotéis, nos restaurantes, nos centros comerciais, no aeroporto, etc.» Ana acrescenta ainda que «o centro sempre se esqueceu da periferia. A habitação tem sido sempre uma questão nesses bairros, como outras também. Porque são pessoas que têm 14 horas de trabalho, saem de sol a sol e depois há esta coisa da habitação que é uma temática que, de repente, já não diz só respeito a estes bairros auto-construídos, de repente

é uma problemática que diz respeito até à classe média, até à média-alta. De repente já é uma questão que diz respeito a muitas pessoas e isso faz com que se dê um olhar diferente à situação destes bairros que já se prolonga há muito tempo». A “Caravana pela Habitação”, uma iniciativa de setembro de 2017, com origem na Assembleia dos Moradores do Bairro 6 de Maio, Bairro da Torre e Bairro do Jamaica, tinha em vista ligar diferentes lutas e fazer pontes entre elas, reforçando a relação entre centro e periferias que, segundo o comunicado desta iniciativa, «apesar de diferenças de contexto, partilham uma condição comum

de precariedade e exclusão social face à habitação». Consideram também que «é na ligação e articulação entre grupos, território e famílias que podemos reforçar-nos, que podemos ter uma voz, que podemos enfrentar os grandes interesses ligados ao imobiliário». Rita Silva lembra um dos episódios de luta da Caravana: “Houve um dia que fizemos uma sessão de apresentação [da Caravana pela Habitação]. Estavam lá pessoas do Bairro de Camarate, da Torre, a falar do corte da luz, que vivem há dois anos sem luz e sem água, em barracas, estavam também pessoas do Bairro 6 de Maio e da Rua dos Lagares. A Rua dos Lagares já tinha tido uma vitória, a renovação dos contratos de habitação por cinco anos. Fizemos uma apresentação no primeiro dia da Caravana pela Habitação, na associação Disgraça. Fala primeiro uma pessoa do problema das demolições no bairro 6 de Maio. A seguir vai outra da Torre - são duas mulheres negras a falar - a falar sobre a falta de luz, a falta de água num bairro onde já não se consegue viver. A pessoa da Rua dos Lagares é a terceira a falar e, de repente, com lágrimas nos olhos diz: “Eu agora adorava dizer que tenho uma vitória, mas eu nunca vou poder dizer que tenho uma vitória enquanto as minhas irmãs estão na situação em que estão”. A propósito de todas estas lutas, Rita Silva afirma: «é muito importante criar espaços de auto-gestão, de autonomia, que não seja só reivindicar. Acho que temos de andar em diferentes níveis de luta. O sonho é que se consiga vir a criar outros espaços de autonomia ainda mais poderosos e consistentes e que consigam também dar uma nova mensagem à sociedade. Se conseguíssemos fazer uma grande ocupação de um prédio vazio e viver lá com muitas famílias e fazer ali uma proposta diferente... Eu acho que isso era um sonho que se quer fazer e acho que um dia vamos fazer. Mas ao mesmo tempo, acho que não podemos ficar muito satisfeitas apenas porque temos um prédio que está ocupado e auto-gerido e depois há todo o resto do problema que continua a manter-se. Então eu acho que temos sempre de entrar na disputa na política também. As duas coisas são importantes e complementares». Ana lembra que o problema da gentrificação ou da especulação imobiliária é, afinal, o problema de uma forma de organização social capitalista de gerir as cidades, que tem aberto caminho a soluções de privatização e de segregação social em detrimento de soluções de democratização da habitação e do espaço urbano. Diz-nos ainda que «por mais importante que seja a habitação, não será ela, quanto a mim, a responsável por estes problemas todos. Faz parte é do sistema. Porque se o sistema fosse outro, a habitação não seria um problema». Dentro deste sistema que Ana descreve, a habitação ganha hoje, mais do que nunca, o estatuto de um privilégio ao alcance de cada vez menos pessoas. Por outras palavras, a construção das cidades encontra-se nas mãos de uma pequena elite política e económica com condições para moldá-la segundo as suas necessidades e desejos particulares. Por isso, a luta pelo direito à cidade dos movimentos sociais, deverá ser também um luta anti-capitalista e de reivindicação de capacidade de decisão coletiva, e de ação sobre os processos de urbanização, sobre o modo como as cidades são feitas e refeitas. Como afirma o geógrafo David Harvey, no seu livro *Cidades Rebeldes - do direito à cidade à revolução urbana* (2012): «Há muito trabalho a fazer, mas há sinais abundantes nos movimentos sociais urbanos ao redor do mundo de que existem muitas pessoas e uma massa crítica de energia política à disposição para fazê-lo».



O Socialismo Selvagem

Um passo ao lado: auto-organização e democracia directa perante as facilidades da representatividade

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
LUÍS LEITÃO
LEITAO.LUIS@GMAIL.COM

A conversa com Jorge Valadas acontece porque é impossível tapar o sol com a peneira: não há hoje solução governativa que não assente na tão proclamada «crise da democracia representativa». No distanciamento das pessoas com a política, mais estrutural do que uma crise propriamente dita.

Jorge Valadas, sob o pseudónimo de Charles Reeve, é autor de várias obras de reflexão política de cariz libertário, quando desertor à guerra colonial se exila em 1967 em Paris. Participante nos *Cadernos de Circunstância* (1969-71) e no jornal *Combate* (1974-78), colabora actualmente em diversas publicações e com o jornal MAPA, na rubrica *Felizmente Continua a Haver Luar*. O seu mais recente livro *O Socialismo Selvagem*, editado em França em 2018, surge agora em Portugal pela Antígona. As inquietações hoje em voga da democracia podem funcionar como um possível ponto de partida para este «ensaio sobre a auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 até aos nossos dias». Razões de sobra para uma conversa por email com Jorge Valadas, a meio com Luís Leitão, o tradutor da edição portuguesa.

Quanto mais não fosse, o caminho para o desastre, a que assistimos todos os dias,

guiado pelo capitalismo, e a crise do sistema de representação política a ele associado, deve levar-nos a reflectir sobre as experiências passadas e a voltar a debruçar-nos sobre a democracia directa e as correntes espontâneas, autónomas e emancipadoras do movimento social, apelidadas pela social-democracia de «socialismo selvagem». Por isso, o livro tem tanta actualidade. Revisita a história dos movimentos sociais subversivos, os episódios e as concepções acerca das repetidas tentativas de emancipação social nos últimos duzentos anos: da Comuna Revolucionária de Paris (1792) e da Comuna de Paris (1871), dos grandes debates e cisões da Primeira Internacional (Marx e Bakunine), do advento do sindicalismo revolucionário, dos soviets na Rússia, da revolução alemã e o nascimento dos conselhos operários, da revolução espanhola, Maio de 68, e da revolução portuguesa de 1974/75. E mais recentemente do movimento zapatista, ao Occupy, ao movimento 15-M-Indignados em Espanha ou a «revolução dos comuns».

O objectivo é para o autor, poder percorrer um fio condutor que «identificado na prática da auto-organização e das lutas constantes contra as forças dos “emancipadores profissionais” que atravessam a História e que continuam a manifestar-se — ainda que fragilizados — nos movimentos do período actual». Para Jorge Valadas, as formas de organização incipientes que rejeitam à partida o princípio de autoridade e o princípio da representação permanente são, mais do que nunca, uma referência. Por isso ao longo

deste tempo, ressurgiram periodicamente as grandes questões que estão no centro deste processo: a questão das vanguardas mais ou menos esclarecidas, o voluntarismo, a delegação permanente *versus* delegação provisória e revocável a qualquer momento e, sobretudo, como edificar e gerir em bases novas a sociedade. E é precisamente aqui que o livro adquire todo o seu significado: a utopia enquanto única via de escape para o desastre. Longe de apresentar receitas sobre «o que fazer», sublinha a atitude que resta em manter a lucidez, ter a consciência das derrotas passadas e opor-se por diversos meios ao prosseguimento da suicidária aventura capitalista.

O que devia inquietar não é a abstenção, mas a perniciosidade do sistema.

Luís Leitão: Encontrando-se recheado de factos históricos, este livro não é um livro de História. Podes descrever, em breves palavras, qual é o seu fio condutor e o significado dado à expressão «socialismo selvagem»?

Jorge Valadas: Começamos então pelo fio condutor. Dois acontecimentos que se desenrolam no tempo presente estão na origem deste texto. Assistimos, nas sociedades da velha democracia, a uma crise

do sistema político representativo parlamentar. Há, por outro lado, nestas mesmas sociedades, a emergência de movimentos e de mobilizações de tipo novo que se estruturam a partir do reconhecimento desta crise. Que procuram uma alternativa concreta às velhas formas de organização para afrontar as questões sociais, ambientais, que se colocam. Veja-se, no caso português recente, a maneira nova como os/as activistas da *Extinction Rebellion* se organizaram para se manifestar e que espantou os «especialistas» locais da política perdidos nas referências bolorentas do passado. Estes movimentos tentam apoiar-se em práticas de democracia de base, directamente sob o controlo dos participantes. Pareceu-me que uma reflexão sobre o sistema representativo era o ponto de partida para desbobinar toda uma filiação das correntes antiautoritárias até hoje. A intenção é esboçar um quadro histórico que permita compreender melhor os novos movimentos de hoje, a aspiração da nova acção política. Romper com a ideia segundo a qual estes novos movimentos e mobilizações são algo de totalmente novo, sublinhar que eles se inscrevem num fio condutor que vem de longe, das correntes antiautoritárias do socialismo que vai dos «Enragés» da Grande Revolução Francesa aos debates no seio da Primeira Internacional, às correntes do sindicalismo revolucionário, às revoluções dos conselhos do princípio do século passado na Rússia e na Alemanha, à revolução espanhola de 1936, aos movimentos dos anos 1960, às práticas «apartidárias» da





Barricadas em Paris durante a Comuna de 1871

revolução portuguesa de 1974-75, às revoltas operárias nos antigos países de capitalismo de Estado (que, por falta de espaço, não abordo no livro). Pôr em evidência esta filiação parece-me importante na medida em que muitos dos jovens participantes nos movimentos recentes a ignoram, tendo tendência para reflectir sobre as suas práticas e experiências colocando-se fora da História. As correntes políticas de raiz ideológica marxista-leninista, que sobreviveram em lamentável estado à derrocada do bloco do capitalismo de Estado, desempenham um papel na fabricação do esquecimento da História. Esta gente tenta fazer-se passar por inovadores ou originais que têm ainda algo a propor, escondem o facto de as suas raízes estarem no terreno poluído e morto das versões autoritárias do marxismo social-democrata, leninistas diversos e pós-estalinistas. Para além dos novos movimentos, mais ou menos efémeros que se vão sucedendo, é o estado de crise profunda do sistema representativo e as suas consequências que levantam questões às quais o livro pretende dar «uma» resposta, não «A» resposta.

Sobre a frase do título. Trata-se efectivamente da reacção de um alto burocrata do partido social-democrata perante o movimento espontâneo e autónomo dos conselhos na sociedade alemã, que pôs fim à Primeira Grande Guerra e ao império. Mais que pejorativa eu diria que é uma fórmula negativa, redutora. A social-democracia era uma força gigantesca na sociedade, com uma estrutura e uma organização que

controlava, do nascimento até à morte, a classe operária alemã, ao ponto de a ter levado, de olhos fechados, à carnificina da Primeira Guerra. O partido sabia o que era «bom» para a classe operária e tinha uma ideia precisa do projecto socialista de Estado. Os trabalhadores deviam seguir a linha do partido, obedecer às suas decisões, reforçar as suas organizações. O partido era o depositário da ciência «marxista», do conhecimento do futuro. Os chefes socialistas eram os «emancipadores» profissionais dos trabalhadores.

Há uma oposição fundamental entre a lógica democrática e a lógica da representação.

As grandes greves selvagens do princípio do século xx tinham animado as novas correntes do sindicalismo revolucionário de índole anarquista, e haviam igualmente despertado as primeiras dissidências nas fileiras do marxismo social-democrata. Como Rosa Luxemburgo teve a ousadia de compreender, o partido e os seus sindicatos tinham-se tornado factores de paralisia, a nova energia colectiva estava nas novas formas de acção e de organização. O fenómeno dos conselhos não podia ser compreendido pelos funcionários do partido.

Era-lhes inconcebível imaginar que os trabalhadores, os camponeses, os soldados e marinheiros pudessem elaborar e tentar pôr em prática, a partir da sua própria acção autónoma, uma ideia da nova sociedade. Para eles, os conselhos só poderiam ser organizações limitadas, insuficientes. Daí a fórmula de um Socialismo Selvagem. A comparação será ridícula, mas é como se se pedisse hoje ao Comité Central do PCP que percebesse o que é o projecto de *Extinction Rebellion*! Dois mundos com concepções diferentes da acção sobre a vida e a sociedade. Segundo a perspectiva que eu defendo, a fórmula Socialismo Selvagem deve ser invertida, deve ganhar um conteúdo positivo, porque ela contém a ideia da auto-emancipação, a construção de uma sociedade nova que implica o controlo do movimento pelos interessados. A aplicação sem mediações da asserção da Primeira Internacional: a emancipação dos explorados deve ser a obra dos próprios explorados.

O povo abstencionista

Filipe Nunes: Tornou-se hoje um lugar-comum em todos os quadrantes políticos falar de «salvar a democracia» perante a «crise da representatividade» que a assola. O discurso é (no mínimo) guiado pelo paternalismo da lógica dirigente que menospreza a expressão real da abstenção porque não se pretende colocar qualquer reflexão crítica precisamente, a essa democracia representativa. Que aspectos destacarias para entender a presente expressão do «povo abstencionista», tal como é designado. Pergunta que coloco para, a meu ver, poder responder ao libelo acusatório do «depois não te queixes» com a presença de espírito de – como dizia António Guerreiro, cronista do Público, depois das eleições europeias – poder-se afirmar que «não há aqui nada de negativo: a minha recusa de votar é a expressão de uma preocupação pela política e de uma inquietação democrática».

O caso lusitano é exemplar. Nesta sociedade, passou-se, no curto intervalo histórico de 45 anos, de uma participação de quase 100% nas eleições a taxas de abstenção de 50%. Obviamente que esta evolução diz algo, tem um profundo significado. Após as recentes legislativas a confirmação da tendência para a diminuição

da participação eleitoral abriu de novo o debate. A maioria das forças políticas não vê aí um problema — ou não o quer ver — e está pronta a reconhecer, por oportunismo político, que um governo para todos pode representar apenas uma minoria dos cidadãos. Como já é o caso. De qualquer forma, para estes cínicos a democracia é a liberdade do negócio e da circulação do dinheiro. Mas há gente que pensa com mais inteligência o problema e que vê a fragilidade num tal sistema. O BE, por exemplo, reconhece que é uma decisão das pessoas não votar, e alarma-se, sublinha que esta evolução é «uma preocupação para a democracia». A abstenção tem «causas complexas» dizem eles. Outros, como o jornalista do Público que mencionas, avança com uma explicação positiva. É possível que em parte se recuse conscientemente votar porque se está preocupado com o estado da democracia representativa. A perspectiva é assim de remediar a coisa, de reparar, de encontrar soluções para que funcione melhor. Há quem reconheça que a democracia representativa não tem conserto, não funcionará nunca — uma ideia que era já expressa por alguns pensadores da Grande Revolução. Mas que é o menor dos males. Do ponto de vista de uma concepção crítica — que é a nossa — poder-se-á defender que, pelo contrário, a democracia representativa de tipo parlamentar, funciona bastante bem para impedir que se manifeste uma «real democracia» (fórmula de Robespierre), para impedir a representação directa e controlada da soberania de cada um/uma e da colectividade.

Por outro lado, não há que opor participação eleitoral e abstenção. A abstenção é o produto genuíno do voto representativo. É a representação permanente que produz a abstenção e a alimenta. A escolha eleitoral de quem vai exercer o poder em nome dos que o possuem, a delegação de poder permanente, é o correctivo (diziam os jacobinos da Grande Revolução). Isto é, a fórmula que permite delegar a soberania a representantes porque o povo não a pode exercer. O conceito da «excepção soberana» — outra invenção dos jacobinos que construíram todo este edifício — integra o reconhecimento do facto de os eleitos poderem fugir ao controlo dos eleitores e que, em circunstâncias excepcionais, particulares, o povo poderia, pela revolta,

16 ENTREVISTA



Barricadas em Paris em Maio de 1968.

reapropriar-se momentaneamente da sua soberania e corrigir os seus representantes. E é o medo desta «excepção soberana» que inquietará sempre os partidos da esquerda, que se vêem como depositários da vontade do «povo». Há que impedir que, eventualmente, «a política» saia do quadro institucional no qual vivem e que os faz viver, que ela seja ultrapassada pela iniciativa directa, a imaginação concreta da auto-organização da vida, que hoje nos escapa totalmente.

Portanto, e para voltar à questão, a abstenção não levanta nenhum problema ao sistema representativo. O problema levanta-se quando a abstenção se transforma na consciência de que é necessário assumir a soberania social de forma directa e controlada, guardar nas nossas próprias mãos o nosso poder e o nosso futuro. A passagem do estádio da abstenção ao estádio da auto-organização e da auto-afirmação colectiva constitui a ruptura essencial. Até lá prossegue o funcionamento da democracia representativa, com mais ou menos votantes. O que devia inquietar não é a abstenção, mas a perniciosidade do sistema, que permite que a maioria da minoria possa governar legitimamente com grande abstenção. Sabemos, por experiência histórica, que a democracia representativa não se desintegra mecanicamente pelo aumento da abstenção. Ela adapta-se à abstenção e evolui cada vez mais para uma democracia representativa autoritária. É a sua tendência natural, digamos assim.

Uma das pessoas que tem trazido ultimamente alguma luz à compreensão deste processo é Jacques Rancière. As ideias que sublinha não são dele, vêm sendo afirmadas desde os «Enragés» da Grande Revolução até aos movimentos dos conselhos revolucionários do princípio do século xx, às práticas da revolução

espanhola, aos movimentos operários independentes na Europa de leste contra o estalinismo nos anos do pós guerra, às práticas apartidárias da revolução portuguesa. Fundamentalmente trata-se de negar a identidade que se veio a estabelecer entre a representação, as eleições e a democracia. Vivemos hoje uma fase aguda da crise da representação, não da democracia. A democracia é um conceito e uma prática

A abstenção não levanta nenhum problema ao sistema representativo. O problema levanta-se quando a abstenção se transforma na consciência de que é necessário assumir a soberania social de forma directa e controlada.

histórica que pode ser alargada, desenvolvida. De facto, há uma oposição fundamental entre a lógica democrática e a lógica da representação. A primeira insiste na procura do exercício do poder pelos que o possuem, a segunda resume-se a delegar este poder a representantes eleitos. A primeira procura alargar o exercício da soberania, a segunda tudo faz para o limitar.

Representatividade que sufoca

E.N.: Ainda nessa chamada «crise da representatividade», depois de apontadas as culpas ao abstencionista, a quem

não vai ao jogo eleitoral, as culpas são afinal direccionadas a quem vai a jogo eleitoral e elege democraticamente figuras tenebrosas: Salvini, Le Pen, Orban ou Bolsonaro. Toda uma lista que não para de crescer.

A falta de confiança no sistema político representativo e nos seus profissionais só é nova pela amplitude que toma e pelo eco que encontra. Estamos a viver o começo de uma nova situação. Como se disse, a perversão deste sistema representativo é tal que as democracias parlamentares podem hoje funcionar e ser legitimadas com taxas de abstenção elevadas e com um desinteresse crescente dos «cidadãos». O eleitorado de direita e de extrema-direita, que curiosamente manifesta uma maior adesão ao sistema, ganha assim uma preponderância que não corresponde à implantação real das suas ideias nas sociedades. E sabemos também que as ditaduras se instalam muitas vezes através do sistema representativo. O desinteresse massivo e crescente pela «política», medido, bem ou mal, pela taxa de abstenção, exprime uma crítica superficial do sistema representativo, mas não leva necessariamente a um empenho directo dos que continuam a reproduzir a sociedade para assumirem o controlo dos seus próprios interesses. Não há confiança na classe política para lhe delegar soberania, mas assume-se a passividade. Esta passividade e a consequente ausência de acção directa na implicação da vida, são valores compatíveis com a perpetuação do sistema de representação, eles são mesmo produzidos pela prática da representação permanente que esvazia toda iniciativa e autonomia ao indivíduo. Já sabemos que a condição de cidadão é sinónimo de submissão e de resignação. Os novos movimentos e mobilizações procuram dar resposta a esta paralisia, procuram uma saída

para fora do frasco onde o ar puro se faz raro. Por seu lado, as correntes reformistas modernistas continuam a agitar-se dentro do frasco prometendo revigorar a política tradicional. Nos novos movimentos, as correntes antiautoritárias estão presentes, mas são travadas por esta ambiguidade, esta presença da passividade que reforça o perigo de um regresso ao passado. Veja-se o extraordinário exemplo do caso espanhol, onde, em poucos meses, Podemos, uma formação política saída do «movimento das praças», se encontrou totalmente prisioneira das instituições da política e dos jogos eleitorais no seu sentido mais podre. A curta história de Podemos é uma miséria franciscana.

L.L.: Estarão estas formas de organização incipientes de que fala o livro, que rejeitam à partida o princípio de autoridade e o princípio da representação permanente (que regem as actuais sociedades capitalistas), irremediavelmente datadas? Ou ainda nos servem de referência tendo em vista o elevado grau de complexidade das sociedades actuais?

Defendo que, pelo contrário, elas são mais do que nunca uma referência. Este é justamente o propósito do ensaio. O percurso dos emancipadores profissionais, das organizações de chefes que possuem o saber e a ciência da sociedade acabou com o desmoronar do bloco do socialismo de Estado e o simultâneo desaparecimento da velha social-democracia. Estes modelos estão, eles sim, irremediavelmente datados. Claro está, o próprio funcionamento do sistema capitalista reproduz quotidianamente a hierarquia do saber e a submissão aos chefes, a resignação perante o que existe. Mas do lado do desejo de uma sociedade nova, liberta da alienação da exploração, todo o movimento ou mobilização que ganhe amplitude procura rapidamente romper com o modelo do socialismo autoritário. Não se imagina hoje que uma movimentação importante exprima como objectivo a construção de um partido de tipo leninista. Para esse peditório já se deu. Mesmo organizações de raiz autoritária que procuram conservar o controlo das suas bases são hoje obrigadas a evocar com mais ou menos demagogia as ideias libertárias. Tal é, por exemplo, o caso dos estalinistas curdos do PKK.

O que se segue não é um projecto fácil, longe disso. Porque o empenho em princípios antiautoritários exige mais energia e investimento que a facilidade da delegação da soberania em chefes. O modelo da representação é a facilidade. A relutância que os novos movimentos exprimem relativamente aos antigos modelos, às formas de representação permanentes, explicam o seu lado efémero. Porque são opções que exigem muito, pesam sobre as suas dinâmicas e fragilizam o seu desenvolvimento. Em França o recente movimento dos Coletes Amarelos é um exemplo forte. Pela primeira vez, de há anos a esta parte, um movimento que se prolongou durante meses não produziu um só chefe nem mesmo uma estrutura de organização que tenha tido vida perene. Produziu, isso sim, um espírito de luta radical e uma série de reivindicações não negociáveis, como a de igualdade



Camponeses alentejanos durante o processo revolucionário que sucedeu à queda do Estado Novo em 25 de abril de 1974.

e justiça social, que continuam presentes. Um movimento que foi reprimido violentamente pelo Estado, mas que não foi derrotado nem esmagado como no passado. Um dístico de um Colete Amarelo numa manifestação dizia: «O nosso movimento não pode ser decapitado porque ele não tem uma cabeça». Quanto à questão da complexidade do mundo poder-se-á argumentar que quanto mais se acentua a complexidade da sociedade capitalista mais a sua estrutura e funcionamento é frágil. Há, evidentemente, a complexidade destruidora que está patente na catástrofe ambiental e climática. Neste campo não se vê que as continuidades dos modelos autoritários de governo sejam mais propícias a uma solução dos problemas; pelo contrário, eles revelam-se impotentes e agravantes. Nunca esta frase de Marx foi tão actual: no capitalismo cada solução é um novo problema. No campo das tecnologias ditas «modernas» há também que considerar que, para além do carácter alienante e atomizador que têm, para além do custo ambiental da sua produção, elas abrem novos possíveis para as perspectivas da auto-organização e mesmo para imaginar a planificação horizontal e democrática de base de uma sociedade igualitária. Todos os novos movimentos utilizam as redes sociais para se auto-organizar.

A experiência portuguesa

L.L.: A experiência da «revolução portuguesa» é talvez o mais próximo destes movimentos de emancipação social que conhecemos e que vivemos. A auto-organização espontânea de que se dotaram os trabalhadores portugueses logo que surgiu uma brecha na autoridade do Estado aberta pelo golpe do 25 de Abril – as comissões de trabalhadores e as comissões de

moradores – insere-se neste fio condutor de movimentos revolucionários que atravessaram muitos países nos últimos duzentos anos. Não foram «aprender» com os outros, mas perceberam qual era o caminho. No entanto, enfrentaram e, finalmente, foram derrotados pelos mesmos inimigos de sempre: a repressão do Estado, as tentativas de controlo por parte das organizações «revolucionárias» burocráticas e as próprias contradições no seio dos trabalhadores quando quiseram passar da autogestão das lutas para a autogestão económica. Em termos sucintos, como

O empenho em princípios antiautoritários exige mais energia e investimento que a facilidade da delegação da soberania em chefes.

é que o livro olha para este processo? Haverá nele ainda uma ligação, mesmo que ténue, com o velho movimento anarco-sindicalista do princípio do século XX em Portugal?

O livro do Phil Mailer, *Portugal, a Revolução Impossível?* (Antígona, 2018), responde perfeitamente às questões que levantas. E eu reconheço-me totalmente nas suas conclusões, que retomo no capítulo que dedico à revolução portuguesa, embora o faça com uma abordagem diferente. Ele diz: «A experiência portuguesa (...) mostra que a actividade revolucionária não se desenvolve em resultado de estratégias delineadas por analistas de sistemas ou planeadores burgueses travestidos

de generais revolucionários (...). Surge no decurso da própria luta, e as suas formas mais avançadas são assumidas por aqueles para quem a luta é uma necessidade». E lembra que o inimigo dos trabalhadores «surgiu-lhes sempre à frente com umas vestes inesperadas: as das suas próprias organizações. Cada vez que criavam uma organização, viam-na ser instrumentalizada por supostos líderes ou vanguardas que não eram os seus». Isto é: a constante luta entre as correntes autoritárias e antiautoritárias do socialismo foi também central no movimento português. A neutralização das perspectivas de auto-emancipação foi, não só a tarefa das inúmeras vanguardas que «sabiam» o que se devia fazer, mas sobretudo o resultado da presença da ideia de vanguarda no espírito da grande maioria dos trabalhadores. Que mais não era que a expressão da sua fraqueza.

Parece-me, não obstante, indiscutível que os princípios antiautoritários do velho movimento anarco-sindicalista e sindicalista-revolucionário encontraram expressão na energia da auto-organização e no desejo de «apartidarismo». Nas ocupações também, nas zonas rurais de velha tradição revolucionária, onde o partido comunista tinha recuperado e utilizado as velhas tradições colectivistas e libertárias. Um facto extraordinário que prova que os valores do passado podem fazer erupção na consciência social, exactamente onde menos se espera.

FN.: Das formas de organização incipientes de que fala o livro, que atenção merecem da tua parte o reabilitar dos sentidos e práticas comunais e comunitárias que estão ainda inscritas na nossa ruralidade, mesmo que isoladas e em risco de desaparecerem (por muito que de alterado tenhamos que

entender hoje o sentido do rural). Falo das possibilidades em torno das práticas comunitárias de gestão do território, dos baldios às entreajudas comunitárias, que uma nova ruralidade que vem das cidades reclama nas suas práticas: de economias solidárias, de comunidades intencionais que repovoam o campo, etc.

Claramente estas práticas que vêm de um passado não tão longínquo, fazem parte das nossas ideias, do nosso fio condutor, integram os princípios antiautoritários que reivindicamos. Isto dito, há que ter em conta que o mundo não pára de se transformar, que as forças destruidoras do capitalismo reduziram estas práticas a fenómenos marginais que passam por folclóricos. Mas os princípios que fundamentam estas práticas reaparecem e tomam novas formas em práticas mais ou menos isoladas, limitadas. Prova da sua vivacidade.

Há pouco lia a correspondência trocada entre Marx e a figura do populismo revolucionário russo Vera Zassoulitch que data do princípio dos anos 1880 e que só recentemente nos foi dada a conhecer. Marx, interessou-se particularmente pelas práticas das comunas rurais russas e discutiu intensamente com Zassoulitch essa mesma questão. Estas formas sociais poderão permitir uma passagem mais rápida para uma sociedade pós-capitalista? Nestas cartas, que Maximilien Rubel considerou como «o verdadeiro testamento político de Marx», este afasta-se explicitamente de toda a visão determinista e mecanicista da evolução das sociedades que os «marxistas» começavam a colar-lhe ao pêlo. O que o marxismo «ortodoxo» depois condensou na rígida e fria fórmula da «necessidade do desenvolvimento das forças produtivas» como condição indispensável para a construção

18 ENTREVISTA



Lisboa, Outubro de 2019: cartazes anarquistas nas vésperas das eleições legislativas.

do socialismo. A história das etapas necessárias. Sublinhando a riqueza, a energia e as potencialidades destas formas pré-capitalistas, Marx levantava apenas a questão do quadro histórico, das circunstâncias que permitiriam, sim ou não, a estas formas de se desenvolverem, de se amplificarem e de participarem no movimento de subversão das sociedades. Um quarto de século mais tarde, elas marcaram o movimento dos soviets das revoluções russas de 1905 e 1917. De igual modo, no caso português, as práticas comunitárias e colectivas das sociedades rurais do passado tiveram decerto uma importância na energia revolucionária de 1974-75, nos campos, mas também na consciência dos trabalhadores. Tudo isto para apoiar a ideia, que exprimes na tua intervenção, de que estes elementos do passado devem fazer parte do desejo de subverter o presente. Devemos reivindicá-los.

Colmeias de autonomia

FN.: Encadeado nesta última pergunta, haverá ainda uma diferença a estabelecer no modo de actuar e possibilidades inerentes numa acção política municipalista, numa a acção de base eminentemente local?

Vamos partir do real. No estado presente do capitalismo, a geografia das sociedades continua a alterar-se: desertificação do interior e alargamento de zonas urbanas desestruturadas e periféricas. Nesta situação, o poder municipal é hoje um apêndice das forças capitalistas, por vezes agentes directos das mais parasitas e especulativas. Não há hoje administração municipal que não esteja enfeudada aos capitalistas da agro-indústria, da química, do automóvel, do turismo, da

Vivemos hoje uma fase aguda da crise da representação, não da democracia. A democracia é um conceito e uma prática histórica que pode ser alargada, desenvolvida.

construção, do imobiliário. A corrupção é a regra. Ao mesmo tempo, a centralização do poder político continua a reforçar-se e a reduzir o antigo poder municipal a uma forma vazia. Neste quadro, parece totalmente ilusório, e uma perda de energias, o investimento numa qualquer «acção política municipalista», no sentido institucional, entenda-se. A menos que falemos de uma aldeia perdida na serra da Marofa, onde provavelmente só haverá meia dúzia de ruínas, e nesse caso não se vê razão para investir as energias particularmente na revitalização de uma instituição desse tipo.

Parece-me mais interessante sublinhar a tendência, que se observa hoje na sociedade francesa, da construção de espaços autónomos de sociabilidade alternativa nos pequenos centros urbanos da periferia das grandes cidades e também nas zonas rurais abandonadas, onde se instala um número crescente de jovens à procura de uma forma de vida diferente, empenhando-se nas actividades agrícolas e outras deixadas ao abandono pela desertificação. Estes «locais», «centros», por vezes mesmo «bibliotecas associativas», têm vindo a proliferar e, em regiões

como a Bretanha ou o Centro da França, constituem já uma rede importante. São lugares de vida que respondem a uma necessidade de sociabilidade, que dão apoio a uma população abandonada pelos poderes públicos e pelos seus serviços — que, como se sabe, foi um dos motores do movimento dos Coletes Amarelos —, no campo jurídico e técnico. São colmeias de encontro e cruzamentos, de debate político e de actividades culturais diversas, da música à pintura e à leitura. São lugares de vida e de espírito solidário e de entreadjudá com uma visão crítica do mundo, que põem os problemas locais em perspectiva com a globalidade do mundo. São núcleos activos que evitam o espírito de gueto e que, pelo contrário, se preocupam em envolver o que resta das populações locais nas suas actividades. Uma energia que tem efeitos bem mais emancipadores que a actividade nas instituições bolorentas do sistema. Sim, há uma diferença a estabelecer entre os dois tipos de acção



O Socialismo Selvagem. Ensaio sobre a auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 até aos nossos dias. Charles Reeve Antígona, 2019

e a diferença é fundamental, entre o velho mundo da política e o mundo que «surgingo vem ao longe».

LL: O livro, mormente na sua parte final, sublinha que a utopia destas concepções, que vão ao arrepio da ideia de que o mundo é mesmo assim e não se pode mudar, não deve conduzir à impotência do utopismo. Cada episódio histórico, cada teoria política, cada movimento, cada conquista, cada grupo, cada activista contribuiu para este processo, e embora se não possa prever quais serão os seus futuros desenvolvimentos, há princípios que se mantêm. Queres comentar?

Eu não diria «cada», mas só quando a História normal faz um passo para o lado, quando há ruptura na reprodução do mundo tal qual ele é e parece ser para sempre. Nesse passo para o lado, nessa ruptura estará a negação da «impotência do utopismo», estará a concretização da utopia dos novos princípios, do imaginário social da construção de um novo mundo. E é no elogio deste «passo para o lado» que está todo o sentido do nosso trabalho. Porque no desfile da reprodução da normalidade nós não temos lugar reservado. Resume-se tudo à questão do «Não», a tal palavra que foi sempre mal vista na cultura lusitana tão bem comportada. Não era por acaso que durante o salazarismo a expressão «ser do contra» tinha uma potente dimensão existencial e contrariante, incomodava. Trata-se de nos reapropriarmos dela e dar-lhe um conteúdo positivo de outra visão social. Éramos do contra antes e somos do contra hoje. Mudou-se de tempo, mudou-se de espectáculo e de artistas de cena, mas não se mudou de Vida, no sentido que lhe deu o José Mário Branco.

A cigarra, a formiga e o insecto-insulto

Prometem a vida airada da cigarra, com a segurança da formiga, mas as plataformas de tradução e de legendagem estão a criar um novo insecto, paranoico e nervoso.

ALBERTINA

6:30 da manhã. Acordo, já em stress, e vou até à sala, para abrir o computador. O café, os dentes lavados, o chichi, fica tudo para depois. Primeiro tenho de fazer *log in* nas plataformas das agências de tradução e abrir o *email* para ver se não perdi nada. Não sei o que vou fazer hoje. Ainda estou triste por ter recusado traduzir a série toda do Monstro do Pântano em prol de uma *sitcom* dos anos 90, mas a *sitcom* dos anos 90 representou, pela primeira vez em quatro anos no mundo das legendas, uma fonte de trabalho regular. Durante um mês, trabalhei em dois ou três episódios por dia. Só foi chato ter tido de traduzir temporada sim, temporada não. Depois a malta queixa-se da falta de consistência nas legendas e é chato, pois. Por isso, para bem da nação e por orgulho profissional, ainda preenchi um glosário à borla e propus uma tabela de referência, não fosse o Sr. José começar a ser tratado por tu nas temporadas que não eram minhas.

Hoje não tenho nada, excepto um *email* da companhia americana-com-funcionamento-na-Índia, que me pede, às 3:45 da manhã, para traduzir qualquer coisa para daí a duas horas, apesar de lhes ter dito que só estava disponível das 8 às 20. Boa. Hoje posso tratar de outras coisas da vida, de limpar a casa, ir ao supermercado, quem sabe, até, ao cinema? Não, o cinema não dá. Não posso consultar o *email* a cada cinco minutos no cinema. Sabem, já perdi trabalhos por causa disso. O tempo médio de que disponho para responder a um *email* são uns sete segundos. Consegui a tal *sitcom* porque consultei o *email* duas vezes de seguida quando estava numa bicha, numa loja de plantas. Foi chato, também isso. Chegou a minha vez de pagar e não podia despachar-me porque tinha de carregar no botão para aceitar o trabalho, escrever cinco códigos, autenticar e coiso e tal, e esperar ter reagido a tempo.

Por isso, o meu dia será assim. Vou alternar as tarefas da casa com a consulta obsessiva do *email*. Quando for

ao café, tenho de ter atenção e ir vendo pelo caminho se chega alguma coisa. Olha! Chegou um *email* do meu amigo do MAPA. Desafia-me a escrever um texto. Assim sendo, vou deixar as plataformas abertas no fundo do ecrã, a página do *email* bem à vista, e vou contar-lhe tudo. Ora ouçam.

Quem são estas agências de tradução?

Vou começar por lhe contar um pouco como são os meus dias. Depois, na segunda parte do texto, passo à exposição séria. O problema é que acho que já toda a gente percebeu como funcionam os Ubers (até já há aquele termo horrível da «uberização»), que a malta que anda aí a distribuir Glovo não tem condições mínimas de trabalho e nem sabe para quem trabalha, e que o maravilhoso mundo da «economia colaborativa», para copiar o que dizia o meu amigo do MAPA, é uma «biscatização» das relações laborais. Mas será que já toda a gente viu até onde vão essas novas formas de

trabalho? Eu própria não sei, por isso vou falar do caso das legendas. Hoje em dia toda a gente vê Netflixes, HBOS e afins, não é?

Não lhe vou enviar o texto como se fosse um debate. Não há aqui muito a debater: a solução devia ser clara. Vou antes dizer-lhe que as agências de legendagem para áudio-visual são assim umas coisas, todas com nomes parecidos, que trabalham com *freelancers* de todo o mundo. As agências recrutam através de *sites* que funcionam como páginas amarelas dos tradutores e aceitam candidaturas espontâneas. A primeira coisa que acontece, independentemente de se fazerem testes de entrada ou não, é a assinatura de um acordo de confidencialidade. Imagino que não seja tanto para garantir que ninguém vende informação sobre a última temporada da Guerra dos Tronos, e mais para garantir que o mar de trabalhadores anónimos não troca informações entre si. Sabe-se lá, ainda ganhavam noção de classe, ou outro horror do género.

Depois, cada língua tem um ou vários «PMS», os «gestores de projectos». Estes PMS, que, nalguns casos, mudam todos os dias, são, frequentemente, as únicas pessoas com nome a que se terá acesso durante todo o tempo de trabalho. Na melhor das hipóteses, são gente bestial e simpática, com quem dá gosto trocar *emails*, mesmo não lhes vendo a cara. Na pior, são gente que mal articula a língua franca (quase tudo se passa em inglês, claro) e que só responde passados três meses, se responder.

A atribuição de tarefas é feita por *email*, pelos tais PMS, com os tais sete segundos para responder, ou através das plataformas que convém consultar o dia todo (dizem eles, não eu). Em geral, aparece uma lista de episódios ou filmes, completamente à toa, que o tradutor pode aceitar ao carregar num botão. Com sorte, o prazo ainda não passou e é só para o dia seguinte. Muitas vezes, é para ontem. Já os temas podem ser de tudo, dos filmes pornográficos às corridas de escaravinhos, dos programas sobre peças de motores aos filmes do Hitchcock.

A legendagem é feita de origem, ou seja, com o tradutor a programar também o momento em que as legendas devem surgir no ecrã, ou a partir de modelos em inglês, a ser adaptados para todas as outras línguas. Estes modelos são, só por si, problemáticos. Cá para mim, metade destes textos são escritos por programas de reconhecimento de voz, mas admito que ande a ficar paranóica e que a literacia básica não seja um dos requisitos para quem faz esta tarefa...

A tradução, depois, faz-se com os programas adquiridos por cada pessoa (um programa de tradução decente pode custar entre 1000€ e 2000€ por ano), ou com os programas da companhia, *online*, nas nuvens, ultra-secretos, e que não permitem ao tradutor guardar a sua tradução.

O pagamento é feito entre um mês e 45 dias depois, por *paypal* ou equivalente, com regimes de impostos mais ou menos claros, e acabou a história. Talvez venha mais trabalho no dia seguinte, talvez só volte a haver alguma coisa cinco meses mais tarde, talvez não volte a haver, de todo.

Avaliações, competição e anonimato

As traduções são assinadas, ou não, segundo os critérios de cada «cliente final», ou seja, da Disney, Netflix, Apple, etc. Ainda que a Netflix tenha vindo a ditar muitas das regras deste novo mercado, cada companhia gosta de ser



CATÁLOGO DA "BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE"

diferente e publicar o seu livro de estilo, frequentemente inconcebível.

Fora isso, todo o processo é anónimo e visto como concorrência nas suas diversas etapas. A revisão, que devia ser coisa natural e fundamental para qualquer texto escrito (você vão rever este texto, não vão, MAPA?), é feita, não para melhorar o resultado final, mas para tramar o tradutor. Segundo as gralhas, dão-se ou tiram-se pontos. Podia ser pior... uma vez apanhei uma companhia que queria fazer os tradutores pagar vinte centimos por gralha, um euro por cada hora de atraso na entrega, e já não sei mais o quê, até que o tradutor se arriscava a pagar pelo trabalho. Mas a coisa mais perversa é que os revisores, também eles tradutores, são incitados a pontuar de forma a desfazer os outros, com a ideia de que terão mais trabalho para eles próprios. E nunca, nunca, nunca, se põe um tradutor em contacto com o respectivo revisor. Credo, que isso ainda dava cabo das estatísticas!

Claro que o pilar fundamental deste anonimato e dos acordos de confidencialidade obrigatórios é outro: ninguém pode discutir a tarifa e as condições de trabalho.

Todo este sistema assenta no anonimato. No dia em que os tradutores passarem a ter colegas, cai o castelo ao chão. Ou seja, as agências, que podiam estar a fomentar os benefícios da discussão e do trabalho conjunto, vivem da competição desenfreada. Os tradutores começam a ter medo de traduzir, não vá um revisor dar um ponto negativo. Eu cá, que já tive este problema no exame nacional de Latim, já lá vão muitos anos, aprendi a lição: deixo notas e comentários onde possível, para explicar cada escolha de tradução que possa parecer mais estranha. Defender antes do ataque e tal. O exemplo do meu exame nacional de Latim até é engraçado. O texto falava sobre a cor das togas. A palavra era *ostrum*, que eu traduzi por «púrpura». Perdi um ponto, imaginem, porque o professor que corrigiu queria «da cor da tinta extraída das ostras». É mais ou menos este o nível das revisões nestas agências. Sim, guardei este rancor até ter uma ocasião de falar dele em público. Pronto, já passou. Isto tudo para dizer o quê? Que, tal como no exame nacional, não vemos a pessoa que corrige. Tudo seria mais simples se um tradutor pudesse dizer ao revisor «ó pá, essa das ostras é muito literal!»

Todas estas companhias se estão nas tintas para a qualidade da tradução. Claro que o pilar fundamental deste anonimato e dos acordos de confidencialidade obrigatórios é outro: ninguém pode discutir a tarifa e as condições de trabalho. E haverá sempre alguém disponível a trabalhar por menos. Por curiosidade, conto-vos que a tarifa habitual de base para traduções simples (com modelo), em português europeu, ronda os 2€ por minuto de vídeo. Na vizinha França, dizem as más-línguas que 10€ a 20€ por minuto é normal, ou mesmo o dobro se for um vídeo institucional. Mas o que rende mesmo é trabalhar para o Mélenchon, que esteve aqui há tempos envolvido num escândalo, porque, entre outras coisas, estaria a pagar 200€ por

minuto de legendagem à sua directora de campanha.¹ *Vive la France!*

A automatização e a transformação dos tradutores em revisores

Para além do trabalho anónimo e das pontuações, a outra grande moda é vender traduções baratas, com recurso aos programas de tradução automática. Quem já usou o Google Translate, por exemplo, sabe que o que sai daquele forno não está pronto a consumir. Qual é a solução do mercado das traduções? Pagar aos tradutores para rever os textos automáticos. Não estou a falar das «memórias de tradução», ferramenta útil nalguns ramos em que as nuances e subtilidades da linguagem não contam. Estou mesmo a falar de pagar uns tostões a alguém para rever uma tradução do Google, pagar mais uns tostões a alguém para pontuar essa revisão, manter os tradutores sempre com pontuações baixas, e pagar sempre o menos possível.

O meu primeiro encontro com este mundo foi uma agência portuguesa chamada Unbabel, que se gabava de pagar pouco aos tradutores. Para estes senhores, um texto é uma coisa que se pode dividir em blocos, e cada parágrafo pode ser dado a um tradutor diferente, para fazer no metro ou na paragem de autocarro. É importante estar sempre a fazer dinheiro, não é? Uma pequena visita ao *site* deles ilustra tudo isto, mas com a linguagem da moda do mundo dos empreendedores. Pessoalmente, adoro o testemunho de um dos clientes: «A Unbabel funciona de forma ágil e o elemento humano proporciona realmente uma sensação de segurança. Os nossos clientes estão claramente mais felizes.» Olha que bem, o elemento humano.

O mundo das legendas estava relativamente livre disto, dado o facto de que a linguagem oral tem de ser resumida, reinterpretada ou desenvolvida para ser transformada em texto legível. Não me posso esquecer de dizer ao meu amigo que não se preocupe, que já toda a gente começou a receber *emails* das agências a anunciar o futuro da tradução automática. «Adaptem-se, ou vão ao ar» é o tom geral das mensagens.

A concorrência do mercado dos fãs e as «ameaças à profissão»

Mas não é isso que mete medo a muitos dos tradutores. O que me leva ao assunto da organização das pessoas que se meteram nesta profissão. Hoje em dia, passa-se quase tudo *online*, claro, com grupos vários no Facebook ou em *sites*

especializados. Para muitos, a «desvalorização da profissão» faz-se ao «deixar entrar toda a gente», em vez de se fechar o mundo a quem tenha um canudo especial e vinte cursos de técnicas disto e daquilo. O medo resulta da existência de um mundo paralelo de traduções de programas e filmes feitas por fãs (como se costuma chamar-lhes), como na base de dados do site Addic7ed.com. A ideia é que, enquanto houver fãs a trabalhar à borla, os preços baixarão sem parar.

Aqui confunde-se, acho eu, o problema das qualificações reais para fazer qualquer coisa (sim, toda a gente acha que sabe traduzir, mas a competência real é verificável com testes e demonstrações práticas, assunto arrumado), o problema do «trabalho» por prazer (eu cá, revejo à borla para o MAPA e não estou a roubar trabalho a ninguém, porque não é um trabalho que fosse ser pago, para começar) e o problema da exploração do trabalho real. Não é a existência de traduções à borla que faz com que a Cinemateca tenha reduzido para metade os preços que pagava aos tradutores há dez anos, ou que faz com que o Paulo Branco demore mais de um ano a pagar a quem trabalha para ele, ou que a maior parte dos festivais contrate quem cobra menos, mesmo que a qualidade seja duvidosa (achavam que não ia tocar em exemplos nacionais? Das agências locais, no entanto, não posso falar, mas não me parecem muito diferentes das internacionais). O que faz com que a Cinemateca, o Paulo Branco e os Festivais Variados explorem os trabalhadores é o desprezo que têm por um serviço tantas vezes anónimo e tantas vezes feito nas piores condições, sem guião, com cópias velhas, e sem a oportunidade de ouvir o som nas melhores condições. A tradução transformou-se no biscoito para estudantes ou diletantes e dizer mal dos próprios tradutores tornou-se regra. Rancor n.º 2, ouvido na Cinemateca: «Não vamos pôr Racine nas mãos dos nossos tradutores». E o senhor merece uma resposta em alexandrinos.

Aqui, o meu amigo do MAPA vai dizer que estou a divagar. Deve estar aborrecido e sem vontade de ler legendas. É assim como os filmes sobre a produção alimentar que deixam toda a gente meio enjoada com a comida por uns dias. E eu devia era fazer um intervalo para ver se chegou trabalho. Esperem aí...

Já está. Não havia nada. Deve ser porque é meio do semestre.

O meu amigo tem razão, dizia eu. Era suposto estar a falar das formas de organização dos tradutores. Não havendo

nenhum sindicato sobre o assunto em Portugal, criou-se recentemente uma associação para tradutores do audio-visual. Tem só dois ou três meses, acreditem ou não. Ainda é cedo para falar das suas propostas e áreas de intervenção, sobretudo num ramo onde muito do trabalho se passa no estrangeiro (já agora, em França, os tradutores recebem direitos de autor sobre os filmes que legendam). Por enquanto, a grande medida foi promover um *software* qualquer, com desconto no preço. Já ajuda, imagino. Mas como se combate um patrão sem cara? Será esta associação capaz de transformar alguma coisa, pelo menos a nível local? Os meus anos de optimismo passaram. A ameaça real à profissão é, obviamente, a produção desenfreada, o mercado instável, a precaridade dos seus trabalhadores, a falta de contratos, a impunidade dos donos das empresas. A ameaça real à profissão é a ameaça real a tantas profissões hoje em dia. As Netflixes e assim são companhias com escala mundial, que delegam em muitas outras empresas cada uma das etapas que lhes permitem viver.

Da revolta contra os patrões passámos a ter revolta no vazio, sem patrões identificáveis nem colegas, nem sequer um país certo onde esta guerra se possa travar. Se calhar, ou mesmo muito provavelmente, a resposta a tudo isto passa pela coordenação destas profissões invisíveis. A malta dos biscates devia conversar. Afinal, o sistema sinistro a combater é o mesmo.

A ameaça real à profissão é, obviamente, a produção desenfreada, o mercado instável, a precaridade dos seus trabalhadores, a falta de contratos, a impunidade dos donos das empresas.

Um mundo Candy Crush

Resumindo, e sem conclusão, porque isto é só um esboço daquele texto bestial que ia escrever para o meu amigo. Prometem-nos a vida airada da cigarra, com a segurança da formiga: «faça 1000 dólares por mês a ver tv!». Na verdade, estão a criar uma nova espécie de insecto, em *stress* permanente. Num mundo de aplicações e jogos, até carregar no botão para aceitar trabalho se torna um jogo perverso e viciante, em que o dinheiro é transferido por uma entidade estranha e aparecem umas barras de ouro no canto do ecrã. «Mas ainda posso fazer mais uns trocos este mês, caso não tenha nada na Primavera», e lá estamos nós a aceitar trabalhar mais um dia de seguida, que as folgas são para quem tem contrato. Já não falamos na cigarra e na formiga. Nasceu um outro insecto qualquer, paranoico e nervoso, com medo de não poder estar doente e de nunca vir a ter reforma. O Alexandre O'Neill falava no insecto-insulto. Vamos roubar-lhe o nome. E vamos assinar este texto como «Albertina», por causa dos acordos de confidencialidade.

NOTAS

¹ Simplifico, claro. Mas, se não acreditam em mim e querem o escândalo todo, podem ver aqui: <https://www.franceculture.fr/politique/sophia-chikirou-une-campagne-de-bonnes-factures>



Tecedoras de redes: a mulher no mundo pós-petróleo



MARIA CASTELO / REDE GALEGA PELO DECRESCIMENTO
FOTOGRAFIA BEGOÑA DE BERNARDO

Para as gentes da costa a rede simbolizava o sustento, pois era com ela que se pescava. Quem pescava eram os homens, mas quem preparava as redes eram as mulheres, as redeiras. A rede como base da produção do sustento, mas também da segurança, do descanso e do lazer. Interessa-nos a criação destas outras redes, redes sociais de cooperação, de saberes, capazes de trespassar fronteiras e de unir lugares distantes, geograficamente mas não tanto culturalmente.

Podemos comprovar com a internet como é que uma rede transmite informação. A sua utilidade é ser capaz de comunicar usando nós e enlaces que funcionam em todas as direções e sentidos, criando não apenas a conexão mas a inter-conexão e a retroalimentação, de forma a que cada nó comunique indiretamente com todos os outros para facilitar a sua operatividade. Não implica cada ponto ter conexão direta com todos os outros, mas cada nó ou ponto de enlace poder chegar a qualquer outro, para que pessoas, grupos e comunidades possam partilhar recursos

e elementos materiais, mas especialmente elementos imateriais.

Construirmos a nossa rede

A ativista e pioneira nos estudos prospectivos, Elise Boulding, insistiu que é impossível trabalhar para um objetivo que não podemos imaginar, pois é a visão do futuro que fundamenta a ação do presente.

Imaginemos um mundo onde os sistemas de comunicação, de produção e de transporte estão falidos. Já não podemos, no mínimo não com a mesma intensidade e facilidade, comunicar com a Austrália, mas o isolamento absoluto não é nem possível nem desejável. Há que construir novas redes. Sabendo que cada lugar tem seus próprios condicionamentos, necessidades e potencialidades, quais seriam então as bases da nossa rede na Galiza? Olhemos para a organização territorial, o acervo cultural e a língua como dimensões determinantes para darmos resposta às novas necessidades de alto nível de autosuficiência, frugalidade, localismo e cooperação.

A organização territorial

Com vista a uma nova organização, quer sem a cobertura estatal quer com uma super-estrutura social muito debilitada, a base seria a comunidade local. O conceito de comunidade local

em cada lugar tem um significado distinto. Na Galiza, a nossa base seria a paróquia (freguesia) no entorno rural e o núcleo urbano (não a grande aglomeração moderna estabelecida sob o nome de área metropolitana).

Falamos em simplificação territorial porque as super-estruturas territoriais e mega aglomerações humanas deixaram de fazer sentido e não serão operativas, como diz Ted Trainer, autor de *The Transition to a Sustainable and Just World*: «A nova economia será constituída principalmente por muitas pequenas economias, economias locais, de tal maneira que os produtos básicos de que

Olhemos para a organização territorial, o acervo cultural e a língua, como dimensões determinantes para darmos resposta às novas necessidades de alto nível de autosuficiência, frugalidade, localismo e cooperação

necessitamos sejam produzidos perto de onde vivemos, a partir da terra, bosques e recursos locais, graças à força de trabalho e aos conhecimentos da gente local».

Considerando que o transporte de pessoas e mercadorias depende, em mais de 90%, do petróleo, um dos primeiros efeitos do Teto do Petróleo será a dificuldade em manter esse sistema, dispor de produtos procedentes de lugares afastados e viajar da maneira que vínhamos fazendo. Tudo terá de ser feito na proximidade na maior parte do tempo, com meios de transporte não consumidores de combustíveis fósseis.

Por proximidade geográfica, por similitude climática e da biodiversidade, para a Galiza será mais prático e mais possível, materialmente, a relação com o Norte de Portugal do que com os países catalães, por exemplo, ou com as partes do Estado espanhol não peninsulares. Os nodos desta rede deveriam ter essa bio-região como prioridade.

Acervo cultural

Na nova sociedade será indispensável dispor de muitas habilidades e conhecimentos, como agricultura tradicional e pesca, usos do gado como força de trabalho, conservação artesanal de alimentos, produção de roupa, usos das ervas medicinais, eficiência

energética, lazer... O acervo cultural de que necessitamos está ainda aí e fácil de recuperar, pois decorreu apenas uma geração desde a sua aplicação quotidiana.

A importância da língua

A língua, em todo este processo, é um dos elementos mais importantes com que contamos na criação da nossa rede. «As histórias transmitidas no seio de uma comunidade é o que as mantém unidas», diz o *Guia para o Decrescimento Energético* da Associação Véspera de Nada. Desta forma, um labor importante a abordarmos na preparação da nossa comunidade é a produção de histórias que expliquem as radicais mudanças que está a experimentar a sociedade no seu conjunto, ou a nossa comunidade local, derrubando os mitos que nos dirigiram até onde estamos e permitindo apreender novos valores e conhecimentos que devem guiar a nova cultura pós-industrial, ao mesmo tempo que recuperamos ou mantemos elementos da cultura tradicional galega.

A linguagem e, por isso, a língua, tem uma função mediadora

Com vista a uma nova organização, quer sem a cobertura estatal quer com uma super-estrutura social muito debilitada, a base seria a comunidade local

entre o pensamento e a percepção da realidade, sendo usada como veículo da ideologia e instrumento de dominação. Assim, também podemos usar a poderosa meta-ferramenta da linguagem para desarmar uma ideologia destrutiva e construir outra nova.

A mulher vem sendo um elemento chave em todo este processo por ser ela maioritariamente quem guarda ainda estes saberes de que falamos, especialmente no mundo rural, onde ainda são elas quem transmite a gerações novas conhecimentos úteis para a criança, os cuidados, não apenas da família, mas também do gado, do campo e, por extensão, da vida.

Mulheres de distintas procedências e de distintas culturas, a porem em comum esses conhecimentos, são o elo fundamental para a criação da nossa rede de sustento, de segurança e de sobrevivência.

Como se nasce em Portugal?

Uma entrevista sobre partos, direitos das mulheres, condições do nascimento e mudanças sociais à volta destes temas.

ALEX HOCKETT



MARGARIDA LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Margarida Lima e Sandra Faustino do jornal Mapa estiveram à conversa com Dulce Morgado Neves, dando origem a esta entrevista e a um podcast com a conversa completa, que pode ser ouvido e descarregado em www.jornalmapa.pt

Margarida: Para começarmos, talvez a Dulce se possa apresentar e explicar-nos o que investiga e o que tem andado a fazer...

Dulce: Para além da minha participação na Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher no Gravidez e no Parto (APDMGP), investigo temas de maternidade/paternidade e nascimento. Sou investigadora no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) do ISCTE e estou desde 2014 a trabalhar sobre a emergência de novos modelos de parentalidade. Neste caminho, tem-me interessado em particular estudar fenómenos que têm que ver com a ingerência de valores mais naturalistas e ecologistas associados à parentalidade e, mais recentemente, tenho-me focado sobre a questão específica do nascimento.

M: Vou-te já interromper para nos ajudares a perceber melhor o que quer dizer «a ingerência de valores naturalistas»...

No fundo, é perceber como a adesão a determinados ideais, ecologistas e naturalistas, se expressa nos domínios particulares da vida das pessoas e nas escolhas que elas fazem, na forma como querem criar os seus filhos, como querem experienciar a gravidez e o próprio parto.

Sandra: Falando ainda do teu percurso, sei que tens estado ultimamente a explorar algo que é mais ou menos pioneiro, que é a «sociologia do nascimento».

A sociologia do nascimento é uma área emergente dentro da sociologia. Ele resulta da intersecção de outros campos da sociologia, nomeadamente da sociologia da família, do género e da saúde. Os primeiros estudos da sociologia sobre a questão específica do nascimento datam da década de 70. No ISCTE temos um laboratório de estudos sociais sobre nascimento e vemos que há cada vez mais investigadores e investigadoras a trabalhar este tema e a consagrar o nascimento como um campo de pesquisa das ciências sociais. Abordava-se por vezes esse tema numa óptica dos resultados e indicadores na área da saúde e demografia – estatística. O que se está a fazer agora, não recusando qualquer desses contributos, é a constituir um campo próprio.

S.: A par do teu percurso académico, tens-te também envolvido como ativista...

Sim, que também não é nada incomum nestes processos de consolidação de um saber académico. Reconhece-se cada vez mais a questão do nascimento, e da parentalidade de uma forma mais geral, como um terreno de reivindicação de direitos. Da mesma forma que o campo se consolida como um campo de saber sociológico, vão-se constituindo movimentos sociais em torno destas questões. Em Portugal tivemos em 2005 uma primeira associação, que era a HUMPAR (Associação Portuguesa pela Humanização do Parto), que entretanto julgo que ficou desativada, e no final de 2014 foi formada a APDMGP (Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto), que é a associação que agora, dentro destas questões de reivindicação social no nascimento e dos direitos das mulheres na fase reprodutiva, acaba por representar essa reivindicação de uma forma mais ou menos transversal.

M.: Agora, usando um pouco do teu olhar mais geral sobre estas questões, quais é que tu achas que seriam as grandes mudanças que têm acontecido à volta do nascimento nos últimos anos?

Em Portugal - também noutras realidades, como Espanha - o parto é caracterizado por ser um fenómeno bastante institucionalizado e medicalizado. Até à década de 60, mesmo em Lisboa, a maioria dos nascimentos ainda ocorria fora do hospital. A partir da década de 60 houve uma

hospitalização muito grande dos nascimentos, se bem que, até às décadas de 70 e 80, fora das grandes cidades ainda ocorriam muitos nascimentos em casa, e já com o apoio do Serviço Nacional de Saúde. É uma mudança em muito pouco tempo – esta passagem do local de nascimento de casa para o hospital. O nascimento passa a ser um acontecimento altamente institucionalizado e medicalizado e, a partir da década de 90, começa a haver uma espécie de reacção ao que se pode considerar um excesso de intervenção sobre o parto, e alguma tomada de consciência em relação a outros problemas que advêm do modelo biomédico dominante sobre as práticas de nascimento. A nível europeu, foi justamente na década de 90 que surgiu a European Network of Childbirth Associations (ENCA), que já é uma rede de associações que reivindicam os direitos das mulheres no nascimento. Porque o que se vê é que o parto, um evento com grande significado vital na biografia das pessoas, passa a ser também um evento da saúde e da doença, muito sujeito ao que são as dinâmicas de poder médicas.

M.: A partir dos anos 90 há uma tentativa de olhar para o excesso de medicalização, vamos dizer assim. E o que achas que foi acontecendo até aos dias de hoje?

Em Portugal essa tomada de consciência não aconteceu tão cedo quanto noutros países europeus e noutras realidades

vizinhas. Foi preciso um bocadinho mais para haver uma massa crítica e uma organização social com uma capacidade de ação e intervenção sobre esse contexto. Mesmo assim, não é um assunto que esteja sempre politicamente na berra. Também porque o próprio processo de institucionalização do parto em Portugal ocorreu mais tardiamente do que noutros sítios. E ele também vem associado não só a problemas, mas também à redução de riscos para a saúde que os partos tinham quando ocorriam fora das instituições hospitalares. Portanto, como as coisas caminham noutro ritmo, também tivemos de esperar um bocadinho mais para ter consciência desses efeitos nefastos do excesso de medicalização e também nos insurgimos contra eles mais tardiamente do que noutros contextos. E já há alterações que se têm vindo a fazer no seguimento dessas reivindicações - nem que seja o facto de os direitos na gravidez e no parto se tornarem muito mais visíveis do que eram há dez ou mesmo cinco anos.

M.: Do ponto de vista dos processos médicos, que alterações destacarias?

Bom, primeiro, a realidade é muito heterogénea a esse nível. Temos a denúncia de situações de desrespeito, abuso e incumprimento desses direitos, que se tornaram muito mais frequentes. Há um escrutínio muito maior em relação à cultura médica, sobre as boas e más condutas profissionais, e logo aí temos uma mudança - isto era uma coisa de que não se falava. Depois, em reação a isso, há mudanças, dependendo dos locais. Temos que ver que aquilo que assumimos como desejável numa experiência de parto também é bastante variável. Portanto, da mesma forma que há uma grande diversidade de expectativas em relação ao que é o nascimento, também existe diversidade naquilo que são as práticas.

M.: Mas há alguma coisa em termos práticos que te ocorra? Fala-se muito sobre a cesariana, que nos anos 80 era praticamente encorajada... Há mais algum exemplo?

Há vários exemplos, em termos de intervenções muito concretas. A medicalização pode ser medida por um conjunto de indicadores como as taxas de cesarianas, os partos instrumentados (uso de fórceps ou ventosas), e outro tipo de intervenções, como as episiotomias (os cortes no períneo) ou a indução do parto. Estes dados estão disponíveis numa plataforma cuja existência é por si reveladora da importância que isto ganha como campo autónomo, que é o Euro-Peristat, uma recolha sistemática e uniformizada de dados sobre nascimento, que nos permite ter um mapa do que são as realidades do nascimento em vários contextos europeus. Portugal aparece sistematicamente com elevadas taxas de intervenção no parto. Simultaneamente, de há uns anos para cá, há práticas que deixam de ser correntes noutros países e há vários outros modelos de assistência ao nascimento. Portanto, surgem indicações de organismos como a Organização Mundial de Saúde (OMS). A questão da cesariana, por exemplo, é muito emblemática, porque se chama agora a atenção para os efeitos menos positivos de uma cesariana feita sem indicação clínica válida. Nós temos uma prática muito intervencionista no parto, temos uma cultura organizacional nos hospitais muito voltada para o risco. A grande prioridade dos intervenientes nestes processos - e não foi assim há tanto tempo - foi o controle das taxas de mortalidade materna e infantil, as questões da patologia. Os hospitais onde nascem mais crianças são hospitais de referência para as patologias, portanto onde a cultura é de intervenção, em que o parto se assemelha muito a um processo patológico. Isto,

Nós temos uma prática muito intervencionista no parto, temos uma cultura organizacional nos hospitais muito voltada para o risco.

a longo prazo, tem tido efeitos. Nós evitamos a mortalidade infantil e materna, mas o que se está a ver agora é que esse excesso de intervenção traz outras consequências ao nível de outras morbilidades de que só agora damos conta.

M.: Queres dar exemplos?

Por exemplo, problemas com a episiotomia, o corte que se faz para facilitar a saída do bebé no canal de parto. Haverá motivos clínicos para a episiotomia, se houver a oportunidade de evitar uma cesariana. Mas a episiotomia, por rotina, vai trazer problemas à mulher - no que toca às costuras, dores, problemas de incontinência, etc. Há uma série de outros riscos que, obviamente, comparados com a questão da mortalidade ou das morbilidades graves, são menores, mas que, em partos normais, não estão justificados. Agora fala-se muito das consequências para a saúde dos bebés nascidos por cesariana, referindo-se maiores riscos de doenças respiratórias ou de obesidade. São tudo riscos associados a essa prática e que, em contextos onde não há indicação clínica para a sua intervenção, só vêm criar outros problemas.

S.: No fundo, com a institucionalização do parto, e com hospitais que começam a responder a uma grande população, surgem protocolos, coisas que são feitas por rotina para prevenir o risco. Mas a discussão que surge é a necessidade de «personalizar», dentro destas instituições, o atendimento no parto...

A humanização, de facto. Esta palavra é muito importante neste contexto

de reivindicações sociais, não só em relação à assistência no nascimento, mas na saúde em geral. A partir de determinado momento, quando a intervenção e o poder biomédico se revelam em excesso e trazem consequências, há uma reclamação da humanização. Isto é um discurso que já é transversal e que já está a obrigar as equipas e as instituições de saúde a fazerem adaptações. E, como eu dizia, há iniciativas legislativas - na última legislatura foram aprovados na generalidade dois projectos de lei que já estabelecem muitas recomendações para mudanças na assistência à saúde materna. Também se vê o surgimento de petições públicas, nomeadamente uma sobre a questão da violência obstétrica, por exemplo, que teve tantas assinaturas que foi levada à discussão na Assembleia da República.

S.: Estou a pensar, também, em relação a mudanças dos últimos tempos, sobre o parto na água em contexto hospitalar. Surgiu por pressão social?

Sim, esse é um caso paradigmático, porque só tivemos partos na água num hospital público, o de Setúbal, mas depois, por quezílias internas e por pareceres de médicos, não houve continuidade do parto na água. Em virtude disso até foi formado um movimento cívico, as Mães de Água. Mas, por exemplo, no hospital público da Póvoa do Varzim, que se tem tornado referência para as questões do parto natural ou com menos intervenção, já há a possibilidade de a mulher estar na água durante o trabalho de parto, mas não durante a expulsão, por falta de condições em termos de recursos humanos e de equipamentos. Esta é uma questão sempre levantada e que também temos de ter em conta - a falta de profissionais de saúde nas instituições, bem como as condições materiais que limitam as práticas desses profissionais. Mas isto para dizer que não temos partos na água dentro do SNS - mas ele acontece em hospitais privados e em partos domiciliares.

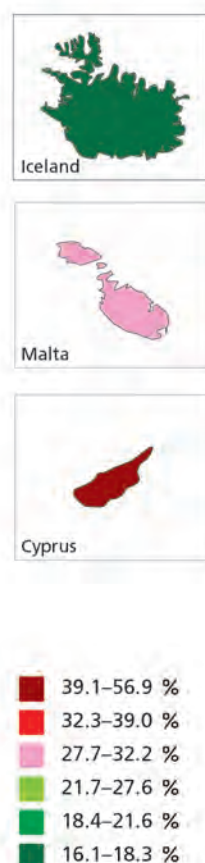
M.: O que nós noticiámos no MAPA, e que pode ser interessante como exemplo

de ativismo e solidariedade, é que esse grupo, Mães de Água, angariou dinheiro para 3 piscinas de parto...

Sim, creio que uma foi para o hospital da Póvoa do Varzim e outra para o Garcia da Orta (Almada) que, segundo sei, ainda não se está a usar... Há algumas resistências. Mas, para dar alguns exemplos de coisas que não requerem tantos recursos quanto isso, no hospital da Póvoa há a possibilidade de o acompanhante da mulher poder pernoitar. Numa instituição com a dimensão e as condições físicas da Maternidade Alfredo da Costa, por exemplo, isso não seria possível.

M.: Essa é uma das grandes reivindicações atuais, não é?

Não é uma reivindicação tão grande porque se olha para as instituições e se vêm limitações físicas muito concretas em termos de espaço. Percebe-se que seja uma coisa difícil, mas o acompanhamento é uma coisa muito valorizada pelas mulheres quando reportam as suas experiências de parto. Noutros hospitais, por exemplo no Garcia de Orta, o que se faz é permitir alguma rotatividade do acompanhante, ou seja, que a pessoa não tenha só um acompanhante e que este possa ir trocando. Dentro do projeto de lei que está agora em discussão na especialidade, este é um dos pontos: que o outro progenitor do bebé não seja considerado um acompanhante, possibilitando assim que a mulher tenha duas pessoas da sua escolha consigo. Em alguns sítios, isto já se faz. Outra das mudanças recentes, feita lei, foi a questão de o acompanhante poder estar presente na cesariana - mas em muitos sítios alega-se que não há condições para isso e que, portanto, não é um direito plenamente garantido, ainda que esteja na lei. Há duas semanas estive no Hospital de Santa Maria, fui ao serviço de obstetrícia reunir com a equipa - um hospital de referência que trata muito situações de patologia e, ainda assim, percebe-se uma maior sensibilidade e vontade de mudança, por exemplo, na questão da deambulação da mulher, da escolha



da posição para parir, questões normalmente previstas num plano de parto. Por exemplo, na Póvoa, quando os casais elaboram o plano de parto, há uma reunião para discussão do plano com a equipa médica. Outros hospitais dizem que não têm condições para fazer isso. O que acontece muitas vezes é que surgem planos de parto e... depende do dia: há dias em que as pessoas poderão ver o seu plano de parto respeitado e outros, em alturas mais movimentadas ou com equipas de diferentes sensibilidades, em que isso não acontecerá.

S.: Queria voltar a pegar numa coisa: o parto da água levanta uma questão interessante e reveladora, que é a dos conflitos entre classes profissionais, entre médicos e enfermeiros...

No geral, em Portugal, temos um parto em que a equipa médica tem grande protagonismo sobre os processos, ainda que os enfermeiros especialistas em saúde materna e obstetrícia estejam capacitados para os acompanhar. Em Santa Maria, por exemplo, até há pouquíssimo tempo, os médicos estavam sempre na linha da frente. Agora não - e esta é uma mudança que se está a introduzir. Esta é uma questão central descrita na literatura sobre modelos de assistência em saúde materna: essa diferenciação entre o modelo da parteira, *midwifery model care*, e aquilo que é o modelo biomédico, representado pelo médico obstetra. Isto levanta questões ao nível das dinâmicas profissionais e de poder associadas ao nascimento. Na Europa, muitos dos movimentos sobre direitos na gravidez e no parto surgem não de mulheres e famílias, mas de grupos profissionais - de parteiras que reivindicam o seu lugar. E há essa ideia, efectivamente, de que esse acompanhamento feito pelas parteiras seria menos interventivo, menos medicalizado e, portanto, seriam elas e eles os mais preparados para acompanhar um parto normal, decorrente de uma gravidez de baixo risco e sem patologias associadas. Dentro do que são as culturas organizacionais dentro das instituições, dá-se conta dessa tensão entre classes profissionais. No caso de Setúbal e do parto na água, isso tornou-se evidente.

S.: Porque o parto na água é acompanhado exclusivamente por enfermeiros e não por médicos obstetras...

Outra das mudanças recentes, feita lei, foi a questão de o acompanhante poder estar presente na cesariana - mas em muitos sítios alega-se que não há condições para isso e que, portanto, não é um direito plenamente garantido, ainda que esteja na lei.

Exactamente. Portanto havia ali de repente um domínio que era exclusivo da perícia dos enfermeiros.

M.: E havia médicos residentes que não estavam de acordo... Falava-se em questões de segurança, de não demonstração de resultados científicos de que aquilo fosse benéfico...

A questão que estás a levantar é muito interessante, esta justificação baseada na evidência científica, porque os próprios movimentos ativistas também se baseiam muito em evidência científica. Por exemplo, um dos primeiros objetivos da ENCA é disseminar evidência científica sobre as questões do nascimento, porque se considera que há práticas que não são recomendáveis na assistência ao nascimento e que não têm suporte científico. Portanto, não há aqui uma recusa do que é a evidência científica, muito pelo contrário, é o próprio movimento social e o ativismo que vêm acusar a assistência ao nascimento dominante de não ser baseada em evidência científica. Muitas vezes as mulheres estão em tensão porque querem escolher certas práticas - por exemplo, o *co-sleeping* ou a amamentação prolongada - em relação às quais encontram muita resistência por parte de pediatras, de outros peritos e da própria família, e em grupos e fóruns *online* pedem recomendações de artigos

científicos cujas conclusões possam respaldar as suas escolhas... Isso acontece muito.

M.: E depois, sendo a medicina a ciência menos exacta que existe, arranja-se um estudo que comprova uma coisa, e outro estudo que comprova o oposto.

Estou nisto com uma tripla entrada, como mãe, como investigadora e como activista. E isto é uma coisa que também me merece alguma reflexão: quando falamos do parto normal, sem intervenção e menos medicalizado, temos de perceber que esse discurso também traz muita normatividade e que se está a construir uma nova rigidez. Estamos a substituir um padrão por outro padrão, e isso não se traduz necessariamente no aumento da liberdade das mulheres.

M.: Eu conheço mulheres que queriam ter uma cesariana e não puderam, porque essa não é a recomendação...

Sim, e nós estamos ao lado da escolha das mulheres até quando?! Que escolhas são válidas?! Há aqui uma dinâmica de legitimação de uns discursos e deslegitimação de outros. Portanto, quando eu ou as minhas companheiras estamos a falar em representação da APDMGP, reforçamos que somos pela garantia dos direitos das mulheres nas suas escolhas, para que façam escolhas informadas e, a partir do momento em que as escolhas são informadas, a decisão da mulher deve sempre prevalecer. Em último caso, se a escolha for informada e se a mulher quiser uma cesariana, ela tem direito a uma cesariana, porque ela tem soberania sobre o seu corpo. Mas, claro, isto levanta outras questões. Desde logo: o SNS vai pagar a cesariana quando não há evidência científica que a justifique, nem ganhos em saúde?!

S.: Essas questões podem ser pensadas à luz de outras lutas, como as LGBT, sobre a transformação do corpo - também as transições de género são entendidas como «não necessárias». Portanto, abre-se aqui uma discussão muito moralista.

D.: Exactamente. Substituem-se umas morais por outras, por isso é que dizia que o campo das liberdades está sempre minado, porque estás disposta a defender mais umas escolhas do que outras...

M.: Este campo da moral é uma questão que me tem assolado. Em reação a um

movimento a favor do leite em pó veio todo um ressurgimento da amamentação, do qual eu fui parte - queria e consegui amamentar a minha filha - mas hoje em dia já ouvi que se não queres amamentar estás «errada», «não é bom»... Quando é que conseguiremos privilegiar a escolha, a soberania?

A amamentação é um caso paradigmático destas tensões, porque a amamentação é daqueles casos em que «faças o que fizeres, vais fazer mal». Há sempre uma moralidade que recai sobre ti, independentemente da tua escolha. Amamentar é bom, mas e se for em livre demanda?! E se for depois dos 2 anos?! Há sempre alguma crítica e é uma questão muito suscetível.

S.: Eu aproveitava para pensar aqui a parte mais politizada da relação do feminismo com estes movimentos. Que implicações é que tudo isto tem?

Então, há pouco falávamos da questão da escolha - a escolha, no abstrato, é determinante para pensarmos esta relação entre feminismo e maternidade. Uma relação que, em termos abstratos, teóricos e ideológicos, tem sido difícil. Os feminismos construíram-se também numa tentativa de negar o determinismo biológico da maternidade e da exclusividade da responsabilidade feminina sobre as questões da reprodução, conscientes de que isso era uma limitação aos direitos das mulheres e um entrave à sua emancipação, criticando-se a privatização e a domesticação que fazem parte da história da mulher e que têm ainda hoje uma marca profunda. Só por si, a relação entre a maternidade e o feminismo é uma questão de difícil conciliação. E isso vê-se na própria experiência das pessoas - a chegada à parentalidade é descrita, por quem vive na sua conjugalidade projetos igualitários, como um momento de tensão em relação a esses projetos de igualdade. E quando olhamos para os movimentos sociais, vemos esta tensão reproduzida de alguma maneira. A questão da escolha é, muitas vezes, unificadora, como uma reivindicação da soberania das mulheres sobre os seus corpos, e pode ser suficiente como catalisador destas uniões entre o movimento feminista e o movimento pelos direitos no parto - numa perspetiva, diria, mais liberal do feminismo. Mas se formos para movimentos feministas mais radicais e engajados, há sempre uma dimensão de desigualdade nas mulheres que obsta a questão da escolha, já que as mulheres não estão todas nas mesmas posições sociais e de classe. Tu és mulher mas, para além disso, podes estar simultaneamente noutras situações de desvantagem, porque és uma mulher imigrante ou pobre, e o teu poder de escolha não vai ser o mesmo de outra mulher que está numa situação mais privilegiada. Isso é fundamental e está no ADN dos movimentos feministas: as desigualdades estruturais entre mulheres e esse somar das desigualdades por via das múltiplas pertenças que as mulheres têm, que coloca grandes limitações ao argumento da escolha.

S.: Neste momento, em Portugal, um caso que será emblemático disso é o parto em casa. Noutros países, ele está integrado no sistema público de saúde, mas, em Portugal, o que temos é a possibilidade de parir em casa com cerca de 1500€.

M.: E sujeita a recriminação por parte das equipas médicas. Há muitas pessoas que ao ouvir estas descrições legais pensam «está bem, é muito bonito mas o que me aconteceu não foi nada disso: eu não pude escolher e não fui respeitada». Houve duas coisas que marcaram a minha gravidez e o meu boletim de grávida, literalmente: o facto de eu ser vegetariana - ficou lá escrito, em letras maiúsculas! - e o parto



Legenda: A epidural foi o procedimento mais comum, chegando aos 78,3%, seguido da episiotomia com 72,7%. Fonte: APDMGP

Relatos na primeira pessoa

1. Falar do meu parto não é fácil. O meu filho nasceu em 2014, no ano em que o hospital de Setúbal deixou de ter partos na água - isto aconteceu a meio da gravidez e, portanto, seguimos com a opção de ter o parto no hospital de Setúbal. Tive comigo uma enfermeira que estava disposta a estar com uma mulher que desejava ter um parto natural. Essa enfermeira foi brutal. Quase 24 horas depois tinha a dilatação toda feita, quando uma médica com uma equipa de estagiárias entrou e saiu, por duas vezes, para me fazer o toque. No meio de tanta conversa senti mesmo retrocesso no trabalho de parto. A médica disse-me, «se fosse natural ter um parto normal, as mulheres nasciam com um fecho éclair em vez de uma vagina». Deram-me mais uma hora. Fiz tudo o que podia, mas disseram-me que tínhamos de partir para a cesariana. A médica anestesista chegou chateada porque a acordaram, gozou com o nome do meu bebé e disse-me que, já que eu queria um parto natural, me podia dar menos anestesia para eu sentir as dores. Quando o meu bebé nasceu, no bloco operatório, não o vi. Foi diretamente para o colo do pai. Eu desatei a chorar, mas ainda tinha comigo a enfermeira que me tinha acompanhado todo o tempo e que me disse palavras mágicas. Também tive algumas dificuldades na amamentação, e ter tido uma doula ajudou-me bastante.

2. Sempre quis ter um parto em casa, por isso contratei uma parteira e uma doula. Foi um parto muito longo, dois dias em casa e um no hospital. O trabalho de parto em casa foi muito bom, tive uma rotura de bolsa sem contrações e então tive tempo suficiente para começar a dilatação sozinha. Mas, passadas 48 horas, não tinha a dilatação necessária e fizemos a transferência para o hospital. A entrada no hospital não foi uma experiência positiva: não me senti

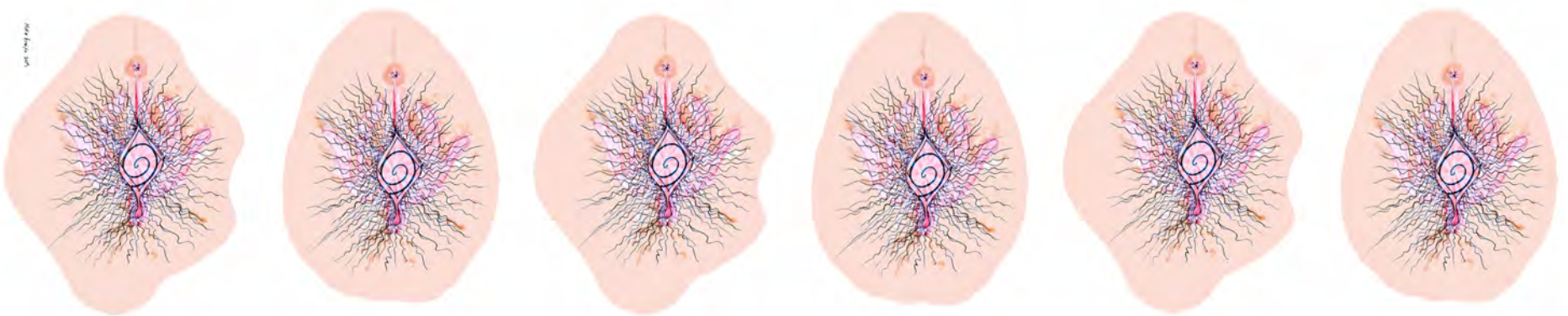
à vontade para dizer que tinha começado o parto em casa; pelo contrário, quando disse que já estava com a bolsa rota há várias horas, senti-me muito desrespeitada pela equipa médica, mesmo sabendo que noutros países é natural a mulher, na mesma situação, ficar em casa 24 a 48 horas. No entanto, sendo enfermeira, e tendo partilhado isso com a equipa médica, tudo se moldou ao longo daquele dia e os meus conhecimentos ajudaram-me muito a não permitir que certas coisas acontecessem. O meu bebé acabou por nascer de parto natural, sem intervenções, e os meus pedidos foram respeitados. Já no pós-parto, as presenças da doula e do pai foram muito importantes.

3. Sempre quis ter um parto em casa e tive que lutar para que isso acontecesse. Tivemos de juntar dinheiro para pagar uma parteira privada que nos acompanhasse em casa e tivemos de lutar contra o preconceito que existe em relação a essa opção. Correu tudo bem, acho que tive um parto ótimo e o meu filho nasceu saudável e sem complicações. No entanto, relembro-me que não tive o acompanhamento no pós-parto que gostaria de ter tido, e tive problemas com a amamentação, para os quais não estava preparada.

4. Sou mãe de duas crianças e conto com duas histórias felizes de partos hospitalares. O primeiro, há quase dez anos atrás, foi um parto induzido às 38 semanas, por motivos clínicos. Posso dizer que o nascimento da minha primeira filha foi a experiência mais extraordinária da minha vida. Depois de uma gravidez saudável e de planos para um parto natural, a notícia da indução deixou-me desanimada. No entanto, consegui que os meus desejos fossem

cumpridos e até superados: pari na posição que eu escolhi e eu mesma retirei a minha filha para rapidamente a colocar sobre o meu peito. Cinco anos depois nascia o meu segundo filho. O trabalho de parto iniciou-se espontaneamente e, desta vez, entrei no hospital munida de um plano de parto. Uma equipa de profissionais empenhou-se em fazer cumprir os meus desejos. Não houve toques, intromissões, canalizações de veias, monitorizações contínuas nem epidural. Naquele quarto ficámos eu e o meu companheiro, numa *dança* a dois, só interrompida de manhã, com a chegada do meu segundo bebé.

5. Tinha uma cesariana marcada porque tinha um mioma no útero que impediria a passagem do bebé. Tinha total confiança na minha médica e na Maternidade Alfredo da Costa. Entrei às 8h e às 9h40 estava a dar um beijinho de boas vindas à minha filha, assim que ela nasceu. Foi um momento muito, muito, muito feliz e estive sempre consciente, apesar de não ter sido parto natural. Depois fiquei muitas horas sem ela, a recuperar, e dar de mamar não foi uma coisa fácil, mas as enfermeiras ajudaram. Acabei por ter uma complicação devido à deslocação do mioma, levando a que ficasse dez dias internada, apesar de a bebé já ter tido alta. A minha companheira teve algumas dificuldades para poder entrar e permanecer connosco como acompanhante principal, o que também acontecia porque naquela altura não podíamos estar legalmente casadas. Puseram alguns entraves à sua entrada e foi com algumas chatices que ela conseguiu entrar e permanecer ao pé da nossa filha enquanto eu recuperava. É certo que hoje faria as coisas de modo diferente, deixando os meus requisitos todos por escrito, mas, dentro destas dificuldades, foi um dos momentos mais felizes da minha vida.



em casa. Ou seja, não é criminalizado mas é muito recriminado, e fui mal tratada por médicos quando se aperceberam que eu ia ter um parto em casa.

Isso é muito recorrente e muito reportado. Para já, temos que olhar para a realidade do nosso país e para o nosso trajeto. Em Portugal ainda se olha para o parto em casa como um retrocesso civilizacional. «Chegar aqui custou-nos tanto!», diz-se. «As pessoas morriam quando tinham o parto em casa», como se o parto em casa nos anos 50, assistido pela vizinha, tivesse alguma coisa que ver com a realidade do parto domiciliar que temos agora, acompanhado por enfermeiros e super-exclusivo - no sentido em que está uma profissional acreditada e disponível para uma só mulher, e no sentido em que não é acessível por qualquer mulher.

M.: Muito diferente do que acontece noutros países da Europa, onde o parto em casa faz parte do SNS e é uma opção tua, ou até é encorajado.

Sim, agora em Inglaterra existe isso mesmo: em gravidezes de baixo risco os

Em último caso, se a escolha for informada e se a mulher quiser uma cesariana, para todos os efeitos ela tem direito a uma cesariana, porque ela tem soberania sobre o seu corpo.

organismos oficiais de saúde recomendam o parto em casa, porque não há evidência científica que diga que há um maior risco associado ao local do nascimento. Portanto, voltando à questão da escolha, ela terá um poder unificador até um dado momento, mas não é suficiente. Onde há maior união na atuação dos movimentos feministas em conjunto

com os movimentos em torno do nascimento é, porventura, na visibilização da violência obstétrica. Não há nenhuma lei em Portugal sobre violência obstétrica, mas a Venezuela tem, desde 2007, a primeira lei sobre violência obstétrica, dentro daquilo que são as violências contra as mulheres, e depois, em 2009, surge também na Argentina. Nós não temos ainda a violência obstétrica contemplada especificamente no nosso enquadramento legal e jurídico, mas noutros países isso já acontece.

M.: Então, para terminarmos, pegando nesta noção de feminismo e também em questões de parto e parentalidade, sendo que tanto eu como a Sandra gostamos de ler e investigar estas coisas, que referências teóricas é que nos poderias deixar?

Como eu dizia, foi sobretudo o feminismo da segunda vaga que se antagonizou mais com a maternidade, o que, se nos situarmos no tempo, é compreensível. Quem dá um bom pontapé de saída, nessa altura, é a Adrienne Rich, no livro *Of Woman Born: Motherhood as Experience*

and Institution, de 1976. O que ela faz é muito interessante e é quem eu acho que faz melhor esta conciliação. Ela identifica a maternidade como instituição, subjugada ao patriarcado e às regras do patriarcado - a maternidade enquanto uma instituição é, realmente, nefasta, em termos do que é a participação das mulheres na vida social e a sua emancipação. Mas ela fala de outra coisa, que é a maternidade como experiência, que abre a possibilidade de valorizarmos a experiência materna e de a reconhecermos como positiva e empoderadora. Quando falamos de maternidade, convém ter estes dois níveis para que não deixemos de viver a nossa experiência como legítima, empoderadora e satisfatória, e, ao mesmo tempo, transformadora e revolucionária. Depois, faria outra recomendação, de uma coisa bem mais recente, que é um livro da Carolina del Olmo, uma socióloga espanhola, intitulado *¿Dónde está mi tribo?*, e que fala precisamente dos dilemas que enfrentamos nas sociedades individualistas na experiência da maternidade.

As mulheres e o monte: em defesa da terra, da vida e das comunidades rurais na Galiza



TEXTO: **SARA MOREIRA**
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM
FOTOGRAFIAS: **SINDICATO LABREGO GALEGO**

Ecofeminismo e montes comunais foi o tema do III Festival Son Labreg@ que juntou dezenas de agricultores e trabalhadoras rurais, activistas e investigadores, compartes e pequenos produtores na aldeia de Montecubeiro, na Galiza, no passado dia 21 de Setembro. Organizado pelo Sindicato Labrego Galego, o encontro pretendia debater e dar visibilidade ao papel das mulheres na defesa dos terrenos comunitários. Ouvimos os relatos de resistências trazidos ao encontro pela historiadora Lara Barros.

1762, freguesia de Montecubeiro, Castroverde (Lugo): um grupo de mulheres impede monges dominicanos de despojarem as gentes dos foros.

1953, lugar de Escornaboís, Trasmiras (Ourense): durante

vários dias, um grupo de mulheres impede a entrada no monte a engenheiros florestais, peritos e qualquer pessoa que viesse implementar processos de «repovoação» da floresta. O bloqueio acabou em confrontos directos com a guarda civil. Várias mulheres foram detidas.

1962, vários pontos da Galiza: segundo documentos oficiais, mulheres de vários lugares na Galiza deitaram-se ao chão diante da maquinaria agrícola obrigando à suspensão dos trabalhos de florestação.

A lista não pára por aqui, e na sala releva-se um arripio geral com os relatos de histórias protagonizadas por mulheres em defesa dos territórios comunitários da Galiza. Quem fala é a historiadora Lara Barros, na última sessão de debate do III Festival Son Labreg@. «Há uma tradição de luta sustentada nas mulheres camponesas, e que está muito invisibilizada.» A historiadora partilha momentos significativos ao longo da história do papel de vanguarda que as mulheres tiveram nas lutas contra os processos de repovoação florestal comandados pela ditadura franquista, muitas vezes participando na primeira linha de confronto com o poder, e completa que «recuperar essa memória é importante não só por um apelo romântico de

justiça social mas também para encontrar chaves importantes para o nosso presente».

«Um caso importante aconteceu em 1961 na freguesia de Mercurín, Ordes», criando jurisprudência para a devolução dos montes, destaca Lara Barros, «um grupo de mulheres subiu ao monte onde estavam a começar os trabalhos de repovoamento florestal, e com sachos, com pedras e com o que tinham na mão enfrentaram toda a gente que estava a fazer os trabalhos e puseram-nos fora». Doze mulheres foram acusadas de coacção à autoridade e de agressão e condenadas a penas de prisão. A sentença foi apelada à instância superior, que acabou por deixá-las em liberdade porque «entende, reconhece que a sua luta era na legítima defesa dos seus interesses, porque o único meio de vida era o monte, e era

legítimo que o defendesse. E portanto absolve-as.»

O monte era a vida, na medida em que era dele que dependia o quotidiano. Era de lá que traziam alimento, combustível, sustento, e era lá que levavam o gado a pastar, mesmo quando o Estado passou a proibi-las de lá entrar. Boicotavam as plantações de floresta que de nada lhes serviria, numa «resistência passiva» comandada pelos apetites dos animais na demanda do alimento mais tenro. A isto, a historiadora apelidou de «lutas da resistência quotidiana» (complemento das acções de confronto directo com o poder): a destruição das novas plantações estatais como efeito colateral de quem simplesmente continuava o seu labor de reproduzir a vida, o dia-a-dia, «por necessidade e por

«Havia redes de sociabilidade, de afecto, vizinhança, proximidade, reciprocidade... Mesmo não sendo oficial, não havendo uma assembleia para decidir ‘vamos por aqui ou vamos para ali’, há uma partilha, há um contágio e há uma politização nisto tudo, e vai por defender a propriedade e o modelo de uso reprodutivo».

convicção de que o monte era delas e da comunidade».

O cerco

Tal como em Portugal a ditadura de Salazar impôs um modelo produtivo de florestação intensiva retirando os baldios às comunidades, também a Galiza teve o seu Plano de Povoamento Florestal que usurpou os montes comunais ao povo. O período de despossessão, principalmente nas décadas de 1950-60, marca o início de um processo histórico de mudança radical do modelo produtivo que veio para durar. Se até então o monte era parte indivisível de uma forma de vida baseada num modelo agrário de subsistência e de proximidade, quando as repovações florestais chegaram com as suas maquinarias e monoculturas deu-se uma «explosão de resistência» e de luta social. Toda uma economia familiar estava em jogo, toda uma lógica reprodutiva construída com base nos montes em extinção.

Multiplicaram-se então as lutas contra as repovações florestais sob a égide da rentabilidade do património de Estado, para implantar uma mudança no modelo de uso e na exploração florestal dos montes. Para a historiadora, «o que aconteceu [com as lutas sociais] não foi alheado nem por casualidade». Das histórias de

Mulheres de Mercurín em julgamento com os filhos ao colo. Digitalização do Ideal Gallego (jornal da época) cedida pela historiadora Lara Barros



resistência que conseguiu resgatar a partir de uma pesquisa de arquivo cirúrgica (dificultada pela falta de documentos e fontes que dão voz à experiência vivida pelas mulheres), sublimou reportórios de acção semelhantes – não obstante a dispersão geográfica – que evidenciam a existência de uma teia que já então interligava as diferentes lutas.

Em cada foco de resistência «há um sentido de direito colectivo, de comunidade», explica, abordando as coisas que se tecem quando existem trabalhos partilhados, «havia redes de sociabilidade, de afecto, vizinhança, proximidade, reciprocidade. (...) Mesmo não sendo oficial, não havendo uma assembleia para decidir “vamos por aqui ou vamos para ali”, há uma partilha, há um contágio e há uma politização nisto tudo, e vai por defender a propriedade e o modelo de uso reprodutivo».

A devolução

Um artigo publicado pela revista Soberania Alimentaria (número 33), dava conta de cerca de 2800 «comunidades vecinales de montes en mano común» na Galiza em finais de 2018, região onde o meio rural representa 95% do território. A maior parte da superfície está ocupada por montes, e um quarto deles são «montes em mão comum», isto é, baldios. São cerca de 600 000 hectares de terra em regime de propriedade comunal, tão diversos quantas as comunidades que os gerem. Para a historiadora, as comunidades de montes «são uma ferramenta importantíssima para a gestão participativa e democrática do território».

No entanto, a mesma devolução dos montes que fez valer os anos de lutas sociais, carrega consigo um certo amargor que resulta dos anos de hiato que passaram. Algures no processo «houve uma perda», lamenta Lara Barros, «da mesma forma que se recuperou propriedade,

«Um caso importante aconteceu em 1961 na freguesia de Mercurín, Ordes, onde um grupo de mulheres subiu ao monte onde estavam a começar os trabalhos de repovoamento florestal, e com sachos, com pedras e com o que tinham na mão enfrentaram toda a gente que estava a fazer os trabalhos e puseram-nos fora.»

perderam-se os usos dos montes, porque nessas comunidades já tinha entrado a lógica produtivista, de exploração intensiva, dos monocultivos, da agricultura industrializada. Houve uma perda e isso teve a ver com a masculinização.»

A ideia é reforçada por Paula Lubián e Celsa González Ogando, do Proxecto Batefego, também presentes no encontro para apresentar o livro «Árvores que não ardem: as mulheres na prevenção dos incêndios florestais» (tradução livre). No trabalho de terreno junto de comunidades de monte, que conduziu à publicação que acaba de ser lançada pela editora Catro Ventos, encontraram juntas directivas e assembleias de compartes participadas quase exclusivamente por homens. «Basta olhar para perceber o forte peso masculino que as comunidades têm – pelo

menos oficialmente, com a palavra e com o voto», completa a historiadora.

O desaparecimento

O facto de as mulheres terem desaparecido das ágoras onde os destinos dos montes são mandados é revelador da distância que separa uma economia baseada no modelo reprodutivo da lógica produtivista da floresta. No primeiro, a vida no centro: as vidas de milhares de famílias labregas que disseram «se nos tiram os montes, a única alternativa que temos é perecer ou emigrar». No segundo, a lógica produtivista da exploração industrializada e capitalista do monte – engrenagem que teraplana e desvincula as pessoas e a vida diversa da terra.

«Há uma construção de género na hora de pensar os modelos produtivos, na hora de pensar

a relação com o território, como é uma comunidade, como queremos vivê-la.» As mesmas mulheres que se implicavam, defendiam e lutavam pelos usos reprodutivos do monte, «simplesmente desaparecem» no modelo produtivista, abduzidas pela mão invisível que só tem olhos para a capitalização do monte.

«Num monte de eucaliptos não vês uma mulher; num souto de castanhas, vês as mulheres a apanharem castanhas. Há uma série de usos que se perderam que estavam muito relacionados com o trabalho das mulheres, que foram expulsas. A sua forma de fazer, as suas lógicas, a sua sabedoria, os seus conhecimentos, a sua forma de entender a relação com o território, de entender a vida para as suas famílias, território, comunidade foi, de certa forma,

“apartada” com a mudança da lógica e do modelo produtivo.»

Comunidades em acção

É preciso diversificar os usos para que existam montes e vidas mais sãos. Nos últimos anos foram surgindo experiências que fomentam uma outra economia sustentada no monte, colocando em prática formas mais cooperantes, recíprocas e equilibradas de gerir o território com base na justiça ecológica e social.

«Alternativas produtivas do nosso monte» foi precisamente o tema da palestra inaugural do Festival Son Labreg@, que juntou, pela manhã, vários projectos que estão a trabalhar nesse sentido. Um dos exemplos presentes, a Cooperativa Amarelante, de Manzaneda (Ourense), foi criada em 2013 para recuperar os usos dos sotos abandonados para a produção de castanha. De Negueira de Muñiz (Lugo), a Cooperativa Ribeiregas dedica-se à produção alimentar em modo biológico e à bioconstrução e trabalhos florestais. Nestas e noutras iniciativas que passaram pelo Son Labreg@ denota-se a liderança assumida por mulheres, muitas vezes com um rasgo assumidamente feminista no discurso, no objecto e na forma de fazer.

O próprio projecto de Lara Barros, Mulime, dedicado à investigação histórica e à recolha de memória sobre as comunidades rurais e as comunidades de montes, é também exemplo de uma nova abordagem de género que vai ganhando espaço no entorno rural galego que busca novas abordagens para o futuro. Sobre o significado do nome, Mulime (estrume), a historiadora esclarece que «a memória pode ser fertilizante para ajudar a crescer outros relatos». E termina: «É importante ir recuperando estas lógicas para feminizar os montes e as comunidades de baldios, e para feminizar a vida.»

Amazónia: A Virgem e a Floresta



JOANA CANELAS
JFC21@KENT.AC.UK
FOTOS: **LUANA NOVI**

Amazónia. Entranhada num imaginário colectivo europeu como ícone de uma natureza prístina e selvagem, último reduto da biodiversidade global e de tribos indígenas não contactadas, a Amazónia é retratada como um «território inexplorado» a que cabe o papel de pulmão do mundo». É a maior floresta tropical do mundo, cobrindo cerca de 5,5 milhões de hectares, representando globalmente 40% das florestas tropicais e 20% da água doce disponível, enquanto produz 20% do oxigénio que respiramos e absorve cerca de 2.2 biliões de toneladas de carbono por ano, aproximadamente um quarto das emissões de carbono anuais emitidas por consumo de combustíveis fósseis. Assim, quando em Agosto deste ano as imagens de uma coluna de fumo a chegar a São Paulo e a notícia de que a Amazónia estava a arder correram mundo, a comunidade internacional reagiu prontamente repudiando as políticas ambientais do governo de Bolsonaro. Apesar dos incêndios que consomem a Sibéria, a bacia do Congo e a ilha do Bornéu na Indonésia na mesma altura, só quando a Amazónia arde é que as chamas parecem acordar o mundo, onde este imaginário colectivo de uma

natureza virgem e inexplorada, em risco de desaparecer, continua a manter a Amazónia sob o fogo cruzado de múltiplas tentativas de colonização.

Mais de 34 milhões de pessoas vivem na região da Amazónia, algumas em centros urbanos como Iquitos (Perú) e Manaus (Brasil), a larga maioria em comunidades nativas e camponesas que desenvolveram sofisticados modos de vida, os quais lhes permitem adaptar-se e co-existir com um ecossistema que sustenta entre 10% e 15% da biodiversidade terrestre global. A Amazónia é uma floresta-rio que respira ao ritmo das águas: durante metade do ano a enchente inunda quase toda a floresta deixando apenas algumas ilhas — as terras altas —; na outra metade os rios baixam, deixando a descoberto a planície verde e pantanosa, assim como os campos férteis para cultivos — as terras baixas. Os acessos são feitos por rio, através do Amazonas e dos seus muitos afluentes, as poucas estradas que existem vão dar a parte nenhuma fora dos centros urbanos. Mas o «inferno verde», como alguns lhe chamaram, está longe de ser a paisagem bucólica de uma natureza vista à distância. Dentro da Amazónia o único horizonte é o rio; tudo o mais é floresta densa onde a visão não abarca além de escassos metros no caminho. A humidade colase à pele, juntamente com um cheiro adocicado a pólen e frutos. O ar permeia-se de múltiplos zumbidos, sibilados, restolhares

e cantos de pássaros e insectos, o ruído é ensurdecedor e, por vezes, atordoador. Para onde quer que se olhe, tudo mexe e vibra, repleto de vida. Aqui nunca se está só e, numa terra onde a visão não alcança, ver é principalmente o som que alerta aqueles que sabem interpretar os perigos ou a oportunidade.

No entanto, apesar de indomada, a Amazónia é mais do que uma «floresta virgem». A população da Amazónia inclui mais de 350 grupos étnicos diferentes, cujos territórios abarcam actualmente pelo menos 30% da sua área total. Durante milénios, estas comunidades nativas ocuparam e geriram estes territórios, transformando a paisagem onde vivem através de práticas de gestão florestal, incluindo agricultura de roça e rotação de cultivos, a propagação e selecção de espécies úteis para a sua subsistência, em muitos casos levando ao desenvolvimento de sociedades complexas assim como ao

aumento da fertilidade dos solos e da biodiversidade dos seus territórios. A agricultura de roça (ou corte e queima) — frequente e erroneamente associada ao desmatamento de florestas tropicais — é, no entanto, um aspecto fundamental na criação de diferentes nichos e habitats, constituindo vários estados de regeneração florestal ao longo de um gradiente de gestão agroflorestal que, favorecendo diferentes espécies vegetais pelos seus frutos, propriedades medicinais ou outras características úteis na criação de utensílios diversos, sustentam, não só as comunidades humanas como atraem outros habitantes da floresta, desde peixes a pássaros, animais e insectos. Com base em estudos arqueológicos e de distribuição de espécies, estima-se que entre 12% a 35% da Amazónia sejam bosques secundários de origem humana.

A co-produção destes territórios por comunidades humanas levou à parcial domesticação da

Estes não são povos isolados mas antes povos que, desde há 500 anos, fazem frente a múltiplas tentativas de colonização dos seus territórios e modos de vida, incluindo a depredação dos seus territórios através da extracção de minérios e de petróleo, da construção de barragens, da entrada de garimpeiros, madeireiros e narcotráfico

Amazónia, não no sentido de controlo sobre os seus recursos naturais e processos ecológicos, mas no sentido em que a sua transformação implica processos de co-adaptação que, por requererem uma constante negociação entre as comunidades humanas e não-humanas e uma compreensão da sua interdependência, levou ao estabelecimento de relações de reciprocidade com a floresta que visam assegurar a subsistência de ambas. Assim, a identidade cultural destes povos encontra-se intimamente ligada à sua relação com estes territórios e à reprodução de um conhecimento detalhado sobre os seus ecossistemas, tanto através da tradição oral como de práticas de gestão florestal, que permitem manter e gerir essas relações com a floresta e seus habitantes, enquanto revelam também múltiplas formas de vida não-humana como seres conscientes e intencionais, participantes activos na vida social e cultural da comunidade e nos ciclos naturais da floresta. Na cosmologia dos povos da floresta, todos os seres têm uma mãe ou dono, desde as montanhas aos rios, animais e plantas, que tanto protegem a floresta como podem enganar, causar doenças ou outros problemas aos humanos quando não são respeitados. Estes seres, também representados na figura do *Kurupira* ou *Chullachaqui*, têm a capacidade de se metamorfosear e adquirir forma humana, ilustrando uma condição de pessoa não-humana

que leva ao estabelecimento de obrigações e proibições sociais para com estes e à sua integração na vida da comunidade.

É neste contexto que imaginar a Amazónia como reduto de uma «natureza prístina» habitada por comunidades nativas que epitomizam um ideal de «nobres selvagens» em harmonia com a natureza, é uma simplificação atroz da complexa paisagem cultural, social e política da Amazónia. Tanto a imagem de uma «natureza virgem» como a de «nobres selvagens» silencia a história das comunidades nativas e dos seus múltiplos processos de resistência, tornando invisíveis o trabalho destas na co-criação de paisagens simultaneamente produtivas e biodiversas e a diversidade cultural destes povos e a auto-determinação necessária (como escolha e não destino) na continuada reprodução de práticas, que lhes permitem manter os seus modos de vida entrelaçados com a vida da floresta. Em geral, estes não são povos isolados mas antes povos que, desde há 500 anos, fazem frente a múltiplas tentativas de colonização dos seus territórios e modos de vida, incluindo a depredação dos seus territórios através da extracção de minérios e de petróleo, da construção de barragens, da entrada de garimpeiros, madeireiros e narcotráfico, enquanto as suas culturas são forçadas à vulnerabilidade económica, por falta de acesso aos recursos naturais de que dependem e à marginalidade social que permite a impunidade da perseguição e assassinato dos seus corpos. Não nos iludamos: a Amazónia é selvagem – tanto pela força da sua natureza não subjugada, ainda que domesticada e castigada, como pela impenetrável impunidade que rege a lei da selva, invisível a outras fronteiras que não as da própria floresta -, mas certamente não é virgem.

Para compreender o alcance

A população da Amazónia inclui mais de 350 grupos étnicos diferentes, cujos territórios abarcam actualmente pelo menos 30% da sua área total.

destas múltiplas tentativas de colonização é preciso começar por desmistificar a Amazónia como «floresta virgem». Este arquétipo de pureza, de onde emana uma percepção de valor natural, aparece enraizado numa conceptualização essencialista da natureza enquanto arquétipo feminino, uma natureza-mãe que nutre e é virgem enquanto antagónica à sociedade: uma natureza tanto mais «valiosa» quanto mais «pura» e tanto mais «pura» quanto



menos tocada pelo «homem». Uma noção que é, simultaneamente, associada à percepção da sociedade como um todo, independentemente de estruturas sociais, diferenças culturais ou relações de poder, como responsável pela degradação ambiental dos ecossistemas. A imagem de uma «floresta virgem» é assim reproduzida em discursos de protecção ambiental – na forma de parques e reservas naturais que excluem as comunidades nativas da sua gestão e restringem o acesso destas populações aos recursos naturais destas áreas, tornando-os redutos do turismo internacional — como aposta para um desenvolvimento sustentável que só é economicamente viável à custa da deslocalização e transformação das economias locais, através da migração forçada das populações ou da mercantilização do seu folclore. Por

outro lado, a mesma imagem é reproduzida em discursos de desenvolvimento económico que, promovendo a industrialização da agricultura e a extracção de recursos, representam a Amazónia como um «território inexplorado», improdutivo e repleto de potenciais recursos naturais — um «el dorado» de riquezas por explorar, onde as comunidades nativas são percebidas como «civilizações primitivas» sem o desenvolvimento nem as tecnologias necessárias para a extracção desses recursos. Em qualquer dos casos, a questão é a do controlo sobre os recursos naturais, onde a «floresta virgem» representa um potencial para a exploração, apropriação e mercantilização destes, em prol do desenvolvimento económico da região, seja através de um protecção ambiental que se alimenta do turismo ou

Nesta natureza idealizada são tornados invisíveis e silenciados esses outros modos de vida que, entrelaçados com a floresta, representam múltiplas possibilidades de coexistência com o não-humano mas também de resistência aos modos de vida capitalista e ao fogo cruzado de diversas colonizações.

através do extractivismo de minérios, petróleo e madeiras e da produção agropecuária, promovendo o desmatamento para abertura de pastagens e culturas comerciais.

Nesta natureza idealizada são tornados invisíveis e silenciados esses outros modos de vida que, entrelaçados com a floresta, representam não só múltiplas possibilidades de coexistência com o não-humano, mas também de resistência aos modos de vida capitalista e ao fogo cruzado de diversas colonizações. Dados de 2014, apontam para uma perda de 17% da cobertura florestal da Amazónia nos últimos 50 anos, grande parte para o aumento de produção de gado e soja, e estima-se que um desmatamento superior a 20-25% possa levar ao colapso do seu equilíbrio ecológico e hidrológico, transformando a floresta tropical em savana. Hoje, áreas protegidas cobrem cerca de 25% do bioma Amazónico. No entanto, globalmente, os territórios ocupados ou geridos por comunidades nativas albergam mais de 80% da biodiversidade global; em geral, contendo uma diversidade de espécies tão grande ou maior que áreas protegidas. Apesar disso, apenas uma fracção destes territórios é oficialmente reconhecida por governos nacionais, em parte porque a floresta continua a ser compreendida como «terra improdutivo» e não como sujeito de relações interpessoais e fonte de recursos diversos que suportam a resiliência, subsistência

e reprodução cultural de comunidades locais.

A Amazónia está em risco: pelas políticas do governo de Bolsonaro abrirem o caminho ao agronegócio e à impunidade dos ataques aos povos nativos, pela construção de mega-projectos hidroeléctricos – como a barragem de Belo Monte – e que destroem o equilíbrio hídrico da região, pelos muitos derrames de petróleo que poluem os seus afluentes, assim como pelo facto da transformação das economias locais em economias globais acelerar o seu desmatamento, e pelos discursos que apagam a sua história e homogeneizam a sua paisagem cultural e política, para justificar a sua apropriação e exploração. No entanto, o que está em risco não é apenas a floresta como ecossistema, mas a floresta enquanto sujeito de múltiplas relações associadas a diferentes percepções, tanto da sociedade como da natureza — a floresta enquanto modo de vida. Para que essa complexa teia de relações vivas prevaleça é fundamental apoiar a auto-determinação dos povos indígenas na demarcação dos seus territórios. Para os povos Amazónicos não é a floresta que precisa de ser protegida, mas sim estes modos de vida e formas de se relacionar que, resistindo à depredação das pessoas e dos ecossistemas, permitem a sua continuidade e constituem o território mais-do-que-humano dos povos nativos.

Chacais nas fronteiras da Europa

TEXTO E FOTOS **LIA**

ILUSTRAÇÕES **EMANUELE GIACOPETTI**

Homens jovens, mas também famílias, algumas mulheres e menores sem acompanhamento, nomeadamente da Síria, Curdistão, Paquistão, Afeganistão, Irão e Bangladesh, estão na rota dos Balcãs há mais de três anos, cruzando a Sérvia, Bósnia, Croácia, Eslovênia e Itália. Um colectivo autónomo esteve na Bósnia e testemunhou a violência quotidiana a que estão sujeitas estas pessoas, cujo desejo de alcançar uma vida longe da violência, da guerra ou da tortura, esbarra nas portas de uma Europa onde essa violência, nalguns casos, é ainda mais extrema do que aquela que viviam nos seus países de origem.

A 16 de março de 2016, após o encerramento da rota dos Balcãs Ocidentais, a Europa e a Turquia assinaram um acordo (em troca de 6 mil milhões entregues pela UE) com o objetivo de interromper a migração irregular através da Turquia. Segundo o mesmo, todos os migrantes irregulares e requerentes de asilo que chegassem às ilhas gregas, cujos pedidos de asilo tivessem sido rejeitados, seriam devolvidos à Turquia. O texto do acordo parece uma previsão improvável e delirante do futuro, parcialmente negada pelos fatos¹.

Tudo isto levou ao desvio dos fluxos migratórios através da Sérvia, Bósnia, Croácia, Eslovênia e, finalmente, Itália. A maioria dessas pessoas não tem intenção de parar e solicitar asilo em nenhum destes estados. Bloqueados na fronteira croata com o uso massivo de força policial e tortura, as pessoas em viagem formaram enormes campos informais primeiro na Sérvia e depois na Bósnia. Posteriormente, uma mistura de grupos intergovernamentais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e grupos não-governamentais começaram a dirigir ou a colaborar na gestão de campos formais igualmente enormes na Bósnia.

Um grupo de pessoas que nos últimos anos participámos activamente na luta *no borders* em Itália, desta vez, juntámo-nos numa expedição organizada após o aumento de notícias sobre a violência e as situações desumanas a que estão sujeitos os que tentam atravessar esta rota.

Chegámos a Bihać, no cantão de Una-Sana, no noroeste da Bósnia, na fronteira com a Croácia, uma cidade rodeada por montanhas e atravessada pelo rio Una. Durante a guerra (entre 1991 e 1995) os habitantes desta área viveram em abrigos antiaéreos, sem água ou eletricidade e com alimentos racionados. Segundo o Centro de Documentação e Pesquisa de Sarajevo, 4856 pessoas foram assassinadas em Bihać².

Neste lugar sem paz, tivemos a possibilidade de conhecer a violência e a privação de liberdade a que estão sujeitos



DOVE FINISCE L'EUROPA?



DOVE COMINCIA?

aqueles que têm passaportes sem valor na Europa e arredores. Pudemos visitar locais de «acolhimento» considerados mais «dignos» para famílias, mulheres e menores não acompanhados; enormes campos informais; esqueletos de edifícios inacabados ou em ruína ocupados por pessoas desesperadas a tentar salvar-se do frio; conhecemos pessoas espancadas e torturadas pelas várias forças policiais, marcadas nos corpos por sinais permanentes que muitos, antes de nós, já tinham descrito. Uma nova experiência para nós e menos comum para aqueles que, em geral, se opõem a esse sistema, já que fomos capazes de fazer perguntas dirigidas a quem, desde os grandes grupos intergovernamentais «normalizam», gerem e legislam o destino dos que viajam à procura de uma vida mais digna.

Desde há muitos anos, no território europeu, vários grupos organizam-se para apoiar a circulação daqueles que decidimos simplesmente chamar de «pessoas em viagem», para não serem sujeitos ao mecanismo de divisão em categorias que facilitam a distância e a desresponsabilização. Durante vários anos, encontrámos nas nossas ruas, mulheres e homens que sobreviveram a diversos tipos de violência infligida durante esta e outras rotas.

Este texto, em tom de diário, deriva de uma experiência breve, mas traumática, ao longo de uma fronteira que é nova para nós, entre a Bósnia e a Croácia, mas cada vez

mais conhecida pelas condições desumanas do percurso, a violência brutal e a tortura perpetradas diariamente contra aqueles que o percorrem.

Dia 1 - 28.10.19.

O parque dos jovens coxos

Chegamos a Bihać, no cantão Una-Sana, território da Bósnia na fronteira com a Croácia. Temos algumas informações de pessoas que já estiveram nessa área. A travessia da fronteira é muito difícil, de tal forma que o tráfico nessa área usa uma figura chamada *runner* que avalia as possibilidades de passagem, sendo este um «trabalho» bastante ingrato, já que são das vítimas mais frequentes das torturas policiais. A OIM (Organização Internacional para as Migrações) emprega pessoal de segurança privada e operadores sem nenhuma experiência (também para trabalhar com menores), que, segundo nos informaram, são contratados através de campanhas no *facebook*. O procedimento de solicitação de asilo na Bósnia parece ser muito complexo, mas praticamente ninguém pede asilo aqui.

Começamos por nos dirigir ao acampamento Borici, um edifício onde mulheres, famílias, menores e pessoas definidas como «fragéis» estão instaladas. O «campo modelo» para o governo. Quando chegamos há muitas crianças a sair do prédio. No exterior marca presença um segurança. O campo tem uma aparência bastante

degradada. Na praça há quatro ou cinco contentores. Há crianças a brincar, muitas mulheres e poucos homens. A responsável da OIM dirige-se a nós e diz-nos que nos poderá dedicar pouco tempo devido a problemas de segurança. No interior existem 350 pessoas. Atualmente, parece não haver menores sem acompanhamento. O tempo médio de permanência é de cerca de três meses. É-nos dito que um médico do serviço nacional de saúde vem ao campo seis vezes por semana e existe a possibilidade de acesso ao hospital Bihać para os casos mais urgentes. Também nos diz que um autocarro leva as crianças para a escola todos os dias.

Enquanto o gerente explica as características do campo, de repente um homem cai no chão rodeado por várias mulheres. Parece uma crise epilética (real ou simulada) e, a certa altura, chega um médico. Várias pessoas ajudam o homem a levantar-se, neste momento começa a correr e a esmurrar uma parede. A responsável diz que não pode continuar a acompanhar-nos, ficamos a conversar com outra colaboradora da OIM, esta informa-nos que tem visto pessoas ficarem no campo durante um ano. Imediatamente dizem-nos para nos afastarmos pela nossa segurança e, em seguida, um suposto representante de uma ONG chega ofegante para anunciar que a situação é muito perigosa. Vemos um carro da polícia chegar e uma ambulância.

No parque, conhecemos também pessoas de origem afegã. E, uma rapariga que vive no Irão há 21 anos, decidiu fugir de casa porque os seus pais queriam que ela se casasse com um primo. Ela foge com o seu companheiro para a Europa e, em Borici, encontram outro familiar. Dizem-nos que o campo de Borici está muito cheio, há várias famílias (8 a 10 pessoas) no mesmo quarto, e a comida não é boa. Eles querem ir para França ou para a Bélgica porque são recomendados por amigos que lhes disseram que o sistema Eurodac (identificação através de impressões digitais) não funciona nesses países e, portanto, não seriam devolvidos ao primeiro país europeu de chegada. Expressamos as nossas dúvidas sobre esse fato, sem os convencer.

E o companheiro viram o seu telefone ser destruído pela polícia croata, mas não foram espancados, como presenciaram que aconteceu a outra família, mesmo com crianças e mulheres idosas às quais também tinham queimado as roupas. O mais velho dos dois homens adultos desta família disse-nos que o mais novo, de 18 anos, foi brutalmente espancado pela polícia croata após uma das seis tentativas de atravessar a fronteira. O mais jovem mostra a perna esquerda evidentemente deformada por uma fratura anterior e visivelmente tem dificuldade para caminhar.

O homem mais velho conta que um dos problemas mais sérios é que, além da polícia croata, agora na floresta ao redor da fronteira há pessoas armadas com facas que roubam e atacam quem passa. Às nossas perguntas sobre a possível identidade desses homens, eles dizem-nos que alguns deles são traficantes.

De volta ao acampamento, passamos pelo parque, onde muitas pessoas, que vivem dentro ou em redor de Borici, vagueiam. Muitos coxeiam.

Em seguida, vamos ver se há alguém num edifício inacabado, no centro, praticamente sem paredes, onde aparentemente

muitos jovens tentam refugiar-se pelo menos durante a noite. Depois, no rio, encontramos vários jovens. Começamos a falar, muitos são afegãos e sírios, quase todos têm sarna. Alguns sírios foram parados na Croácia e na Itália na tentativa de atravessar a fronteira e trazidos de volta. Os documentos que lhes foram entregues durante a deportação ilegal pela polícia italiana foram apreendidos pela polícia croata. Eles dizem que a polícia croata é máfia.

Um deles, um sírio de 20 anos, diz que mesmo na cidade a polícia da Bósnia não os deixa permanecer sentados nas margens do rio. Outro jovem sírio tem a metade direita do corpo amplamente queimada e um olho gravemente ferido. Os amigos dizem-nos que ele deve ser operado e perguntam-nos como, seja na Bósnia ou na Europa. Vamos conversar brevemente com ele e explica-nos que um ano antes, durante um bombardeio aéreo na Síria sofreu queimaduras por todo o corpo.

Todos dizem que a única água que bebem é a do rio Una.

Usamos quase todo o creme anti-sarna que temos, muitos antibióticos e alguns analgésicos.

Dia 2 - 29.10.19

A máfia é um elefante branco.

De manhã, encontramos os representantes do ACNUR. Inicialmente falam sobre a circulação de pessoas na Bósnia. Dizem-nos que atualmente existem cerca de 8.000 pessoas no país e estimam que pelo menos mais 20 a 30% não são interceptados pelo sistema. Cerca de 3900 seriam encontrados nos centros e pelo menos o mesmo número fora deles. Muitas famílias e menores não acompanhados. O ACNUR definiu grupos de «alcance» para encontrar indivíduos no território que eles definem como «os mais vulneráveis». Segundo eles, 672 pessoas iniciaram o procedimento de asilo na Bósnia, mas dizem que o sistema de pedidos não funciona. Eles enfatizam o seu compromisso de melhorar esse sistema. No total, parece que apenas 16 proteções subsidiárias foram concedidas em 2018, enquanto 604 pessoas aguardam a resolução do pedido.

Um representante da ACNUR diz claramente: «somos contra qualquer movimento progressivo, as pessoas não escolhem o lugar onde pedem asilo, explicamos às pessoas que a Bósnia tem um sistema em funcionamento».

A culpa pelo mau funcionamento do sistema de asilo é atribuída ao desacordo entre o governo central e o governo cantonal.

Perguntamos se um possível pedido de asilo na Bósnia poderia impedir o êxito de um procedimento subsequente iniciado noutro país da Europa. Um deles diz claramente: «somos contra qualquer movimento progressivo, as pessoas não escolhem o lugar onde pedem asilo, explicamos às pessoas que a Bósnia tem um sistema em funcionamento»; portanto, expressam abertamente a sua oposição a qualquer continuação da viagem após um possível pedido de asilo na Bósnia, atribuindo esses movimentos à ação de máfias e traficantes. Tentamos expressar a nossa opinião



Fábrica ocupada perto do campo Bira, e edifício abandonado utilizado como refúgio nocturno. As fogueiras são a única forma de sobreviver às temperaturas baixíssimas que se fazem sentir já em Outubro.

que é impossível convencer alguém a pedir asilo político na Bósnia e realmente ficar lá, ou sobre a ideia de bloquear as pessoas num Estado em geral.

Continuando a falar sobre o que consideram problemático, dizem-nos que frequentemente encontram dificuldades por suspeitas de «falsa composição familiar», pois as pessoas não declaram o mesmo número de membros da família durante a viagem. Por esse motivo, considera-se que eles não são parentes «reais» e que neste caso, são situações de tráfico e exploração, principalmente para menores. À nossa pergunta sobre como pretendiam gerir essas situações, e se avisariam a polícia para iniciar um processo legal contra as pessoas cuja composição familiar suscitava dúvidas, responderam afirmativamente. Um sinal claro disso seria o facto de uma pessoa se declarar tio de alguém e depois se separar dele, continuando a jornada de forma independente. A nossa objeção, que evoca um conceito diferente de família que poderia influenciar essa dinâmica, não é levada em consideração.

Um dos representantes do ACNUR começa a formular metáforas sobre os elefantes: «Há um enorme elefante branco no meio da sala com o qual não estamos a lidar... Se você quiser comer um elefante, deve cortá-lo em pedaços».

Aproveitamos para falar sobre liberdade de movimentos, como os europeus também não ficam presos no primeiro país em que migram, etc... Mas as políticas da ACNUR para a gestão dos fluxos migratórios parecem bem definidas.

Dirigimo-nos para o campo de Bira, um acampamento de 1200 lugares administrado pela OIM, onde a *Save the Children* também opera, mas ao qual não temos acesso.

Está muito frio. Visitamos muitas pessoas no estacionamento, muitos rapazes jovens (até menores), todos sem roupas adequadas para este clima, muitos com sandálias. Esperam fora, para entrar no acampamento; quase todos têm sarna e feridas infectadas.

Os rapazes afegãos começam a conversar connosco, estão à espera para entrar há muito tempo mas parece que o acampamento está cheio. Muitos deles encontram abrigo num prédio abandonado não muito longe, perguntam se queremos ir vê-lo. Levam-nos a um grande edifício em ruínas, sem janelas e, nalguns pontos, mesmo



sem paredes, sob uma chuva espessa. Subindo as escadas, chega-se ao segundo andar, invadido pelo fumo. Em cada sala uma lareira foi acesa, o chão está completamente coberto de papel e plástico. Haverá cerca de cinquenta pessoas, mas dizem-nos que dormem lá cerca de 300. Os rapazes têm poucos colchões no chão e alguns cobertores. Preparamos vários medicamentos e, para alguns, administramos antibióticos para doenças do sistema respiratório. Quase todos têm sarna.

Regressamos ao campo de Bira, vemos muita polícia a chegar, recolhem todas as pessoas que estão paradas fora do campo e levam-nas.

Uma hora após essa rusga, outras pessoas que se encontram ao frio e à chuva aproximam-se novamente do portão do acampamento, na esperança de poder entrar. Entre eles, um rapaz afegão nascido em 2005, tem com ele um documento de identificação. Acabou de chegar de Sarajevo. Tentamos mediar na entrada do campo com um responsável da OIM. Depois de meia hora, um funcionário da *Save the Children* sai do campo, verifica os documentos do rapaz e pede que ele se aproxime da rede de separação. De repente, pelo menos vinte crianças aparecem do nada, cercando o funcionário e tentando chamar a sua atenção, mostrando-lhe os documentos nos quais a idade deles está escrita.

À noite, encontramos um responsável de uma ONG bem conhecida na área, que explica a actividade da organização. Parece que existem importantes limitações impostas pelo governo local, fala-nos de uma

circular emitida pelo governo cantonal que impede os cidadãos de alugar casas a pessoas migrantes, de alojá-las ou de praticar qualquer acto que provoque uma aglomeração de pessoas na rua.

Dia 3 - 30/10/19

Lendas da fronteira

De manhã, seguimos para Velika Kladuša, a cerca de 40 km de Bihać.

Ao longo do caminho, que em boa parte se percorre paralelamente à fronteira com a Croácia, encontramos várias pessoas caminhando na estrada, apesar do frio e da chuva. Abordamos um grupo de pessoas num prédio abandonado, muito sujo, onde tinham descansado. Era a enésima vez que tentavam atravessar a fronteira, vítimas de roubo, de espancamentos e humilhações pela polícia croata, práticas também frequentemente utilizadas pela polícia eslovena. Damos-lhes alguns analgésicos para aliviar o trauma. Chegamos ao estacionamento do hospital Velika Kladuša. Somos recebidos por um jovem activista francês da associação *No Name Kitchen*, uma organização internacional de voluntários para apoio à circulação de «pessoas em viagem», que nos informa sobre as dificuldades e limitações para poder ajudar estas pessoas. Estes voluntários são obrigados a renovar mensalmente um documento com dados pessoais e domicílio, algo que jamais é solicitado a outras pessoas que estão na Bósnia com visto de turista.

Depois vem uma colaboradora de MSF (Médicos Sem Fronteiras), acompanhando dois jovens, um em cadeira de rodas e outro

32 REPORTAGEM

que coxeia, provenientes de uma casa ocupada visitada por ela durante uma monitorização. Eles falam-nos de outras pessoas que vivem na «okupa» em péssimas condições. Os dois jovens têm sarna severa com infecção. O jovem da cadeira de rodas parece muito debilitado e provavelmente febril; só levanta a cabeça quando a rapariga lhe comunica em árabe e depois volta a baixá-la. Decide-se então tentar levá-lo ao acampamento da cidade de Miral. Seguimos a carrinha deles, chegamos ao acampamento e paramos no estacionamento. Pouco depois chegam os seguranças privados que sempre se encontram presentes em todos os campos administrados pela OIM que, após nos pedirem os documentos, nos recomendam, com atitude trocista, que nos afastemos para nossa segurança.

Regressando a Bihać, vamos ao prédio ocupado perto do campo de Bira. O ar é ainda mais insuportável do que no dia anterior, chove e faz frio e há muitas fogueiras acesas nos quartos. Deixam-nos entrar na sala menos suja e onde não há fogo, para poder visitá-los. O chão está coberto com caixas de papelão e num canto há um tapete. É uma mesquita improvisada. Todos nos chamam para nos mostrar as feridas infectadas de tanto se coçarem por culpa da sarna, muitos com a garganta vermelha e as amígdalas inflamadas. Alguns têm os pés partidos à cacetada pela polícia croata com feridas abertas e pedem-nos desesperadamente algum curativo que os alivie. Nalguns casos, as plantas dos pés, estão feridas porque a polícia croata lhes tira os sapatos, para além do resto da roupa, para obrigá-los assim a andar quilómetros descalços. Acabamos praticamente com todos os medicamentos que temos e acompanhá-los à saída.

Espancam (a polícia croata) as pessoas com cacetetes durante vários minutos, até lhes partirem os membros e depois forçam-nas a voltar para a Bósnia.

Voltamos ao campo de Bira, está cada vez mais frio e chove, mas continua presente uma multidão de jovens fantasmas com cobertores na cabeça para se protegerem como podem do frio. Aguardam que chegue a noite. A algum disseram que, se conseguirem resistir e esperar até bem entrada a noite, às vezes, há um colaborador mais idoso que os deixa entrar. A outros, em Tuzla, disseram-lhes que, talvez, quando a neve chegar, haverão autocarros italianos que os levarão para Itália.

Um rapaz já não se consegue sentar devido aos ferimentos provocados pela sarna. Damos-lhe o que nos resta de medicamentos. Para outro que está com febre, damos-lhe um anti-inflamatório, seria melhor tomá-lo com o estômago cheio, mas seguramente hoje já não vai comer.

Os jovens paquistaneses dizem-nos que foram agredidos brutalmente pela polícia croata na fronteira. Um amigo deles, de 17 anos foi espancado por uma polícia eslovena, porque se recusou a assinar um papel em que se declarava maior de idade.

Descrevem diversas torturas. Dizem-nos que no inverno, a polícia croata, depois de receber dinheiro, destruir os telefones e queimar as roupas, molha as pessoas com



Vista do Campo de Vucjak, onde vivem cerca de 800 pessoas. O campo está localizado na linha de fogo da guerra dos anos 90 e existem inúmeros campos minados nas proximidades.



A fronteira com a Croácia. Uma das primeiras coisas que a polícia croata faz a quem é apanhado a atravessar a fronteira, é tirar-lhes os sapatos e obrigá-los a regressar à Bósnia a pé.

água fria e deixa-as numa carrinha com o ar condicionado frio, fazendo o contrário no verão, deixando-as fechadas com o ar condicionado quente. Ou como, depois de lhes tirarem os sapatos, usam os atacadores para imobilizá-los atando-lhes os pulsos e, em seguida, os empurram por um terreno íngreme. Espancam as pessoas com cacetetes durante vários minutos, até lhes partirem os membros e depois forçam-nas a voltar para a Bósnia.

Falam-nos de devoluções ilegais de pessoas à Bósnia e sem documentos, feitas durante noite pelas forças policiais croatas, eslovenas e italianas.

31/10/19 A cidade e o pesadelo

Vamos ao campo de Vucjak, um gigantesco acampamento informal onde haverá pelo menos 800 pessoas.

O campo está localizado na linha de fogo da guerra dos anos 90 e existem inúmeros campos minados nas proximidades.

Na entrada está a polícia e pedem-nos os documentos e recomendam-nos que fiquemos juntos. Chove, faz muito frio, há lama e lixo por toda parte, muitas pessoas andam entre grandes tendas e tendas mais pequenas. Muitos não têm nada além de sandálias. As tendas maiores são todas fornecidas pelo crescente vermelho turco, parece que foram transferidas do campo de Bira.

Constantemente, após rusgas realizadas nas cidades, as pessoas são trazidas para aqui pela polícia. Vários rapazes chamam-nos para nos mostrar as tendas nas quais a água entra, não têm roupas nem cobertores suficientes, muitos sentem-se

doentes. Entendemos que para eles é difícil chegar até a clínica mais próxima porque a polícia não os deixa sair do campo. Necessitam fazer rotas complicadas para contornar o acampamento.

O acampamento parece a cidade de um futuro distópico ou de um pesadelo. No meio da lama, há lojas, uma espécie de bar e mercado, e em algumas tendas maiores alguns rapazes amassam pão em grandes baldes de plástico. Em muitos sítios do acampamento há fogueiras, para as quais também se atira lixo. Todo o acampamento está coberto por um fumo negro e sente-se o cheiro de plástico queimado.

Entre as tendas e a lama, há jornalistas, que abordam as pessoas sem lhes pedir qualquer tipo de autorização.

Regressamos ao estacionamento do acampamento de Bira, onde, como sempre, há muitas crianças à espera para entrar.

Alguns paquistaneses dizem-nos que não têm lugar para ficar e não querem ir para a fábrica abandonada porque lá um rapaz morreu de frio. Dizem que viram o corpo ser retirado por alguém de fora.

Um rapaz de 16 anos mostra-nos uma infecção generalizada numa mão e diz-nos que precisa de assistência médica. Olhamos para dentro do portão para conversar com alguém que cuide de menores, vemos um rapaz bósnio com uma camisola de *Save the Children* e gritamos através das grades que há um menor com uma infecção. Ele diz que não é de sua responsabilidade mas sim da OIM e desaparece rapidamente. Tentamos então chamar uma mulher que usa uma camisola da OIM, responde-nos que o rapaz tem de esperar, indicando um

ponto junto à vedação. Entretanto dirige-se, em bósnio, a um estranho indivíduo, de certa idade, vestido com roupas civis, que continua a dirigir-nos um olhar de escárnio. Parece que não fala inglês, após algum tempo junta-se a outra pessoa mais jovem e alta, também em roupas civis que parece ser uma espécie de guarda-costas. Perguntam-nos quem somos e se fazemos parte de alguma associação, dizemos que não e diz-nos lenta mas assertivamente que em frente ao campo não podemos ficar devido a problemas de segurança e convida-nos a abandonar a área.

Mais tarde descobriremos que o indivíduo mais velho é polícia do serviço de estrangeiros.

Decidimos abandonar o país, exaustos, deprimidos e impotentes, acabámos todos os medicamentos e a nossa possibilidade de actuar era, naquele momento, muito reduzida.

Voltando a Itália de carro, encontramos muitas pessoas na estrada, apesar do frio e da chuva.

Para nós, a passagem das fronteiras entre a Bósnia e a Croácia e entre a Croácia e a Eslovênia é rápida. O controle consiste numa olhadela ao interior do carro e nos passaportes.

A certa altura, a cerca de 20 km de Trieste, vemos dois rapazes a caminhar na estrada. Cem metros depois, uma carrinha da polícia parou. Decidimos regressar para avisá-los, levá-los connosco talvez, mas outro carro da polícia já os tinha alcançado e estavam sentados no chão ofuscados pelas lanternas dos polícias. O polícia que conduzia a outra carrinha acabava de parar e já tinha aberto a porta traseira.

NOTAS

- [1 <http://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-towards-a-new-policy-on-migration/file-eu-turkey-statement-action-plan-1/1/19>](http://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-towards-a-new-policy-on-migration/file-eu-turkey-statement-action-plan-1/1/19). Alguns exemplos deste acordo que roçam o absurdo: "Alínea 2: Por cada sírio devolvido à Turquia desde as Ilhas gregas, outro sírio será enviado para a UE.", "Alínea 9: A UE e a Turquia trabalharão para melhorar as condições humanitárias na Síria.
- [2 <https://www.internazionale.it/reportage/annalisa-camilli/2019/11/05/bosnia-migranti-rota-balcantica-vucjak>](https://www.internazionale.it/reportage/annalisa-camilli/2019/11/05/bosnia-migranti-rota-balcantica-vucjak)

A resistência de Rojava



INÊS RODRIGUES

São já visíveis as consequências devastadoras da recente invasão turca no norte da Síria. Mas, tal como há cinco anos, as populações desta região continuam a resistir.

No início de outubro passado, Donald Trump anunciava a retirada das tropas norte-americanas do norte e nordeste da Síria, deixando o caminho livre para a ofensiva militar turca para a região, já há muito anunciada. Dois dias depois, a 9 de outubro, inicia-se a invasão no território da Administração Autónoma do Norte e Este da Síria (AANES). A operação “Nascente de Paz”, movida pelo exército turco (o segundo maior da NATO) e vários grupos jihadistas por si apoiados, propõe-se criar uma corredor de segurança ao longo da fronteira Síria-Turquia, sob o pretexto de realojar os refugiados sírios atualmente na Turquia, bem como da «prevenção de ataques terroristas».

Este realojamento, que é necessariamente forçado e à custa da limpeza étnica das populações locais, foi já elogiado pelo presidente da ONU, António Guterres. Falamos de 3,6 milhões de refugiados sírios, muitos dos quais não são oriundos da zona em questão, onde já existiam 1,65 milhões de pessoas em necessidade de ajuda humanitária e 310.000 deslocados internos, sendo que a capacidade de assistência se encontra no seu limite. As consequências deste plano podem já ser vistas hoje em dia na região

de Afrin, a norte de Aleppo. Esta região autónoma, controlada pelas Forças Democráticas Sírias (SDF), manteve-se intocada pela guerra durante sete anos e serviu de refúgio a cerca de meio milhão de pessoas que fugia da violência e destruição noutras zonas do país. Após a invasão turca, no início de 2018, denominada operação “Ramo de Oliveira”, esta região foi também transformada numa zona de realojamento de refugiados após a limpeza étnica promovida por jihadistas e exército turco. Várias ONG relatam casos de tortura, extorsão, raptos e violência generalizada, especificamente direcionada à população curda.

Para além disso, perante a pressão internacional em classificar esta ofensiva como «invasão», o presidente turco Recep Tayyip Erdoğan ameaçou enviar estes refugiados para a Europa. Falamos de um governo que ativamente financia grupos islamitas, que facilitou, durante anos, a entrada de voluntários jihadistas para a Síria através da sua fronteira, que nada fez quando cidades sírias fronteiriças estavam cercadas pelo Daesh. É também o mesmo governo que, em 2015, moveu uma investida militar contra os seus próprios cidadãos, nas regiões de maioria curda no sul da Turquia.

Ao fim de um mês de ofensiva, os efeitos são já devastadores. Dados do Observatório Sírio para os Direitos Humanos apontam para 300.000 deslocados internos (incluindo pessoas que já se encontravam em campos), bem como a morte de centenas de civis e milhares de feridos. Estima-se também que cerca de meio milhão de pessoas esteja sem acesso a água potável após bombardeamentos,

em Serêkaniyê, que atingiram a estação de água. Nesses bombardeamentos foi também atingido o hospital da cidade, o único em funcionamento após a saída da maior parte dos grupos internacionais de ajuda humanitária. Além disso, há relatos (e vídeos que os próprios jihadistas partilham nas redes sociais) de raptos e pilhagens, assim como execuções, decapitações e profanação de corpos. O caso da secretária-geral do Partido Síria do Futuro, Hevrin Khalaf, que foi executada por mercenários do Ahrar al-Sharqiya, um grupo jihadista apoiado pela Turquia, foi já classificado como um crime de guerra pela ONU. Registaram-se ainda casos de pessoas com queimaduras provocadas por fósforo branco, uma arma química proibida.

Os dois acordos de cessar-fogo (entre EUA-Turquia

Enquanto decorria ainda uma das mais brutais guerras no país, homens e mulheres mostraram que não só era possível idealizar um outro mundo, mas também construí-lo.

e Rússia-Turquia) foram repetidamente violados pelo exército turco. Com poucas diferenças significativas entre si, ambos os acordos acolhem as exigências da operação “Nascente de Paz”, com poucas ou nenhuma garantia efetivas de segurança para as populações locais – note-se ainda que nenhuma destas negociações incluiu algum representante da AANES ou das SDF – a coligação de milícias curdas, árabes e síriacas, da qual fazem parte as YPG e YPJ (Unidades de Defesa do Povo e das Mulheres, respetivamente).

Foi precisamente há cinco anos, nesta região, que o mundo assistia a uma resistência histórica contra as atrocidades do Daesh. A cidade de Kobane, praticamente cercada e com poucos meios, resistiu durante vários meses até expulsar completamente os jihadistas. Simultaneamente, o projeto confederalista democrático ganhava terreno, nas zonas autónomas de Kobane, Jazira e Afrin, alastrando-se depois ao atual território da AANES. Enquanto decorria ainda uma das mais brutais guerras no país, homens e mulheres mostraram que não só era possível idealizar um outro mundo, mas também construí-lo. O confederalismo democrático, sistema sintetizado nas ideias de Abdullah Öcalan, baseia-se num sistema de assembleias locais, constituídas por comunas de bairros ou vilas, com autonomia de decisão sobre as suas regiões, interligadas por um conselho de confederações. O sistema de co-representação assegura a representação de mulheres em cada cargo administrativo, para além das suas próprias organizações autónomas, e, ao mesmo tempo, cada assembleia deve assegurar a representação dos vários grupos étnicos

e religiosos da região. O ensino em várias línguas – árabe, curdo (kurmaci) e síriaco – permitiu que muitas crianças pudessem pela primeira vez aprender nas escolas sobre a sua história e cultura. Foi também aqui que milhares de pessoas, que fugiram de uma das mais longas guerras de sempre, encontraram um porto seguro. É também importante referir que a Jinwar, a aldeia auto-sustentável construída de raiz por mulheres, onde várias mulheres e as suas crianças vivem em comunidade, foi há poucos dias evacuada dada a proximidade dos bombardeamentos.

Hoje, a mesma região encontra-se novamente ameaçada, desta vez pelo segundo maior exército da NATO e os seus aliados jihadistas. Face à ameaça que este projeto único está a sofrer, tem-se assistido por todo o mundo a ações de solidariedade – através de manifestações, boicotes, vigílias, ou pressão política. Várias cidades em Portugal juntaram-se também a esta mobilização. Em Lisboa, realizou-se uma concentração a 12 de outubro, um protesto em frente à embaixada turca e à Assembleia da República no dia 16, e uma manifestação do Príncipe Real ao Rossio, a 19 de outubro. Em Coimbra e Porto fizeram-se também concentrações a 12 de outubro. A 2 de novembro, o dia de ação global, ficou marcado por uma concentração no Porto, e uma apresentação e debate em Lisboa, onde foi abordado o projeto confederalista de Rojava, nas suas dimensões ambientalistas e feministas, expondo também a situação atual e as suas graves consequências humanitárias. Está marcada também uma manifestação em Lisboa, no dia 16 de novembro, pelas 15h00, no Largo Camões.

Liberdade económica à lei da bala e os indivíduos desprezáveis



CARLOS FIGUEROA (WIKIMEDIA CHILE)

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

A recente onda de protestos no Chile, que já fez 20 mortos, milhares de feridos e outros tantos detidos, deve ter causado alguma perplexidade aos prosélitos do liberalismo: canhões de água e gás lacrimogénio, tanques militares nas ruas, decretado o recolher obrigatório, agressões e disparos contra manifestantes, o presidente a falar duma «guerra», até parece a Venezuela... Mas não é, e o Chile tem sido exemplar na governação em prol da «liberdade de mercado». De acordo com as folhas de cálculo de alguns especialistas, é até um dos países latino-americanos com melhores indicadores económicos.

Durante a ditadura militar, enquanto Pinochet mandava torturar e liquidar, Milton Friedman, um dos gurus da célebre «escola de Chicago»¹, por quem os liberais têm especial admiração, assessorava as reformas do regime e falava em «milagre económico». Frederick Hayek, outra figura incontornável do panteão liberal, que visitou o Chile várias vezes durante a ditadura, elogiou o golpe de estado, salientando os avanços que se faziam sentir no país a favor da «liberdade individual» - não se estaria a referir à liberdade individual dos milhares de mortos e desaparecidos às mãos do regime... Em 1962, Hayek enviou a Salazar

uma cópia do seu livro *The Constitution of Liberty*, explicando que este poderia auxiliá-lo «na tarefa de desenhar uma Constituição que prevenisse os abusos da democracia». Fiel aos seu ideal, afirmava em 1981, numa entrevista a um jornal chileno, que «preferia um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo»... Pinochet e os *Chicago Boys*² mostraram ao mundo como a repressão social e o terrorismo de Estado são importantes aliados do *laissez-faire*.

O modelo económico imposto no Chile durante a ditadura militar foi-se normalizando nas últimas décadas, pela acção dos diferentes governos. A constituição, apesar de algumas reformas, ainda é, no essencial, a mesma de Pinochet. Com as massivas privatizações, o «livre comércio», o saqueio de recursos naturais, e a prescrição das leis de mercado a todos os aspetos da vida social, foi possível a uma oligarquia política e económica aumentar exponencialmente a sua riqueza e escravizar o resto da sociedade. A maioria da população tem de se endividar para pagar comida, transporte, educação e cuidados de saúde. Neste cenário de empobrecimento generalizado, vendido pelos tecnocratas como crescimento e estabilidade, até a água se tornou uma mercadoria, escassa para a população, mas abundante para os grupos económicos da agro-indústria, da energia e da mineração. A maioria dos chilenos pode assim desfrutar diariamente

A revolta popular no Chile insiste em não se contentar com reformas. Emerge dum quotidiano que se tornou insuportável, sem ilusões de um sistema que existe à custa da miséria, da reclusão e do trabalho forçado.

da «liberdade de escolha», tão apreendida pelos liberais: escolher entre tomar banho, lavar a roupa, ou cozinhar...

A revolta popular no Chile insiste em não se contentar com reformas. Emerge dum quotidiano que se tornou insuportável, sem ilusões de um sistema que existe à custa da miséria, da reclusão e do trabalho forçado. O regresso à normalidade significa manter essa escravatura moderna, que tenta naturalizar a racionalidade dos mercados, expropriando, sacrificando e humilhando a individualidade de milhões de seres humanos. E por cá, quando nos dizem da sua insídia «não devemos nunca esquecer que a minoria mais pequena, mais atacada e mais desprotegida de todas é o indivíduo»³, ou quando lhes sai da boca «advogamos a defesa das liberdades individuais contra o poder coercivo do Estado»⁴, respondemos: é isso que a população chilena está a fazer, afirmar a sua individualidade, para que não seja o capitalismo e o poder repressivo do Estado a ditar o rumo das suas vidas.

NOTAS

¹ Termo usado a partir dos anos 50 para designar a ideologia desenvolvida no departamento de economia da universidade de Chicago, assente no liberalismo económico.

² Nome dado a um grupo de economistas chilenos que formularam a política económica do Chile durante a ditadura. Fizeram o doutoramento na universidade de Chicago onde foram alunos de Milton Friedman.

³ Extraído do manifesto do partido Iniciativa Liberal.

⁴ Extraído do manifesto do partido Iniciativa Liberal.

Outubro em Chamas



Quito, Equador. Outubro de 2019

IT'S GOING DOWN
JORNAL MAPA (TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO)

Outubro trouxe uma onda de insurreições por todo o mundo e, embora diferentes na sua origem e evolução, há certos aspectos que as unem.

Em primeiro lugar, muitas destas insurreições são o resultado direto da rejeição violenta, por parte da população, da austeridade e, consequentemente, de décadas de reformas neoliberais e programas de ajustamento estrutural (sendo estas reformas, na sua natureza, o prolongamento dos sistemas coloniais passados) que conduziram também à precariedade económica e à pobreza debilitante. No Haiti e no Equador, a vaga mais recente de tumultos e levantamentos populares foi iniciada pelo aumento dos preços do combustível; no Líbano, por novos impostos; no Chile, pelo aumento da tarifa de metro. Observa-se, por todo o mundo, o mesmo processo: desde o colapso dos mercados financeiros, em 2008, a classe capitalista reconstruiu a sua riqueza através de um regime de austeridade, aumento do custo de vida e supressão de salários.

Em segundo lugar, a raiva generalizada contra a corrupção dos governos - especialmente perante o aumento da pobreza - é outro fator comum de muitas destas revoltas. O caso mais evidente é o do Haiti, onde grande parte da ajuda que deveria ter sido destinada às vítimas do terramoto de 2010 foi desviada, sendo também generalizado o nepotismo do governo; nas Honduras, o povo revolta-se contra o regime ditatorial

e corrupto de Juan Orlando Hernández, instalado no poder por um golpe apoiado pelos EUA; no Sudão, população civil e militares fizeram cair 30 anos de regime ditatorial de al-Bashir.

Em terceiro lugar, a nova onda de revoltas visa afetar, geralmente, as infraestruturas e a circulação de mercadorias, incluindo o próprio trabalho humano. Assim, vemos manifestações massivas no Haiti atravessando os bairros ricos e bloqueando toda a sociedade; no Chile, os manifestantes passaram da simples fuga ao fisco para incendiarem uma grande empresa de energia e todo as carruagens de metro; no Líbano, o bloqueio ininterrupto de estradas está a deixar o setor económico e financeiro em pânico, enquanto em Hong Kong se começaram a incendiar bancos.

Na maioria destes levantamentos populares, a disrupção generalizada é vista como a forma comum da luta; os distúrbios violentos são o veículo através do qual estas disputas se generalizam e mobilizam tanta gente - ou seja, este tipo de ações não isola os manifestantes do resto da sociedade. Este facto contrasta fortemente com o argumento que ouvimos repetidamente da parte de académicos e de alguns ativistas: saques, destruição de propriedade e tumultos alienam a maioria da população, especialmente os chamados «liberais de classe média», condenando assim os movimentos sociais ao fracasso.

Por fim, as insurreições atuais evidenciam também a rápida declaração por parte dos governos «democráticos» do «estado de emergência», aplicado quando e onde a paz e a normalidade - tão necessárias para a normal circulação da mercadoria - são postas em causa, concedendo poderes militares ou policiais especiais, aprovando novas leis que tornam ilegais as anteriores ações quotidianas de protesto,

ou simplesmente dando às autoridades luz verde para abrir fogo. No Equador o recolher obrigatório foi decretado e a sede de governo foi transferida para outra cidade. No Chile, leis ignoradas desde a ditadura de Pinochet estão a ser aplicadas para permitir que os militares reinem nas ruas e reprimam a revolta; e em Hong Kong, o Estado tentou banir máscaras e manifestações.

HAITI

Desde Agosto que os haitianos têm vindo a tomar as ruas contra o aumento do preço dos combustíveis e para exigir a queda do presidente corrupto, apoiado pelos EUA, Jovenel Moise. Dezenas de milhares de pessoas saíram à rua paralisando o país, fechando escolas, empresas, transportes e *start-up hubs*, atacando bairros ricos e confrontando-se com as autoridades, que muitas vezes abriram fogo contra os manifestantes nas ruas. No final de outubro, a polícia organizava já os seus próprios protestos, para exigir melhores salários e apelar à sindicalização, ao mesmo tempo que disparava sobre manifestantes anti-governo. O presidente Moise não dá sinais de ceder às exigências dos manifestantes e pede aos EUA «ajuda humanitária». Estima-se, até ao momento, cerca de 20 mortos. O Haiti é o país mais pobre do Hemisfério Ocidental, com mais de metade da população em situação de pobreza. A corrupção governamental e a escassez de combustível somam-se à espiral inflacionária, à falta de água potável, à escassez de alimentos, a epidemias de cólera, à habitação precária e a um sistema de saúde destruído. Mais de 7 milhões de haitianos vivem sem eletricidade e, com a crise governamental atual aliada ao desvio de dinheiros, o Haiti não consegue liquidar a sua fatura energética, o que poderá levar em breve a um

corte total no fornecimento elétrico. O sentimento de revolta face à corrupção é reforçado pelo desvio de milhões de dólares de ajuda internacional destinada à reconstrução pós-terramoto de 2010 - com milhares de pessoas ainda a viver em campos improvisados, sendo que dois furacões, em 2012 e 2016, voltaram a assolar a ilha.

SUDÃO

Milhares de pessoas voltaram à rua, no Sudão, no dia 21 de outubro. Trinta anos de regime autocrático de al-Bashir terminaram em abril de 2019, na sequência de vários meses de protestos, cuja repressão resultou em cerca de 250 mortos. O presidente foi deposto pelo Conselho Militar e foi instaurado um estado de emergência de três meses, alegadamente seguido de um «período de transição» de dois anos, que seria governado por uma junta civil-militar. No entanto, os militares têm impedido a eleição de membros civis e, em junho, assassinaram um número apontado de 127 pessoas que se manifestavam num *sit-in*. Os protestos de outubro surgem para exigir justiça pelos mártires - mortos desde a queda do regime e até ao massacre de junho -, para exigir a dissolução do partido do ex-presidente Omar al-Bashir e, sobretudo, para pressionar os militares para que o «período de transição» seja assumido por uma administração exclusivamente civil, exigência que conta, por enquanto, com o apoio dos EUA e da União Africana.

EQUADOR

Os protestos - e uma greve geral dos transportes - arrancaram a 3 de outubro, em resposta às medidas de austeridade adotadas pelo presidente Lenín Moreno (na esperança de obter um empréstimo do Fundo Monetário Internacional), entre elas cortes no subsídio aos combustíveis e nos salários. Muitas das marchas, inicialmente pacíficas, foram reprimidas violentamente pela polícia. No mesmo dia, foi declarado o estado de emergência pelo governo, com imposição do recolher obrigatório em Quito, mas a intensidade dos protestos manteve-se durante onze dias seguintes/que se seguiram. A 7 de outubro, a sede do governo foi transferida da capital Quito para Guayaquil. Nas zonas rurais, o movimento indígena declarou o seu próprio estado de emergência e deteve polícias no decurso dos protestos, bloqueou auto-estradas e explorações petrolíferas. Cerca de 15 mil indígenas rumaram a Quito, aumentando exponencialmente o número de manifestantes na capital. No dia 13 de outubro, Moreno sentou-se à mesa com os grupos indígenas envolvidos nos protestos e negociou novas medidas, mas outros movimentos de estudantes, sindicatos e feministas, mantiveram o seu protesto nas ruas exigindo que o governo assuma a responsabilidade pela repressão e violência policiais - enquanto isto, o governo tem parabenizado/exultado/saudado a polícia e forças armadas por «fortalecerem a democracia». Estimam-se 8 mortos desde o início dos protestos, e cerca de 1350 feridos e 1200 detenções. O setor das exportações pede o seu próprio «estado de emergência», com perdas estimadas em 3 mil milhões de dólares. De acordo com um testemunho, publicado na CrimethInc: «a classe média pode não estar a sofrer as consequências destas medidas, mas a maioria da população já as está a sentir na pele. (...) É necessário entender que, no Equador, a comida nas grandes cidades vem do interior; assim, o aumento do preço da gasolina tem um efeito direto devastador na vida dos pequenos produtores do interior, a maioria dos quais indígenas».

36 LATITUDES

CHILE

Começando com o protesto contra o aumento da tarifa do metro (uma das mais caras da América Latina), em meados de outubro uma enorme onda de protestos foi recebida pelo governo com a mobilização das forças armadas e a declaração do estado de emergência com recolher obrigatório. No dia 18 de outubro iniciou-se a paralisação total, uma a uma, das linhas do metro de Santiago, o que provocou um colapso até então inédito na área urbana metropolitana. No dia seguinte, o edifício da ENEL (empresa elétrica que opera no Chile) foi incendiado e cerca de 25 estações de metro tiveram o mesmo destino. A Lei de Segurança Interna chilena, criada durante a ditadura, permite atuar sobre crimes de «desordem pública» durante os períodos em que o «funcionamento do país» é posto em causa, o que explica, em parte, a brutalidade (inédita desde a ditadura) da violência policial que tem recaído sobre os protestos, estimando-se até agora [meados outubro] 17 mortos, mais de 100 pessoas parcialmente cegas por balas de borracha e mais de 7000 presos. Várias greves gerais foram convocadas e, enquanto violentos confrontos continuam a dar-se nas ruas, marchas pacíficas chegaram a reunir 1 milhão de pessoas em Santiago. O presidente do Chile, Sebastián Piñera, recuou na subida de tarifa do metro e prometeu aumentar salários mínimos e pensões, iniciando também um processo de substituição de vários dos membros do seu executivo, na esperança, sem sucesso, de apaziguar os protestos. A oposição partidária ameaça acusar Piñera pela violenta repressão policial e o Instituto Nacional de Direitos Humanos chileno já iniciou dezenas de processos legais contra as forças militares por homicídio, violência sexual e tortura.

HONDURAS

Os tumultos nas Honduras intensificaram-se no verão de 2019 contra o regime ditatorial e corrupto de Juan Orlando Hernández, instalado no poder desde novembro de 2017 através de um golpe apoiado pelos EUA, durante a presidência de Obama. No seguimento da eleição presidencial de novembro, as forças policiais mataram cerca de 30 manifestantes. Para além de profunda repressão e censura social e cultural, o governo hondurenho tem implementado medidas neoliberais extremas, como um extrativismo selvagem, privatização da energia elétrica, das estradas e das telecomunicações, e assassinio de resistentes. Enquanto são dadas provas de desvio de fundos pelo governo, mais de metade da população vive em situação de pobreza e muitos tentam a saída para os EUA. A Administração de Trump tem caído violentamente sobre os migrantes que atravessam a fronteira, enquanto mantém a ajuda financeira à securitização e militarização do governo hondurenho. Em junho de 2018, Hernández emitiu novos decretos-lei com a intenção de privatizar serviços de saúde e educação, o que levou a novos protestos. Em agosto, nova vaga de tumultos surgiu quando o irmão mais novo de Hernández foi considerado culpado de acusações de tráfico de droga nos EUA, envolvendo também o presidente (que terá recebido 1,5 milhão de dólares para subornar as autoridades locais em



Santiago do Chile, 8 de Novembro de 2019

troca de proteção e conclusão de obras públicas). A continuação dos protestos, em outubro, tem reunido milhares de pessoas em saques e incêndios, bloqueio de estradas e destruição de postos de gasolina, enquanto a polícia responde aos protestos com gás lacrimogénico e canhões de água.

LÍBANO

Desde o início de 2019 que decorrem protestos contra medidas de austeridade lançadas pelo governo. Desde o dia 17 de outubro que decorrem manifestações e bloqueios ininterruptos perante a implementação de reformas estruturais em todo o país, como o aumento de impostos sobre tabaco, petróleo e incluindo uma bizarra medida para taxar em 20 centimos todas as primeiras chamadas por Whatsapp de cada dia, até um máximo de seis dólares por mês. Os protestos englobam diversas exigências, desde logo, a realização de eleições antecipadas. O número de manifestantes nas ruas oscila entre 1 e 2 milhões, que têm sido recebidos pelas autoridades com balas, canhões de água, gás lacrimogénico e cercos. Houve motins em prisões, foram encerradas escolas, lojas e bancos, e os manifestantes bloquearam estradas e incendiaram edifícios. O governo respondeu reduzindo os salários das autoridades, abandonando medidas de austeridade e prometendo libertar milhões de dólares de ajuda da comunidade internacional, assim como cobrar elevados impostos aos bancos do país. Com a continuação e intensificação dos protestos, o presidente do Líbano, Saad Hariri, demitiu-se. Nas ruas, confrontos entre apoiantes do governo, nomeadamente do Hezbollah (que conta com deputados eleitos), e manifestantes anti-governo têm levado muitos a revoltarem-se publicamente contra o Hezbollah, algo inédito na história recente do Líbano. Os protestos mantêm-se e alguns, como o Banco Central do Líbano, temem que o bloqueio continuado leve ao colapso económico do país.

CATALUNHA

Protestos generalizados começaram a 14 de outubro, com a decisão do Supremo Tribunal do Estado espanhol de condenar nove líderes independentistas catalães a penas de prisão de 9 a 13 anos. A dia 1 de outubro assinalaram-se os dois anos da realização do referendo sobre a independência da Catalunha, considerado ilegal por

Madrid. Durante dias, tumultos generalizados e ininterruptos ocuparam Barcelona, desde manifestações pacifistas com a participação de políticos catalães, até confrontos abertos com a polícia. Os protestos são essencialmente promovidos pelos coletivos nacionalistas e pró-independentistas, mas participam também (ainda que de forma bastante minoritária) movimentos autónomos que recusam a liderança de qualquer partido ou a criação de um novo Estado. Políticos catalães apelam, ora ao diálogo, ora a que os manifestantes se mantenham nas ruas, procurando ainda assim dissociar-se de todos os atos de violência. Os protestos têm incluído greves (que chegaram a trazer meio milhão de pessoas para as ruas), bloqueio de estradas, estações ferroviárias e edifícios turísticos, e têm tido respostas violentas da polícia catalã, como balas de borracha e gás lacrimogénico. Estimam-se, até agora, cerca de 600 feridos, entre os quais 4 parcialmente cegos por balas de borracha, 200 detidos e 2,5 milhões de euros em danos materiais.

HONG KONG

A partir de junho, e estendendo-se até outubro, protestos regulares em Hong Kong surgiram contra a proposta de lei que permitiria a extradição de suspeitos de Hong Kong para a China. Recusando maior controlo chinês sobre o território, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas, conseguindo que a líder, Carrie Lam, retirasse a proposta de lei - enquanto o número de tropas chinesas parece ter duplicado no território, desde o início dos protestos. Ainda assim, as manifestações continuaram, incendiando bancos e estações de metro, e os confrontos com a polícia são cada vez mais frequentes e violentos, com uso de balas de borracha, gás lacrimogénico e canhões de água. Destaca-se um movimento maioritariamente (mas não exclusivamente) «pró-democrata» com cinco exigências: retirada definitiva da lei de extradição, libertação dos manifestantes detidos, que os protestos não sejam considerados motins, abertura de um inquérito independente à violência policial e o sufrágio universal para as eleições em Hong Kong que garanta maior independência da China. A 1 de outubro, no mesmo dia em que o Partido Comunista Chinês celebrava 70 anos de governo, foram disparados tiros sobre manifestantes. Passados uns dias, o governo baniu o uso de máscaras e ameaçava banir o acesso à Internet. Os

protestos levaram a administração de Hong Kong a declarar que o número de turistas caiu para metade e que a região dificilmente registrará crescimento económico no ano de 2019.

IRAQUE

Depois de décadas de invasões militares ocidentais, anos de domínio do Estado Islâmico, guerras, morte de muitos milhares de pessoas e deslocação forçada de muitas outras, o Iraque mergulhou num ciclo de contestação popular. As primeiras notícias davam conta da morte de «mais de 100 pessoas em menos de uma semana, quando as forças de segurança iraquianas usaram canhões de água, gás lacrimogénico, munições reais e balas de borracha para dispersar os jovens manifestantes iraquianos que exigiam emprego, electricidade, água potável e o fim da corrupção», conforme anunciava a Aljazeera no início de outubro. A violência da resposta governamental levou ainda mais gente para as ruas. As movimentações, que começaram a 1 de outubro com uma manifestação, tinham já resultado, no dia 7, de acordo com o Ministro do Interior, em 104 mortos (8 dos quais membros das forças de segurança), mais de 6 mil feridos e 51 edifícios públicos e 8 escritórios partidários incendiados. Nos media internacionais, o número de mortes rondava as 150. Ao fim de uma semana, o primeiro-ministro anunciou uma remodelação governamental, corte nos salários dos responsáveis de topo e um plano de redução da taxa de desemprego. A mobilização diminuiu até ao dia 29 de outubro, quando as forças de segurança abriram fogo contra manifestantes, causando pelo menos 18 mortos e 800 feridos. De acordo com o Público de 2 de novembro, por essa altura o número de mortos já se situava perto dos 250. Não há uma figura populista, nem partidos políticos, nos comandos da contestação. No último dia de outubro, o Presidente iraquiano, Barham Saleh, anunciou que o primeiro-ministro estaria na disposição de convocar eleições antecipadas, mas a resposta a esse anúncio foi dezenas de milhares de pessoas a bloquearem, no início de Novembro, as entradas e saídas do importante porto de Um Qasr, no Golfo Pérsico. «Queremos uma mudança total, e não apenas a saída de um ou dois ministros que vão ser substituídos por outros corruptos», disse à agência Reuters um manifestante em Bagdad.

A greve e o Estado: entre a repressão e a gestão.

II parte: dos serviços mínimos à requisição civil



Greve dos estivadores do porto de Setúbal. Novembro de 2018.

JNM
RITA LOUREIRO

Nos últimos meses assistimos a diversas greves, em particular as organizadas por sindicatos de enfermeiros e de transportadores de matérias perigosas, que acabaram por desencadear o exercício de requisição civil por parte do governo. Este dispositivo, articulado com outras medidas, como a declaração de serviços mínimos, é demonstrativo da relação ambígua do Estado com a greve, declarada enquanto direito, mas reprimida assim que se torna consequente. O objetivo deste artigo, dividido em duas partes, é analisar os contornos históricos, políticos e judiciais desta relação.

Na primeira parte deste artigo analisou-se a relação histórica do Estado com o fenómeno da greve¹. Se dúvidas houvesse sobre a ambiguidade desta relação, dadas as diferenças entre o que se encontra juridicamente proclamado – o «direito à greve» – e a prática de contenção e repressão ocasionalmente exercida (legitimada por uma interpretação, no mínimo, *sui generis* da lei), diversos acontecimentos verificados nos últimos anos vieram comprová-la.

Quer a paralisação dos estivadores no porto de Setúbal, organizada pelo Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística (SEAL), quer as greves convocadas pelo Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP), uma das quais conjuntamente com o Sindicato Independente dos Motoristas de Mercadorias (SIMM), demonstram, em primeiro lugar, a importância acrescida do setor da logística e da comunicação no funcionamento do capitalismo global. Muitas vezes, um olhar sobre a sua extensão, a um nível não só geográfico, mas também ontológico, conduz à identificação de um cariz onipotente, em relação ao

O cumprimento dos ditames impostos tanto pelo Código do Trabalho, como pelos demais regimes legais, é sempre sujeito a uma ginástica interpretativa, a começar pelo próprio conceito de «necessidades sociais impreteríveis».

qual pouco ou nada resta a fazer. O sentimento de pânico gerado entre as hostes de governo e empresários e a tentativa de alargamento do mesmo à generalidade das pessoas, encabeçada pelos *media* e demais especialistas, assinala o contrário.

Ao longo das últimas décadas, os processos de produção foram sofrendo constantes mudanças, acompanhando o ritmo de invenção e introdução de novas tecnologias. Atualmente, uma mercadoria não é fabricada numa só unidade centralizada,

como acontecia com os automóveis da Ford produzidos em Detroit, mas sim por uma rede de empresas, cada uma responsável por uma função específica no âmbito do fabrico dessa mercadoria. A distribuição passou assim a constituir um momento da produção, ou seja, o bloqueio da primeira implica a interrupção da segunda. Só a greve dos estivadores, a título de exemplo, foi responsável por uma quebra de 8,7% nas exportações portuguesas em novembro de 2018². À luz desta informação é possível compreender tanto a vitória alcançada na batalha de Setúbal³, como a postura que o governo então vigente adotou perante a greve, tendo não só permitido, como assegurado – por via da intervenção das forças policiais sobre o piquete (foto 1) – a substituição de trabalhadores em greve, à margem do que se encontra disposto no Código do Trabalho⁴.

Meses antes, uma greve ao trabalho suplementar convocada pelo SEAL para os portos de Lisboa e Setúbal levou o governo a decretar serviços mínimos. Tal decisão revela o amplo recurso da parte dos setores do transporte e da logística ao trabalho suplementar, uma forma de redução de custos (mediante uma força de trabalho reduzida) que representa uma ameaça



Greve dos estivadores do porto de Setúbal. Novembro de 2018.

ao bem-estar e segurança não só dos trabalhadores envolvidos, sujeitos a um enorme esforço físico e desgaste mental, como das pessoas em geral. No caso dos estivadores, a greve foi convocada precisamente para se exigir a admissão de novos trabalhadores, procurando deixar bem visível a necessidade de contratação de mais efetivos. A ser coerente com o espírito da lei, esta medida deveria começar por visar as próprias empresas portuárias, uma vez que o cumprimento do horário do trabalho não consegue, à partida, garantir as «necessidades sociais impreteríveis», um dos principais objetivos consagrados pelo regime de prestação de serviços mínimos.

Os serviços mínimos contra as greves

O Código do Trabalho impõe aos promotores da greve a obrigação de prestação de serviços mínimos de dois tipos:⁴ relativos à segurança e manutenção de equipamentos e instalações da empresa; e⁵ os necessários à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, cujo pressuposto geral é o de a greve ocorrer nos sectores de atividade que colmatem essas necessidades. No primeiro caso, os serviços mínimos podem corresponder a tarefas simples, como sucederá no caso de uma greve num estabelecimento comercial (encerrar a loja e ligar o alarme, por exemplo) ou, pelo contrário, funções mais complexas em termos técnicos, como será o caso de uma greve numa fábrica de fundição em que o forno, tendo de permanecer em funcionamento contínuo, deve ser monitorizado. O fundamento destes serviços reside na exigência de proporcionalidade do exercício do direito à greve face aos direitos de propriedade e de iniciativa económica da empresa⁶. Na maior parte das situações, a definição destes serviços mínimos resolve-se sem conflitos, sendo relativamente pacífica a identificação das tarefas necessárias à segurança e manutenção de equipamentos e instalações.

O contexto político pré-eleitoral e o perigo inerente ao apoio a uma greve potencialmente impopular, aliada à desconfiança em relação a um sindicalismo estranho às grandes confederações sindicais, acabaram por secundarizar as reivindicações dos motoristas

No segundo tipo de serviços mínimos impostos pela lei, o que se pretende é garantir o funcionamento de setores económico-produtivos de importância vital para a sociedade e o interesse coletivo. Neste sentido, impõe-se aos promotores da greve que garantam a prestação adequada e necessária destes produtos e/ou serviços. A compatibilização do direito fundamental à greve com outros direitos fundamentais, como o direito à saúde, constitui obviamente uma limitação do primeiro. Não obstante a previsão legal destas matérias, permanecem incertezas, como, por exemplo, saber até que ponto é que uma greve numa empresa produtora de bens e serviços de primeira necessidade deve ser obrigada a incluir serviços mínimos caso existam empresas concorrentes em funcionamento, ou quando haja trabalhadores não grevistas que possam garantir a sua realização. Na recente greve dos motoristas, a possibilidade de transporte de combustível em comboio não foi sequer considerada pelo governo⁷, tendo este optado pelo decreto de serviços mínimos e, posteriormente, pelo recurso à requisição civil.

O cumprimento dos ditames impostos tanto pelo Código do Trabalho, como pelos demais regimes legais, é sempre sujeito a uma ginástica interpretativa, a começar pelo próprio conceito de «necessidades sociais impreteríveis», cujo sentido poderá tornar-se num terreno de luta. Só assim se compreende o decreto de serviços mínimos na greve dos tripulantes da Ryanair no passado mês de agosto, a qual, curiosamente, exigia o cumprimento do Código de Trabalho por parte da companhia de aviação. O despacho responsável por tal medida justifica-a com base na «duração relativamente longa da greve (cinco dias)», no «crescimento considerável da procura do transporte aéreo» durante o período, na necessidade de se «evitar o aglomerado de passageiros nacionais», uma vez que «tal pode potenciar riscos para a segurança de pessoas e bens» e, por fim, no facto de o avião ser «a única forma de garantir o direito à deslocação de uma forma célere e eficiente». Ora, além de ignorar a existência de outras empresas em funcionamento, a decisão acaba por integrar no rol de «necessidades sociais impreteríveis» as férias dos clientes da Ryanair.

Conclusão

A resposta do governo à greve dos motoristas de matérias passou, conforme mencionado, pelo recurso à requisição civil, dispositivo legal utilizado em caso de incumprimento da obrigação de prestação de serviços mínimos, e que «compreende o conjunto de medidas determinadas pelo Governo necessárias para, em circunstâncias particularmente graves, se assegurar o regular funcionamento de serviços essenciais de interesse público ou de sectores vitais da economia nacional» (Decreto-Lei n.º 637/74, art. 1.º, n.º 1). Este objetivo, segundo o mesmo decreto, poderá passar pela mobilização compulsiva de infraestruturas, empresas e trabalhadores, bem como a intervenção de forças militares por via

quer indireta, através da «sujeição do pessoal do serviço público ou da empresa ao regime disciplinar previsto no artigo 36.º do Regulamento de Disciplina Militar e ao foro militar», quer direta, com vista a «substituir, parcial ou totalmente, o pessoal civil».

O contexto político pré-eleitoral e o perigo inerente ao apoio a uma greve potencialmente impopular, aliada à desconfiança em relação a um sindicalismo estranho às grandes confederações sindicais, acabaram por secundarizar as reivindicações dos motoristas, nomeadamente o aumento do salário base e a diminuição das horas extraordinárias. O silêncio da esquerda tanto em relação a estas, como perante a repressão da greve, foi apenas quebrado por breves declarações ou por artigos de opinião assinados por alguns dos seus dirigentes. Desta forma, o cenário de militares a conduzirem camiões-cisterna ou a detenção de grevistas em suas casas acabou por auferir de uma certa normalidade. A criação de tais precedentes poderá conduzir à repetição destas imagens num futuro não tão longínquo quanto isso.

NOTAS

1 Artigo publicado na edição 24 do Jornal MAPA (2019).

2 <https://observador.pt/2019/01/09/greve-dos-estivadores-em-setubal-faz-cair-as-exportacoes-em-87-em-novembro/>

3 <https://oestivador.wordpress.com/2019/09/16/publicacao-do-cct-de-setubal-um-marco-nas-relacoes-laborais/>

4 O art.º 535º do Código de Trabalho, sob a epígrafe Proibição de substituição de grevistas, impede o empregador de, durante a greve, substituir os grevistas por trabalhadores que, à data do aviso prévio, não trabalhavam no respetivo estabelecimento ou serviço. <https://oestivador.wordpress.com/2018/12/06/o-direito-a-greve-e-a-substituicao-de-trabalhadores-por-rita-garcia-pereira/>

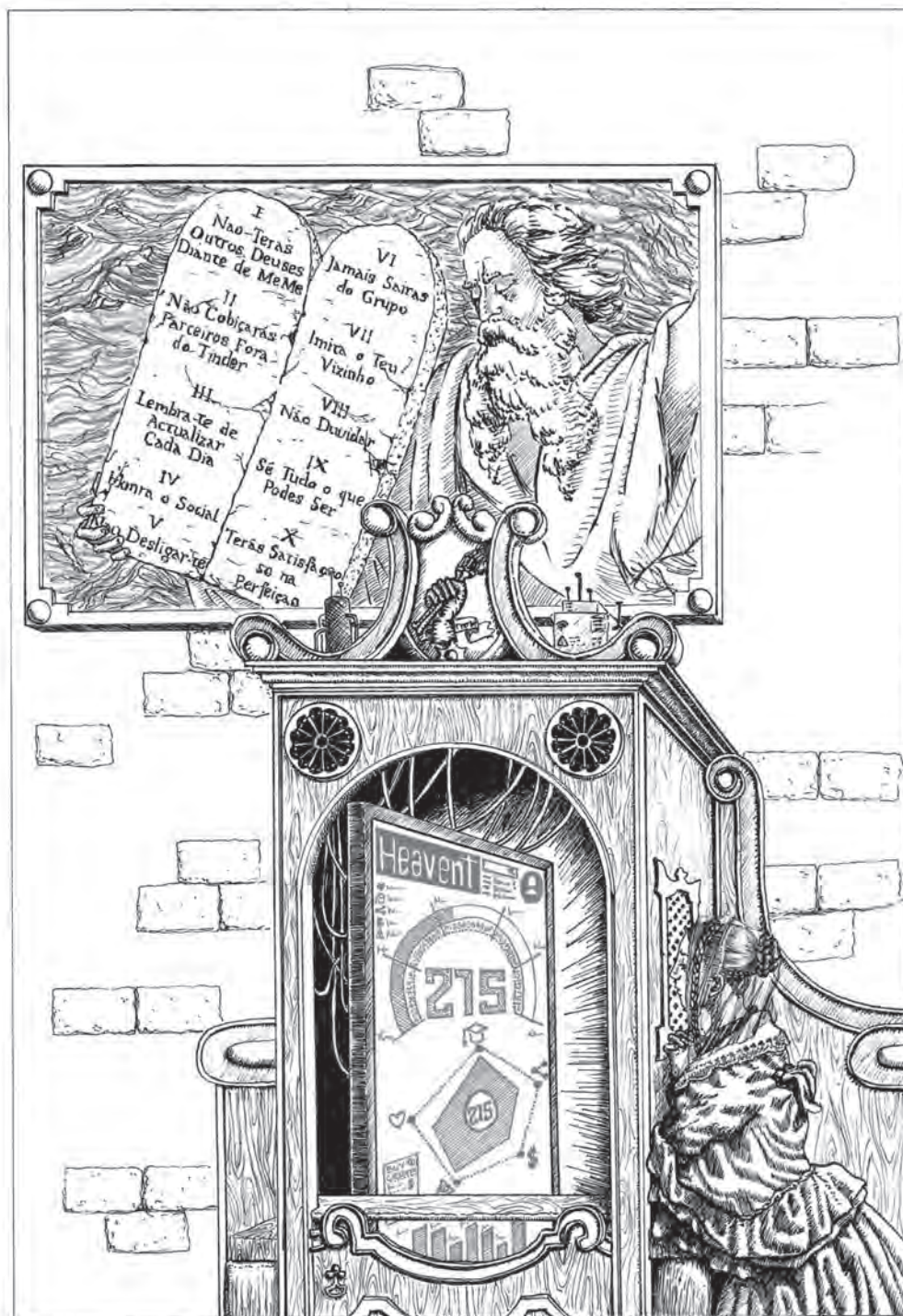
5 Numa tentativa de equilibrar os diferentes direitos fundamentais em conflito, o legislador entendeu que os eventuais danos ou perda dos equipamentos e instalações que a falta de segurança e manutenção respetivas provocariam não constituem fins legítimos do direito à greve, fazendo, por esse motivo, recair sobre os promotores da greve o ónus de evitar que tal suceda.

6 <https://www.publico.pt/2019/08/18/economia/noticia/ferrovia-alternativa-governo-nao-considerou-1883624>

7 <https://www.publico.pt/2019/08/18/economia/noticia/ferrovia-alternativa-governo-nao-considerou-1883624>

Desinforma *et impera* ou Guerra, imperialismo e propaganda 2.0

A desinformação é um tópico cada vez mais recorrente e persistente nas notícias.



κοινωνία
ILUSTRAÇÕES TIDI

Como prática, provavelmente remonta ao início da «civilização», ou seja, ao surgimento de impérios e guerras de massas. A palavra, no entanto, existe há menos de um século e, tomando em conta a wikipédia, teve origem no termo russo *dezinformatsiya*: uma arma tática russa que remonta a 1923, quando no âmbito da direção política do estado (GPU) – precursora da KGB – «foi criado um escritório especial de desinformação para realizar operações táticas de inteligência». Desde então, «a manipulação

do sistema de inteligência de uma nação através da administração de dados credíveis, porém enganosos» e a falsificação histórica como operação secreta destinada a manipular os media tornaram-se práticas habituais.

A desinformação deu origem à *black propaganda*, que é um tipo de propaganda que visa criar no destinatário a impressão de que os «factos» a que se refere devem ser atribuídos àqueles que realmente querem desacreditar: as pessoas não estão cientes de que alguém as está influenciando numa determinada direção. Estas são operações de psicologia de massa, uma vez que se baseiam na credibilidade que o destinatário atribui à (falsa) fonte da mensagem.

Front groups, ou sobre os capangas digitais

Com a disrupção sociocultural trazida pelas novas tecnologias da informação, novas e poderosas ferramentas de manipulação foram disponibilizadas. Por um lado, temos os ataques cibernéticos «oficiais», ou seja, as operações de guerra 2.0, declaradas e reconhecidas pelos Estados-nação. Exemplos disso são os ataques feitos ou recebidos pelos Estados Unidos da América, Israel, Irão, Coreia do Norte, etc. Ao lado desse tipo de ataques existem os considerados de origem «criminosos» como, por exemplo, o que levou o Estado de Louisiana a declarar o estado de emergência nacional em agosto

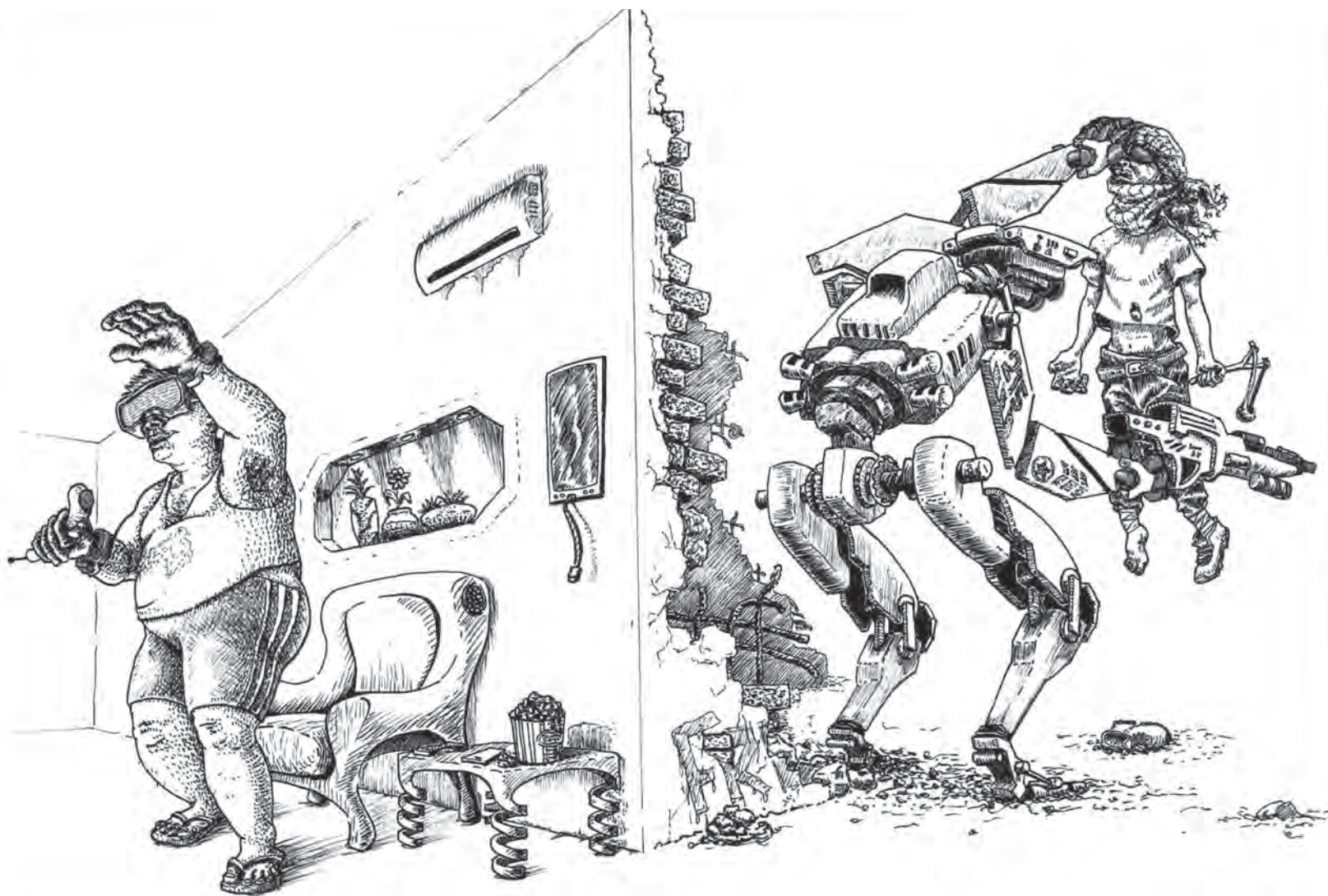
de 2019. Mas aqui iremos concentrar-nos na estratégia de guerra informática menos evidente e menos explícita.

Um primeiro dilema surge: o fim da credibilidade de jornais aparentemente sérios e que, infelizmente, contribuem para a divulgação de notícias falsas. Jornais e jornalistas são moralmente responsáveis quando deixam de verificar os factos que divulgam: violam os princípios deontológicos da sua profissão e contribuem para a criação do clima de caça às bruxas no qual o populismo quer que nos afundemos.

Mas não são apenas os jornais que podem ser prejudicados por infiltrados que trabalham para agências de inteligência. Até

organizações de caridade religiosas ou, mais recentemente, grupos de amigos nas redes sociais e páginas e contas de plataformas *on-line* podem atuar como um veículo para disseminar a praga do ódio e do medo. Passando a operar na *cloud*, os *front groups* – ou seja, as organizações que fornecem uma «cobertura» através de profissões plausíveis e fontes legais de rendimento – geram um efeito de escalada, graças ao qual os serviços secretos conseguem atacar qualquer país do mundo com uma desinformação direcionada, a uma velocidade sem precedentes, desencadeando ondas de choque que estão a fazer vacilar os fundamentos da coexistência civil. O presente texto pretende

40 TRANSUMANISMO MON AMOUR



abordar, ainda que sumariamente, a expansão dessa nova estratégia da guerra imperialista.

A lei da selva digital

Se o primeiro dilema relatado já pode causar vertigem, a realidade esconde lados ainda mais atrozes. Um dos aspetos mais perturbadores é a corrupção endêmica da polícia e das forças armadas – uma corrupção não apenas material, mas sobretudo moral – para levar as pessoas a «fazer justiça por si». O caso das Filipinas, lideradas por Rodrigo Duterte – um caso não muito diferente de outros – reafirma que os incentivos à violência lançados pelos capitães institucionais representam um círculo vicioso que se auto-alimenta. Trata-se de um cenário de intolerância institucionalizada, no qual à brutalidade (e impunidade) policial e militar deveria responder uma crescente bestialização da sociedade civil. Aos milhares de assassinatos políticos terroristas cometidos por agentes policiais de uniforme, soma-se um aumento exponencial da violência cometida por pessoas comuns, vítimas do desinforma *et impera* que está a tornar o mundo numa massa de fronteiras, muros farpados, *lager* de refugiados, guerras tribais ou de mercenários, espões e guetos: em suma, um cenário de guerra civil glocal. O objetivo parece ser o sonho da NASA, do Partido Comunista Chinês ou de Putin (uma internacional fascista

Com a disrupção sociocultural trazida pelas novas tecnologias da informação, novas e poderosas ferramentas de manipulação foram disponibilizadas

H+ que tem apenas uma visão, ou melhor, um único estado alucinatório e maniaco coletivo): uma sociedade de pessoas aterrorizadas que, se e quando podem, permanecem segregados em casa para integrar através da mediação de um ecrã para satisfazer todas as suas necessidades e paixões. Aqueles que não se podem permitir uma viagem até um paraíso turístico militarizado, ou compras *on-line* convenientes, podem apenas comportar-se mimeticamente, de acordo com os códigos de *gangster* da lei da selva digital. Em outras palavras, neste cenário o desinforma *et impera* parece ser a preparação para a emergência planetária devida ao aquecimento global e à exaustão de recursos: enquanto, na sua maioria, as pessoas se matam umas às outras, alguém pode continuar a trabalhar tranquilamente na escatologia H+.

É evidente que mais e mais pessoas dependem das redes sociais dos media digitais para

«informar-se». A este respeito, devemos mencionar imediatamente um aspecto que quem mora na Europa talvez não conheça: em muitos países, como no Brasil ou na Índia, quem compra um iPhone ou um smartphone recebe algumas aplicações, como o Facebook ou o WhatsApp, já instaladas no dispositivo. Estas são gratuitas, enquanto que se os usuários quiserem aceder à internet para fazer pesquisas através de um browser terão que pagar pelo consumo dos dados. Portanto, quase ninguém compara as mensagens que recebe em privado com outras fontes públicas de informação. Dessa maneira, o impacto emocional-cognitivo do bombardeamento de *memes* e *fake news*, partilhas e comentários, é devastador. Foi o caso dos linchamentos na Índia: a difusão no WhatsApp de mensagens e vídeos que falavam de raptos de menores criou uma espécie de histeria coletiva, alimentada também por vários jornais e estações de televisão locais, que transmitiram as notícias falsas que circulavam *on-line* sem averiguá-las, dando-lhes ainda mais visibilidade. Segundo Mohammad Ali, jornalista a escrever um livro sobre os linchamentos, o problema não é apenas a falta de educação digital. As violências têm sido direcionadas principalmente a pessoas que não pertencem às comunidades locais, imigrantes ou consideradas «estrangeiras». Os

quase ninguém compara as mensagens que recebe em privado com outras fontes públicas de informação

assassinatos, afirma Ali, estariam portanto intimamente ligados ao intenso crescimento de sentimentos nacionalistas.

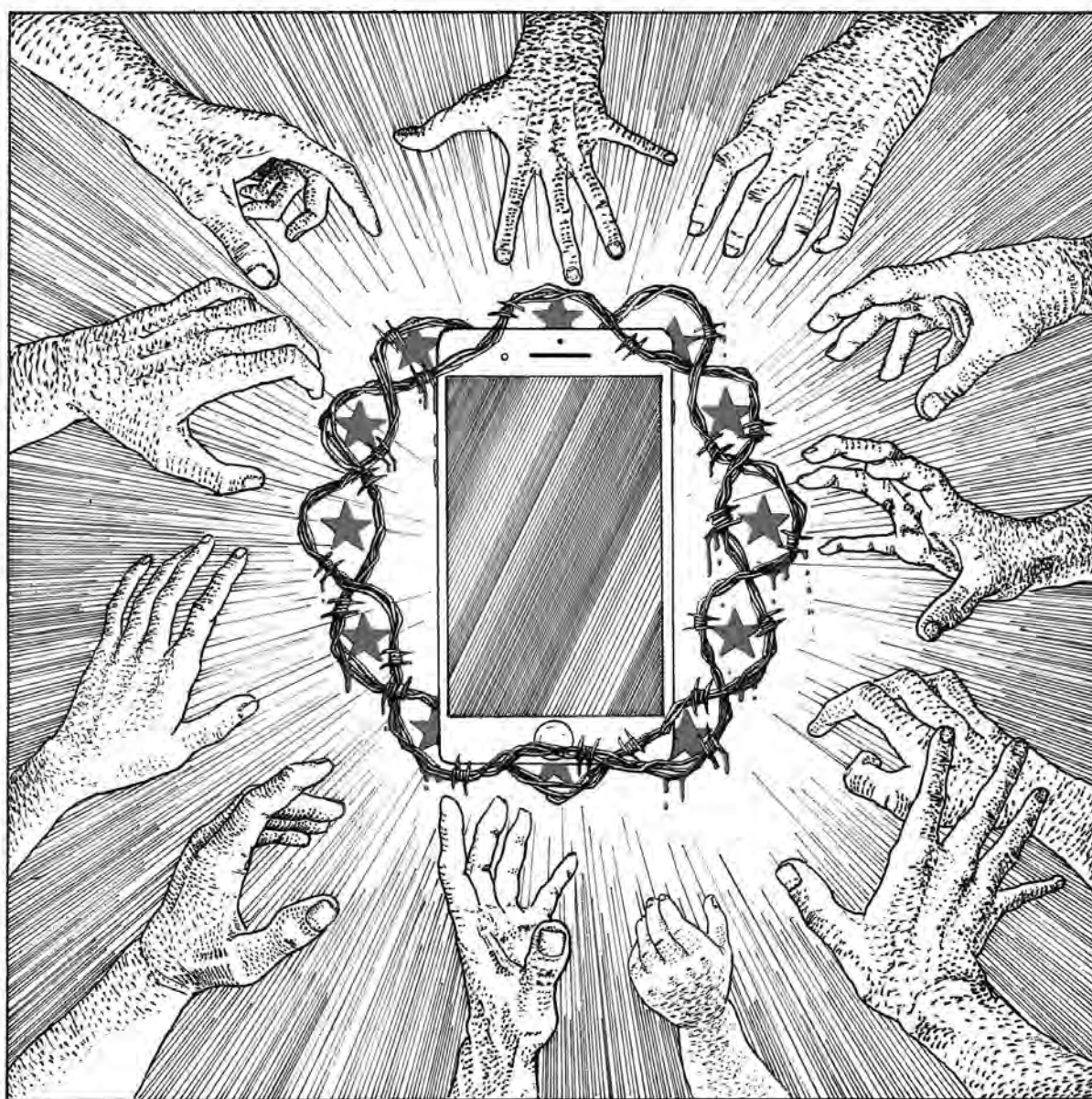
Na Birmânia, o genocídio da minoria étnica Rohingya, de religião muçulmana e apátrida por lei (sem cidadania birmanesa) desde 1982, foi legitimado e fomentado no Facebook. A operar na plataforma californiana estavam as forças armadas de Mianmar, que transformaram a rede social numa ferramenta ao serviço da limpeza étnica contra a «ameaça à identidade budista da sociedade de Rakhine e de Mianmar». A campanha xenófoba operou através de páginas de notícias falsas e de páginas aparentemente dedicadas a modelos e celebridades birmanesas. O bombardeamento de mensagens teve como objetivo a produção de um sentimento geral de insegurança que só poderia ser evitado graças à proteção dos militares. Aparentemente, os recursos económicos investidos nesta operação foram enormes. O Facebook, que os recebeu apesar dos inúmeros alarmes sobre

a propaganda anti-Rohingya, reagiu, a seguir à tragédia, com um encolher de ombros e um retórico «é tarde demais» para intervir. Os militares birmaneses terão aprendido as técnicas do desinforma *et impera* na Rússia, para onde foram enviados desde 2000 para estudar as estratégias de guerra psicológica e outros conhecimentos informáticos.

Idade média glocal e teoria da conspiração

Casos impressionantes de difusão de mensagens de ódio racial através de notícias falsas ocorrem com frequência também na Europa. Um desses artefactos culturais ansiogénicos com os quais os nacionalistas estão a construir a própria subida ao poder é, por exemplo, um vídeo que circulou nos media sociais italianos em 2014 e 2019, em que um grupo de migrantes vandaliza um carro da polícia. O vídeo, com quase dez milhões de visualizações, é na verdade uma cena tirada de um filme de ficção, mas os comentários degradantes contra os protagonistas da cena acumularam-se, instigando assim as emoções bestiais que convêm aos chefes de Estado.

Esta estratégia de desinformação do imperialismo 2.0 baseia-se em despertar o medo e o ódio através do que podemos chamar de «teoria da conspiração». A teoria da conspiração leva a crer que a tragédia em andamento é, na verdade, uma montagem organizada



pela «esquerda» ou por alguma potência estrangeira. As páginas de Facebook responsáveis pela desinformação são frequentemente ligadas a partidos políticos, ou a grupos autoritários e fascistas. Na Itália, como relatado pela Ansa News a 12 de maio de 2019, «o Facebook fechou 23 páginas italianas com mais de 2,46 milhões de seguidores que partilhavam informações falsas e conteúdos divisórios contra migrantes, anti-vacinas e anti-semitas, perto das eleições europeias: entre estes, mais da metade apoiava a Lega ou o M5S». O Facebook foi forçado a tomar uma decisão após uma investigação do movimento de cidadãos Avaaz. A página mais activa de todas, diz a Avaaz, chamava-se «queremos o Movimento 5 Estrelas no governo», uma página não oficial de apoio ao M5S. Entre as páginas fechadas, a mais activa a apoiar a Liga do Norte foi «Lega Salvini Premier Santa Teresa di Riva», sendo também a que mais partilhou o trecho do filme que mostrava migrantes a destruir um carro dos *carabinieri*. Uma investigação semelhante realizada pela Avaaz em Espanha levou ao encerramento, pelo Facebook, pouco antes das eleições nacionais de abril de 2018, de três redes de extrema direita, num total de 17 páginas e 1,7 milhão de seguidores, que espalhavam informações falsas. Segundo esse estudo, quase dez milhões de eleitores espanhóis foram bombardeados com notícias

nesta guerra cognitiva e emocional todos nos tornamos, ao mesmo tempo, alvos e atiradores inconscientes

manipuladas, um risco objetivo, já que 89% dos espanhóis usam a aplicação WhatsApp.

Uma das últimas armas psicológicas *made in Italy* é-nos descrita pela jornalista do Internazionale Annalisa Camilli, no início de agosto de 2019. Nesse caso, as notícias falsas afirmavam a existência de um navio com bandeira alemã, alegadamente chamado Charlottea, ativo no resgate de migrantes no Mediterrâneo. A notícia, divulgada no Twitter no dia 31 de julho através de contas ligadas à galáxia autoritária e neo-fascista italiana, foi retomada em sites como Vox e La Sassa, que falavam de um suposto «ataque» da chanceler alemã Angela Merkel à Itália e de um plano traçado pelos serviços secretos alemães contra a Itália. Se Camilli merece a mais alta estima pela sua coragem e dedicação como jornalista, há muitos casos em que jornais «credenciados» contribuem para fomentar os ataques. Exemplo disso é a vídeo-reportagem do jornal Corriere della Sera,

na qual se sugere que os migrantes deixam a Líbia porque sabem que existem navios ONGs prontos para salvá-los.

Um último exemplo, em Portugal, onde o Partido Nacional Renovador (PNR), um partido anti-imigração de extrema direita, divulgou um *meme* baseado em dois perfis falsos de supostos apoiantes, de origem africana, do Bloco de Esquerda (BE). Os dois perfis falsos, de acordo com o *meme*, enviavam mensagens de ódio racial contra os nativos brancos de Portugal. A intenção subliminar dessa falsificação é evidente e reforçada pelos comentários encontrados nos *posts* dos media sociais: além de alimentar o ódio racial contra pessoas de origem africana e em defesa dos brancos, ou seja, de fomentar o medo anti-imigração, o objetivo final, e declarado, é apelar ao voto do PNR na forma de propaganda enganosa.

Apátridas digitais, ou alvos de guerra informática

De facto, nesta guerra cognitiva e emocional todos nos tornamos, ao mesmo tempo, alvos e atiradores inconscientes. Uma vez que uma pessoa acede – pelas mais diversas razões pessoais – a esses media sociais, ela torna-se, voluntariamente ou não, objecto de influências ocultas. Isto deve-se ao status de «apatridia digital» em que aceitamos ser expostos; e, mais subtilmente, ao fim de

Isto deve-se ao status de «apatridia digital» em que aceitamos ser expostos; e, mais subtilmente, ao fim de qualquer separação entre a esfera privada e a esfera pública

qualquer separação entre a esfera privada e a esfera pública. Com efeito, mesmo quando não estamos sujeitos à manipulação da desinformação, estamos sempre sem qualquer proteção contra a violação da privacidade perpetrada pelas plataformas digitais em detrimento daqueles que aceitam os seus termos de uso. Um exemplo disso é-nos dados pela Liga Nacional de Futebol Profissional de Espanha. A Liga utiliza a sua plataforma *on-line*, fornecida aos adeptos, para controlar bares e outros estabelecimentos públicos que organizam eventos para os seus clientes. Milhões de pessoas em Espanha têm esse aplicativo no telefone que, além de permitir a gravação de som ambiental (espiondo até mesmo aqueles que não aceitaram os termos de uso), pode activar o sistema GPS para obter a localização dos usuários

e assim saber onde decorre a exibição não autorizada de uma partida de futebol. As tecnologias e a política de análise de dados que permitem bloquear a visualização e a partilha de conteúdo cujos direitos de propriedade intelectual não foram pagos já estão presentes há muito tempo nos dispositivos Android ou em plataformas como o Youtube. A possibilidade de activar por controle remoto o GPS e o microfone, possibilitando a gravação do ambiente sonoro, são passos em direção ao panóptico ordem-digital, ou seja, ao estabelecimento do tribunal da inquisição digital.

A pornografia emocional e a ideologia da transparência radical, dois conceitos importantes desenvolvidos pelo grupo italiano de investigação independente Ippolita, responsável por vários ensaios sobre o mundo digital, são dispositivos totalitários que exasperam o tom da comunicação e levam a opinião pública para um estado psicológico de guerra civil global. Em todos os casos relatados, a estratégia e o objetivo são comuns, globais, mesmo que sejam alimentados pelos motivos e pelas pessoas mais retrógradas que cada contexto local pode oferecer. Como resultado da apatridia digital e da quebra de qualquer distinção entre conversas privadas e debates públicos, entre a esfera da intimidade e a da exposição mediática, novas e horrendas formas de fanatismo estão a surgir.

O animismo fetichista do Candomblé afro-brasileiro e a espiritualidade no Ocidente (Parte III)

Na segunda parte do artigo (ver edição 24 do Jornal Mapa), dizíamos que na Idade Moderna, entre 1500 e 1800, não arderam apenas as bruxas enquanto «verdadeiro segredo da acumulação primitiva durante os três séculos de caça às bruxas»¹. A «guerra que o capitalismo lançou contra as mulheres e o campesinato, em revolta por toda a Europa² contra a nobreza e o poder eclesiástico, foi um “ajuste estrutural” que abriu a porta à nova economia global»³, a endeusada Revolução Industrial.

JÚLIO DO CARMO GOMES
7NOS.EDITORIA@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÕES ANA FARIAS

Para pôr em marcha a industrialização e o regime de trabalho assalariado, a Coroa Inglesa – além da mais-valia proveniente dos «acres fantasma» cultivados pelos escravos nas Caraíbas – teve de arrasar em massa e durante quase sete anos seguidos as populações sublevadas de Nottingham, Derbyshire, Basford, Leeds, Manchester, Yorkshire, Lancashire, Bolton, Carlisle, Bristol, Truro, Barnstaple, Sheffield, Cardiff... «As pegadas da tradição luddita»⁴, como observou Julius Van Daal, celebradas em numerosas canções e lendas ou no fresco *Ben O'Bill's The Luddite: A Yorkshire Tale* de Sykes e Walker. «O triunfo do Estado e do salário», prossegue Van Daal, «foi construído graças à imolação de uma enorme quantidade de seres humanos e graças à sua degradação permanente»⁵. O historiador francês faz notar que a «evolução canibal da economia mundial» não se propagou ao resto da Europa até que «a Inglaterra não se saciou com o cadáver de Ludd»⁶.

O Progresso contra o mundo rural, do românico erótico aos ludditas

Ao analisarmos o novel regime de dominação do capital, ensaiado em Inglaterra a partir de finais do século XVIII, tão jovem e já em avançado estado de decomposição, chegamos a uma conclusão óbvia: a procissão dessa «evolução» mórbida e insustentável debaixo da roda do progresso ainda vai no adro da vida diária das populações nos quatro cantos do mundo. Não há como dar a volta a esta história: o cortejo que começou no algodão mais alvo, extorquido às Américas e manchado pelo trabalho forçado de africanos negros submetidos à força de chicote, e que enchia as fábricas escravagistas de Liverpool e Manchester, passando

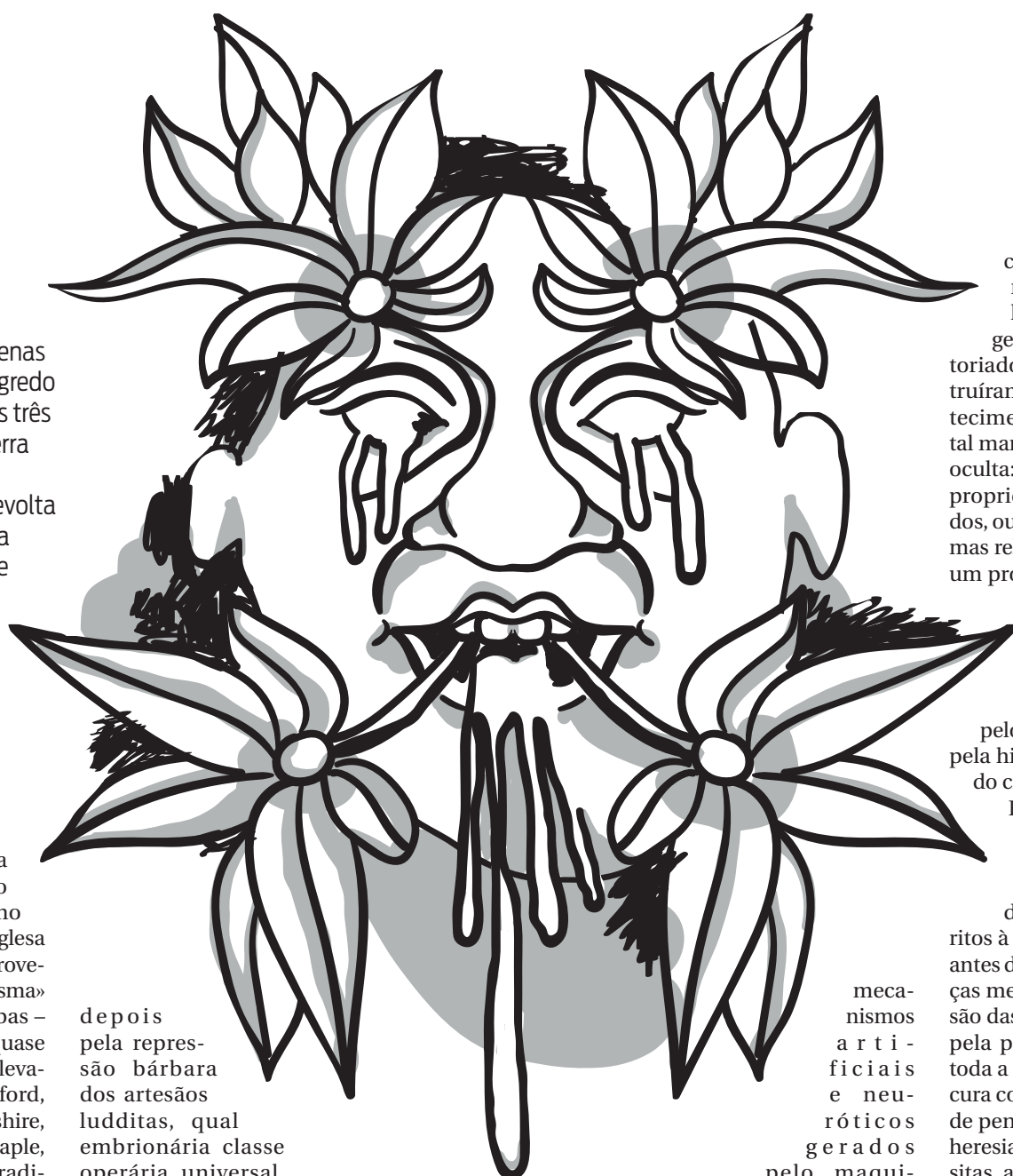
depois pela representação bárbara dos artesãos ludditas, qual embrionária classe operária universal, que dentro do sistema assalariado foram os pioneiros a rechaçarem o desastroso sentido da história do capitalismo produtivista, é a mesma marcha fúnebre que encontra hoje o seu beco sem saída e esbarra contra um eco global de estupefacção e ira face à degradação irreversível das relações humanas, das condições de vida e das fontes de energia.

O complexo e «multitudinário» movimento popular insurreccional desde a Baixa Idade Média aos alvares da industrialização não tinha como missão espalhar o terror ou a destruição das máquinas no caso dos ludditas, investindo contra os *dark satanic mills* como descreveu William Blake, ainda que o tivessem feito enquanto instrumento de luta. As populações levantavam-se aos milhares contra a nova ordem do mundo porque tinham uma clara visão construtiva e positiva da existência e que, a muito custo, queriam preservar: a autonomia comunitária, as formas arcaicas de decisão colectiva, o uso comum da terra e dos recursos (o *commons*), a auto-subsistência e o ritmo de vida económico regulado pelos laços de proximidade e de troca entre iguais por oposição ao regime de disciplina da fábrica, isto é, uma vida determinada pela cadência natural da socialização humana entre os demais e a natureza em relativa autonomia face aos

construído por bruxas, hereges, milenaristas, camponeses insubmissos, ludditas e, por fim, o povo rural em geral⁹. Félix Mora lembra que «os historiadores e especialistas culturais construíram uma sucessão coerente de acontecimentos, contínua e legitimadora de tal maneira que a única continuidade fica oculta: a opressão histórica real da classe proprietária dominante sobre os oprimidos, ou seja, a contínua repetição das mesmas relações de poder e a implantação de um progresso posto ao serviço real desse próprio sistema e da expansão da sua capacidade de controlo»¹⁰. Van Daal matiza essa operação de cosmética efectuada pela classe letrada: «Ignorada e mutilada pelos historiadores oficiais, começando pela historiografia marxista [...] cantores do crescimento»¹¹.

Este sólido ideário comunitarista de que temos vindo a dar conta não estava ainda completamente desligado de uma concepção pagã da existência e da celebração de ritos à fertilidade. Convém sublinhar que, antes da repressão política pelas novas forças mercantis, o tiro de partida da opressão das populações rurais tinha sido dado pela perseguição religiosa, quando por toda a Europa Ocidental a Inquisição procura combater todos os focos de liberdade de pensamento e de acção, extirpando as heresias (os cátaros, os valdenses, os husitas, as beguinhas...) e o paganismo, espezinhando o pensamento não ortodoxo e o conhecimento profano. Diante da ortodoxia da História, incapaz de desvincular a sua análise da ideologia das Luzes, que insiste em qualificar o período medieval como a idade das trevas ao partir de um olhar que circunscreve a história à historiografia de reis e batalhas, ao económico e ao produtivo, segundo a ideia própria do progresso, a realidade é que a Idade Média é atravessada não apenas pelo paganismo, mas por inegáveis tradições sincréticas, como o surgimento simbólico do «homem verde» na arte, arquitectura e literatura, ou o *Risus Paschalis*, celebração na qual os padres rurais encenavam cenas pródigas, num convite à sexualidade e à fertilidade.

Com a chegada da Contra-Reforma, todos esses elementos pagãos, profusamente presentes na arte românica, na literatura da época e sobretudo abundantes nos meios rurais remotos, começam a ser destruídos, rotulados como representação viva de pecados como a luxúria, o onanismo, a homossexualidade, a feitiçaria e a adivinhação. Em *Tiempo, Historia y Sublimidad en el Románico Rural*, Félix Mora vai mais longe ao considerar que só se pode fazer uma leitura aprofundada da arte românica peninsular ao associarmos essa estética «aos organismos assembleários populares,



mecanismos artificiais e neuróticos gerados pelo maquinismo e a mecanização da rotina

laboral tutelados por um poder heterónimo. Prestemos atenção à poética do ensaísta Jesús Sepúlveda: «A ternura é um modo de vida, oposta à automatização do relógio e do trabalho forçado. A robotização é um modo de morte, oposta à libertação do tempo e do ócio, que permitem ao carinho crescer como um caule saudável na horta de todos»⁷. Na visão do historiador Félix Mora, os pilares desta cultura – o regime de autogoverno, o direito comum e a cultura popular e festiva enquanto manifestação autogerada – constituem os pontos cardinais que «delineiam um projecto revolucionário para o mundo rural e para o resto da sociedade actual»⁸.

Por razões óbvias, a historiografia oficial continua de maneira geral a ocultar, negligenciar ou estigmatizar o mundo de valores associado às sociedades comunitaristas: a solidariedade comunitária, a ajuda mútua, o policultivo e o auto-abastecimento, o escasso uso de numerário e a valorização dos bens imateriais (a convivência e a colectivização do excedente na festa e na preservação do património espiritual). Para legitimar a narrativa do progresso, o obscurantismo da Razão e o humanismo iluminado tinham de eliminar, humilhar e vituperar esse universo

o conselho aberto [ou a assembleia de com-
partes], desde as suas origens concretas
na Alta Idade Média até ao presente, bem
como o comunitarismo e seus sistemas de
ajuda mútua»¹². De acordo com o sempre
polémico filósofo e historiador espanhol,
«não só se fracassa em entender as expres-
sões mais singulares da estética do roman-
tismo como em compreender o denomi-
nado românico amoroso, erótico e sexual»¹³
se o desvincularmos da visão política dessas
sociedades. Na sua pesquisa sobre os traços
da cultura pagã no românico rural peninsu-
lar, Mora pretende «quebrar a vontade insti-
tucional de vedar ao povo o conselho aberto
e o românico erótico»¹⁴.

Paganismo e «homem selvagem», um antitema do homem civilizado

A presença da cultura pagã na Europa
é um tema que merecia um capítulo à parte,
mas que apenas podemos glosar de forma
sucinta neste artigo.

O paganismo (do latim *paganus*, que sig-
nifica «camponês», «rústico») é um termo
geral, normalmente usado para se referir
a tradições religiosas politeístas. É utilizado
principalmente no contexto histórico euro-
peu da mitologia greco-romana e em alu-
são aos cultos politeístas subsidiários que
perduraram na Europa, antes da cristiani-
zação. Na perspectiva cristã, o termo foi
historicamente usado para englobar todas
as religiões não-abraâmicas. O vocábulo
«pagão» é uma adaptação cristã do «gentio»
do judaísmo e, como tal, carrega uma cono-
tação pejorativa no monoteísmo ocidental.
A maior parte dos cultos e das divindades
veneradas nas práticas profanas estavam
relacionadas com os elementos da natu-
reza, especialmente a relação com a ferti-
lidade e a colheita. As festas de Inverno da
abundância e da licenciosidade, surgem
na Grécia Antiga – considerada o berço da
civilização ocidental – associadas ao deus
Dioniso. Relacionados também com os
ciclos da morte e ressurreição, os rituais de
Tíaso ou «triunfo de Dioniso», desde a sua
organização na Trácia, eram rituais festivos
marcados pelo *enthousiasmós* (incorpora-
ção de um deus na mente dos crentes), pelo
que a manifestação deste fenómeno se tra-
duzia em danças frenéticas e orgiásticas ao
som de música vibrante.

As festas de transição entre ciclos das
culturas agrárias foram sintetizadas por
Mircea Eliade: «Para o homem religioso
das culturas arcaicas, o Mundo renova-se
anualmente, isto é, reencontra a cada novo
ano a santidade original, (...) participando
ritualmente do “fim do Mundo” e de sua
“recriação”, o homem tornava-se contem-
porâneo do *illud tempus*; portanto, nascia
de novo, (...) por meio de rituais que signi-
ficavam uma espécie de “fim do mundo”.
A extinção dos fogos, o regresso das almas
dos mortos, a confusão social do tipo das
Saturnais, a licença erótica, as orgias, etc.
simbolizavam a regressão do Cosmos ao
Caos. No último dia do ano, o Universo dis-
solvia-se nas Águas primordiais»¹⁵.

Na Idade Média, o retrato da vida camp-
nosa começa a estar cada vez mais subme-
tido ao etnocentrismo do homem da cidade,
que se tinha por superiormente civilizado.
Por essa razão, os ritos sincréticos célticos
e dionisiacos do *cervulum facere* («fazer de
cervo», simbolicamente transvestir-se de
Pã, de faunos e Lupercos...) vão desapare-
cendo da literatura e da arte, dando lugar ao
«homem selvagem», «silvestre» ou «homem
verde». A sua representação é somente mais
uma das constantes mutações que o ser
humano encontra para se representar como
um ser animal, livre das regras sociais que
tanto o reprimem, que ignora a palavra de
Deus e que se constitui num antitema do
Homem civilizado.

Exemplo paradigmático do sincretismo
religioso na arquitetura e escultura medie-
val, o «homem verde» é um legado pagão
presente em edifícios religiosos da Igreja
por toda a Europa¹⁶ e que testemunham
a disseminação do culto à fertilidade na
Idade Média, para não mencionar as escul-
turas em que abundam homens de pénis
dotados e mulheres que abrem as suas vul-
vas, à maneira da divindade celta Sheela
Na Gig, para protegerem o temível camp-
onês medieval.

A evolução canibal da economia mundial não se propagou ao resto da Europa até que a Inglaterra não se saciou com o cadáver de Ludd.

Nas peças de Gil Vicente (1465-1536),
além de todo o repositório profano da
tradição portuguesa que perpassa pelos
Autos e Farsas e das personagens pagãs,
de Nabucodonosor a Sibila Erutéia, encontra-
mos várias vezes este «homem selvagem»:
em *Auto do Triunfo do Inverno*, surge S.
João o Verde, um selvagem que anuncia
a Primavera; na *Comédia sobre a Divisa
da Cidade de Coimbra*, morrem de amo-
res Monderigon e Liberata, o selvagem
e a heroína; e na *Farsa dos Físicos* o inigualá-
vel dramaturgo retrata a participação activa
do clero que não só tolera o *enthousiasmós*,
como forma de «purificação» e válvula de
escape social frente à (i)moral política e reli-
giosa dominante, como também participa
na chamada festa dos loucos ou do asno,
rito iconoclástico e histórico registado com
mestria pelo Abade de Baçal¹⁷.

Segundo os especialistas, pelo menos
aqueles que não são influenciados pela
ortodoxia católica, o «homem verde» é uma
figura propiciatória de fertilidade que já
aparece com variações em muitas culturas
antigas. Do kirtimukha, ou rosto glorioso
dos templos hindus, aos altares da deusa
alemã Nehalennia; das ruínas de Hatra aos
mosaicos romanos. Tem sido associado
a certas divindades, como o grego Dioniso,
o romano Silvanus, o etrusco Vertumno ou
o egípcio Osíris, e também ao «homem sel-
vagem», como a personificação do gigante
ancestral de natureza cíclica que morre
e renasce a cada Primavera, que ainda
hoje protagoniza ritos por toda a Europa,
como a caçada de Juan Lobo de Torralba,
o Zangarrón de Montamarta, na província
de Zamora, o Basajaun na mitologia basca
e no mundo rural do Estado espanhol, ou
a herança do Entrudo Chocalheiro, do nor-
deste transmontano aos caretos de Lazarim,
com destaque para as «festas dos rapazes»
de Podence que continuam a levar pela
noite fora a «ronda das casas» durante as
celebrações de Inverno, legítima herdeira
das pandorçadas, folguedos populares
rurais de usança pré-cristã.

Jacques Le Goff, um dos mais destacados
historiadores da Idade Média, define três
vectores da cultura clerical para combater
a religiosidade popular e folclórica: a des-
truição, que tinha como primazia extin-
guir os templos e ídolos pagãos; a obli-
teração ou sobreposição dos temas, das
práticas, dos monumentos e das persona-
gens cristãs a antecessores pagãos, que se
traduzia não num sincretismo mas numa
pura abolição; e, por fim, a desnaturação
que, segundo o autor, é o elemento mais
importante na luta contra a cultura folcló-
rica, porque nesta medida os temas pagãos

mudam radicalmente de significado para
um tema cristão¹⁸.

Reformatar as crenças e actividades reli-
giosas e culturais nativas numa forma cris-
tianizada foi sancionado oficialmente na
obra *História Eclesiástica do Povo Inglês*
de Beda, o Venerável, (731 dC) no âmbito
da cristianização. Embora a cultura pagã
tivesse sido já criticada no Primeiro Concílio
de Niceia (325 dC), entre as figuras de relevo
da teologia cristã, terá sido o bispo Cesário
de Arles (470- 543 dC) o pioneiro na exe-
cração do paganismo. Nas suas pastorais,
o paganismo não era um conjunto de prá-
ticas independentes que «reluziam ainda
através do mundo físico recheado de pode-
res misteriosos e não cristãos (...) mas uma
simples colecção de tradições fragmentá-
rias de hábitos sacrílegos, costumes iner-
tes, imundices dos gentios e que deveriam
ser encobertos pelo cristianismo»¹⁹. Cesário
exortava os sacerdotes e todos os poderes
eclesiásticos a destruir todos os templos
[pagãos], onde quer que os encontre»²⁰.
Dos concílios saíam cânones que procura-
vam suprimir as festas das Calendas, como
no Segundo Concílio de Braga, no séc. VI:
«Não se permita que se cumpram os iníquos
rituais das Calendas, nem que se entreguem
às ociosidades pagãs»²¹.

«O paganismo não era apenas uma *supersti-
tio*», como sustenta o historiador irlan-
dês Peter Brown, «um traste velho deitado
fora da Igreja; o paganismo mantinha-se
no coração dos cristãos baptizados, sem-
pre pronto a reaparecer sob a forma de “tra-
dições pagãs”»²², como ilustram as festas
do calendário religioso católico – o Natal
e a Páscoa – que, em rigor, foram sobrepos-
tas às antigas festas pagãs do *Solis Invictus*
(solstício de Inverno na Roma Antiga) e de
Ostara (ritual da Primavera das culturas cel-
tas e nórdicas), ou a tradição milenar dos
cultos profanos de mascarar-se de animais
e diabretes para que a natureza retribua um
novo ano de abundância e que se preser-
vou nas festas de Inverno dos mascara-
dos chocalheiros de Podence e no período
do Carnaval nos entrudos de caretos de
Ousilhão, Bemposta, Lazarim, Mogadouro,
Salsas, cujos próprios hábitos coloridos
e esfarrapados se associam ao costume
pagão de usar roupas rasgadas a que cha-
mam *frias* (ou *yrias*).

«O paganismo não era apenas uma *superstitio*, um traste velho deitado fora da Igreja; o paganismo mantinha-se no coração dos cristãos baptizados, sempre pronto a reaparecer sob a forma de “tradições pagãs”.»

Colonizar, coisificar e conquistar: a cruzada da Razão

No contexto histórico do Iluminismo
e do industrialismo, a ciência materialista,
o materialismo dialéctico marxista e o hiper-
consumo capitalista recalçaram a dimensão
espiritual do ser humano e espezinharam
qualquer concepção pré-antropocên-
trica do nexos homem-natureza, abrigando
o erro de Descartes e expandindo o Grande
Divisor Humano do *Deus ex machina* com
uma durabilidade e eficácia que a Igreja,
através do Tribunal do Santo Ofício, jamais
atingiu ao queimar as tradições não orto-
doxas do conhecimento profano e popular.

Trocado por miúdos, a ideologia do Grande
Divisor não vem a ser outra coisa do que
isto: ao crer separar-se da natureza, do alto
do seu pedestal, o ser humano separa-se
afinal dele mesmo. E este crer, convertido
em ideologia, não vem a ser outra coisa que
uma vontade de querer colonizar, coisificar
e conquistar.

No Ocidente, o crucifixo meteu medo
a muita gente, mas coube à razão instru-
mental levar avante a «guerra santa» de ater-
rorizar, desde há séculos e até hoje, a vida
e o imaginário de uma mole global e mul-
titudinária de beatos e beatas, da esquerda
à direita, do executivo engravatado ao mexi-
lhão que não tem onde cair morto. Nas pala-
vras do ensaísta chileno Jesús Sepúlveda:
«A razão instrumental é um amansamento
ideológico que causa letargia, acomoda,
apaga a imaginação e atrofia os sentidos»²³.

Por esta ordem de razão, o acento tónico
do Renascimento não foi tanto a contra-re-
forma religiosa, que mandou para a fogueira
o paganismo e as crenças profanas, como
o escancarar as portas à maldição de Midas.
A Revolução Industrial, depois da agricul-
tura e da domesticação animal 10 mil anos
a.C., foi o último grande marco civilizatório
da humanidade. Com a nova ordem eco-
nómica, o vil metal passa a importar bem
mais do que o triunfo no céu. O ideal mate-
rialista de acumulação passa a ser a finali-
dade absoluta ditada pelos tempos moder-
nos e o elo que une, contraditoriamente,
a classe mercantil e a classe oprimida. O cré-
dito baixa à terra: primeiro nas mãos da
burguesia na transição do feudalismo para
o mercantilismo, depois na classe empresaria-
l em plena marcha industrial e fordista e,
mais recentemente, na tenda de milagres do
neoliberalismo, nas mãos de todos, culmi-
nando na cultura contemporânea do hiper-
consumismo e da actividade económica
regulada pela dívida, do CEO da BlackRock
ao «Zé Povinho». Ponto sem retorno.

Em *Revolta e melancolia*, de Michael Löwi,
os poetas românticos (Holderlin, Novalis,
Schiller, Blake, Byron, Shelley, Keats,
Nerval...), os socialistas utópicos, os anar-
quistas e os dadaístas, revoltaram-se con-
tra a Modernidade. No entanto, acabou por
ser o socialismo científico a impor-se como
a última grande narrativa salvífica de largo
espectro, apesar da sua irresolúvel contradi-
ção de querer combater a organização capi-
talista do mundo aliando-se acriticamente
ao curso da Modernidade e ao Progresso.
O marxismo divinizou a História para desa-
creditar Deus. Corruptela do cristianismo,
como Nietzsche pôs a nu, o marxismo esbo-
çou uma visão apocalíptica (a ditadura do
proletariado), encenou um drama perpétuo
e metafísico logrado pela revolução (o dia
do juízo final), e prometeu o advento do
homem-novo, além do ror de crucificações
ao longo da sua peregrinação.

Filho das Luzes, o ideal de perfeição na
terra, garatujado no holograma do homem-
-novo, remonta à ilusão burguesa do
homem-total, a visão de um ser sem limi-
tes e que tudo pode. Homem-total que se
constituiu numa peça central da narrativa
mitológica da era que hoje chamamos de
antropoceno. Nessa utopia da perfeição, da
realização de si por um ideal de abundân-
cia material e expansão ilimitada (levado
a efeito através de um processo sepa-
rado e não autodeterminado, providen-
ciado e messiânico e, por isso, alienante),
encontramos o princípio da degradação
e do colapso da sociedade contemporâ-
nea. Afim a este assunto nuclear da his-
tória do pensamento ocidental, curiosamente,
no âmago da filosofia Cyborg, na
mente dos gurus da Inteligência Artificial
(*vide* a recente e magnífica recolha de arti-
gos no Mapa) e no templo de Silicon Valley
eco a tradição iluminada do homem-total,

44 CANDOMBLÉ

o desejo de um pleno controlo sem limites e a premissa de que o expansionismo humano é uma virtude imanente e intrinsecamente benigna. Sabemos que as sociedades estão excluídas de participar horizontalmente nos processos de decisão sobre a tecnologia – o que significa que a tecnologia de vanguarda, por mais que se anuncie de *flat hierarchy*, nasce de uma elite separada e em autarcia –, que esta é financiada por estruturas que se alimentam da exploração e da precarização e que os recursos naturais estão sempre subsumidos aos interesses corporativos dos neo-iluminados. Por outras palavras, a megamáquina tecnológica da contemporaneidade não tem na sua base qualquer legitimidade democrática e a sua missão não é a emancipação humana, mas precisamente a sua dominação lúbrica em nome da esgana lucrativa. Em síntese, a igreja atirou a revolução para lá da morte, o marxismo para as sagradas leis da História, o liberalismo para a hipocrisia do Estado de bem-estar, o transhumanismo para a prótese ao desastre colectivo baixando *apps* e enxertando chips intracutâneos (mas em *live stream*!). A propósito deste último tipo de moda, não foram poucos os antropólogos que chegaram à conclusão que a autodestruição é o caminho mais seguro das sociedades que ignoram os seus próprios limites.

Já sem a nostalgia do romanticismo, o desesperado Baudelaire, intérprete dessa nova peste de valores impostos à civilização ocidental, descreveu-a como um processo de «vaporização do ego» – a que o jovem Marx preferiu chamar de «alienação» e Sartre de «má-fé». Falhados os intentos revolucionários libertários ou marxistas do século xx, abria-se uma estrada para a única catequese salvífica: a entronização do ego pela ideologia individualista e a realização de um projecto de vida ultra-material, avatar e paradoxo do esvaziamento total da presença das mitologias intemporais e aniquilamento da projecção do imaginário para lá da realidade unidimensional fabricada a trouxe-mouxe pelo complexo cultural techno-industrial. Desfeitas as utopias sociais por um lado, bruxarias, paganismos e espiritualidade não cooptada feitas em cangalhos por outro, o Ocidente criou as condições favoráveis a um vasto período de nojo, de negação e negatividade, de descrença e niilismo do qual ainda não saímos. «Era do vazio» (Lipovetsky), «sociedade líquida» (Bauman), «o vazio da Máquina» (Cancian), «simulacros e simulação» (Baudrillard), «era dos colectivos de solidão» (Sousa Santos), «pensamento fraco» (Nancy), «silogismos de amargura» (Cioran), «adeus à verdade» (Vattimo)... Este fado de niilismo que aliena e derrota. E sabemos quem esfrega as mãos de contente com o desespero colectivo e a falta de esperança.

New Age, o homem *light* e o grande fetiche do Ocidente

Vemos agora com clareza as fundações das várias camadas que reprimiram a possibilidade de um olhar livre, válido e desempoeirado sobre a espiritualidade. Porém, «a nossa necessidade de consolo é impossível de satisfazer», palavras desencantadas pelo escritor sueco Stig Dagerman. A praga do individualismo serviu que nem uma luva à chantagem e mentira do liberalismo económico e ideológico. Por contraponto, depois de as igrejas dogmáticas se esvaziarem, das utopias libertárias cristalizarem e de os dogmas marxistas perderem os seus crentes, surge o fenómeno socio-cultural *New Age* enquanto expressão espiritual do homem *light*. Vira o disco e toca o mesmo... «Vaporoso» é um termo mais preciso que poético para descrever o processo de apropriação cultural de amplo



espectro de saberes e expressões do sagrado provenientes de todas as épocas históricas e de todas regiões do planeta e amalgamadas pelas correntes *New Age*. Marca de um produto condensado, vinculado a um corpo de experiências intermediado pela transacção mercantil e raramente autogerado, onde se destaca o individualismo, o prazer imediato, o vazio existencial, o elogio da diversidade, a estetização do vivido, o relativismo «acima de tudo», o consumismo verde e heteróclito, a incredulidade face às utopias sociais e a desconexão face aos intentos revolucionários. Uma expressão de signos culturais do sagrado transformados em mercadorias sob a forma de bens-materiais e digitais à escala global, a Nova Era impôs-se, está na moda e vende.

Do lado esquerdo e analítico da narrativa, Lacan (pouco recomendável dada a toxicidade patriarcal que carregou), acertava ao identificar que «a identidade é o grande fetiche do Ocidente». Mais recalques. Sós e cheios de si-mesmos, mas identitários. Narcisos que se reflectem ao espelho e encontram devolvida a imagem do seu ego no centro do célebre desenho de Leonardo da Vinci, *O homem vitruviano*. «O nosso reino é o do «eu», e não há salvação através do «eu»». Quem assim fala é o filósofo Cioran. «Ignorá-lo é o princípio da fantasmagoria, origem da nossa peregrinação na terra»²⁴, acrescenta o silogista da amargura.

A ideologia identitária – radicalmente focada no único e sua propriedade, ambos produtos socialmente construídos... – é uma visão inconciliável com as sociedades animistas, cujo fundamento é a relação perspectiva com o outro e não a coincidência consigo mesma. Sem ser este o espaço destinado a estabelecer esse debate, as teses identitárias – caras ao discurso feminista e à teoria *queer* – predispõem-se ao cerar de fronteiras em vez de se abrirem ao nexo relacional com o outro, contraem-se em rigidez fálica naturalizando a diferença, fixando um regime e uma prática normativa de pertencimento e não-pertencimento (quando não de exclusão e de punição), esvaziando de sentido terminologias da sua discursificação como diversidade, pluralidade, alteridade, multiculturalismo... enfim, nos antípodas do pensamento animista que evolui com o misterioso desejo de ser o outro, de o canibalizar e não de dele se distinguir (ou excluir). Na cosmologia indígena e iorubana, o outro não só é pensável

como indispensável. Quando o sujeito da história não é mais o ocidental, mas o animista «é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado»²⁵.

Desenganam-se os papistas. Analisar criticamente a longa batalha travada no Ocidente contra a espiritualidade profana e popular, as heresias e o paganismo não nos compromete a dourar a pílula ao lado opressivo da história do culto ao sagrado. A crítica à racionalidade eurocêntrica e à visão materialista da história, para a qual contribuíram a ideologia antropocêntrica do marxismo dominante e do capitalismo, em nenhum momento pretende branquear o facto histórico de que a maioria das igrejas e dos cultos organizados não só estiveram do lado das forças opressivas como a sua aspiração mais recôndita era controlar a totalidade das emoções e das ideias dos indivíduos. Além disso, o monoteísmo, e mesmo o politeísmo, impõe uma autoridade máxima, absoluta e onipotente (Deus ou divindades respectivamente), que governará sobre os seres humanos, os recursos e a natureza, através do veículo infalível da predica missal de papas, sacerdotes, padres, pastores, profetas e todo um exército que se proclama intermediário da palavra divina. Esta grande mentira ideológica desgraçou (e desgraça) a vida de milhões de pessoas em todo o mundo ao longo de milénios. Um trauma histórico que tem pouco a ver com a grandeza espiritual de figuras emblemáticas e populares como Confúcio, Mahavira, Sidarta, Jesus ou mesmo António Conselheiro. Se ateísmo militante significa reconhecer esses seres humanos como promotores de uma espiritualidade convincente que foi capaz de subverter normas e poderes opressivos e com a qual foi possível uma fraternidade positiva entre iguais, então essas figuras libertárias foram ateias. A espiritualidade enquanto devir para a liberdade é uma coisa; a espiritualidade cooptada pelas instituições políticas da sociedade é coisa bem diversa. Como tivemos a oportunidade de referir na primeira parte deste artigo, o reconhecimento da dimensão ilimitada da existência humana não precisa passar por uma explicação religiosa. André Comte-Sponville fala de uma «espiritualidade sem Deus» no sentido de uma abertura para o ilimitado, um reconhecimento de sermos seres relativos e finitos, mas abertos para um absoluto.

Não, com cinco séculos de tenebriosos iluminados às nossas costas e suspensos sobre a nossa cabeça, não nos deve surpreender que a extorsão da magia e da espiritualidade do mundo tenha tornado obscuros os caminhos da dimensão espiritual, que o preconceito sobre a espiritualidade seja uma ideia feita convertida num verdadeiro tabu e que para nós o animismo fetichista afro-brasileiro seja coisa do piorio. O nosso inconsciente, mal sentimos no ar o odor a sândalo ou vemos alguém chegar fogo a um pedaço de pau-santo, apressa-se a lançar para a fogueira a última acha do santo ofício. Apre! Batemos no fundo. Chega de purgas nas latrinas da ideologia suprematista eurocêntrica e materialista, classista e fálico-patriarcal. Procuremos encontrar na razão crítica o esforço de interrogação que nos liberte de séculos de doutrinação. Escutemos os ecos dos atabaques. Uma só vez que seja, sem deixar que o missal da Razão eurocêntrica nos emprenhe pelos ouvidos.

NOTAS

1 Revolution at Point Zero. Housework, Reproduction and Feminist Struggle, Silvia Federici, PM – Press, Common Notions, New York, 2012, p. 10.

2 O exemplo mais paradigmático entre as revoltas populares tardomedievais – da Jacquerie em França à revolta de 1381 em Inglaterra – foi o brutal esmagamento dos intentos revolucionários do campesinato alemão, suíço e austríaco, na maior revolta popular antes da Revolução Francesa de 1789.

3 *Idem*.

4 *La Cólera de Ludd*, Julius Van Daal, Pepitas de Calabaza, Logroño, 2015, p. 7.

5 *Idem*, p. 21.

6 *Idem*, p. 10.

7 *O Jardim das Peculiaridades*, Jesús Sepúlveda, Textos Subterráneos, Lisboa, 2018, p.11.

8 *Naturalaleza, ruralidad y civilización*, Félix Rodrigo Mora, Editorial Brulot, 2011, p. 11.

9 Não é um equívoco historiográfico considerar que a tradição insubmissa das sociedades rurais e o seu corpo de ideais comunitaristas, democráticos e antidesenvolvimentistas, podem ser rastreados na Europa no exemplo duradouro do Couto Mixto (com existência entre o século X e 1868) e até meados dos anos 50 do século XX na resistência activa e popular das populações rurais no Estado espanhol, já depois da derrota republicana e em plena ditadura franquista. Cf. *El antimaquinismo en el Estado Español en los siglos XIX y XX*, Antología de Los Amigos de Ludd, Mutureko burutazioak, 2009.

10 *Idem*, p. 7.

11 Van Daal, op. cit., p.9.

12 *Tiempo, Historia y Sublimidad en el Románico Rural*, Félix Rodrigo Mora, Potlach Ediciones, Madrid, 2012, p. 10.

13 *Idem*.

14 *Idem*, p. 11.

15 *O sagrado e o profano*, Mircea Eliade, Martins Fontes, São Paulo, 1992, p. 43.

16 Em Portugal, pode encontrar-se o «homem verde» no claustro da Sé de Évora, no retábulo da Sé Velha de Coimbra ou nos capitéis da charola do Convento de Cristo em Tomar, figurando também em sarcófagos, como no de III Senhor de Cantanhede (Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde) e no de Dom João de Albuquerque (exposto no Museu Regional de Aveiro). A jóia da coroa na Península Ibérica é o claustro gótico da Catedral de Iruña, cuja decoração esculpida e pintada esconde dezenas de “green men” e que na capela do bispo Barbazán apresenta dois suportes requintados: um homem verde e uma rara mulher verde, coberta com folhas de ouro. Só em Navarra e Alava existem cerca de cinquenta igrejas e eremitérios onde se pode detectar por vezes até dez esculturas por edifício.

17 «Elegiam um bispo ou um papa, a que chamavam bispo ou papa dos loucos, entravam mascarados e vestidos grotescamente e com trajes de mulheres nas igrejas, dançando, cantando obscenamente e comendo sobre o altar ao lado do sacerdote que celebrava, jogando sobre ele e incensando-o com fumo de couros queimados no turíbulo, garrafas de vinho e pratos de carne. Tinha quatro danças principais: a dos diáconos, dia de Natal; a dos presbíteros, dia de Santo Estêvão (26 de Dezembro), cantando na Missa a Prosa do Asno; a dos clérigos de ordens menores, dia de São João Evangelista (27 de Dezembro), cantando na Missa a Prosa ou hino do boi, e a dos subdiáconos no dia 1 de Janeiro. Vestiam-se alguns pontificalmente e lançavam bênçãos como bispos; outros de reis e duques e ainda de comediantes a representar farsas. Em Alagoas, conchelo do Vimioso, ainda se estilam personagens por este teor». Alves, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IX, Câmara Municipal de Bragança e Instituto Português de Museus, Bragança, 2000, pp. 285-289.

18 Cf. *Pour un autre Moyen Âge: temps, travail et culture en Occident: 18 essais*, Jacques Le Goff, Gallimard, Paris, 1977.

19 *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*, Peter Brown, Presença, Lisboa, 1999, p. 117.

20 Citado por Thiago Fernando Dias em *Algumas considerações acerca da Religiosidade Popular nos Sermo ad Populum de Cesário de Arles (séculos V e VI)*, p. 6

21 *Da festa indo-europeia à festa transmontana: o uso da máscara na comemoração do solstício de inverno*, M. Justino Maciel, Colibri, Lisboa, 2005, p. 193.

22 Brown, op. cit., p. 116

23 Sepúlveda, op. cit., p. 63.

24 *História e Utopia*, E. M. Cioran, Letra Livre, Lisboa, 2014, pp. 75-76.

25 *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*. Front Cover, James Clifford, Harvard University Press, 1988, p. 36.



ARTUR FLORES

A editora Anjo Terrível lançou recentemente uma antologia da poeta chilena Teresa Wilms Montt, intitulada *Stigmata*, que reúne as obras «Os três cânticos», «Na quietude do mármore» e outros poemas dispersos.

Teresa Wilms Montt, a escritora rebelde que no início do século xx desafiou as normas do patriarcado e da aristocracia chilena, de onde era proveniente, teve uma vida trágica e novelesca. Renegada pela família e pela sociedade, tornou-se simpatizante do anarquismo e do feminismo, que em certo sentido lhe eram viscerais. Cometeu suicídio em Paris, aos 28 anos de idade. A sua obra, incluindo os diários, é um misto transgressão, erotismo, busca espiritual e sublimação fúnebre.

Esta edição bilingue foi composta, traduzida e posfaciada por Luiza Nilo Nunes, onde se inclui uma breve biografia da poeta, e nos é revelado o processo de leitura, seleção e interpretação da sua obra. É estabelecido um interessante paralelismo entre Wilms Montt e a poética de Al Berto.

Este é o primeiro livro da colecção Mulheres Terríveis, devotada à divulgação de autoras que «à semelhança de Teresa Wilms Montt se distinguem pela terribilidade, isto é, por um sentido de subversão, não apenas linguística, mas também social». A Anjo Terrível pretende publicar essencialmente poesia e ficção curta, propondo-se a um «exercício contínuo de inquietação».

Sou Teresa Wilms Montt

e ainda que tenha nascido cem anos antes de ti,
a minha vida não foi assim tão diferente da tua.

Eu também tive o privilégio de ser mulher.

É difícil ser mulher neste mundo.

Tu sabe-lo melhor que ninguém.

Vivi intensamente cada fase e cada instante da minha vida.

Ressumei mulher.

Quiseram reprimir-me, mas não me conseguiram frear.

Quando me viraram as costas, eu dei a cara.

Quando me deixaram sozinha, fiz companhia.

Quando quiseram matar-me, dei vida.

Quando quiseram encarcerar-me, busquei liberdade.

Quando me amavam sem amor, eu dei mais amor.

Quando quiseram calar-me, gritei.

Quando me golpearam, protestei.

Fui crucificada, morta e sepultada,
pela minha família e pela sociedade.

Nasci cem anos antes de ti

mas vejo-te igual a mim.

Sou Teresa Wilms Montt,

e não sou recomendável para senhoritas.

em **Outros Poemas**, *Stigmata*, Teresa Wilms Montt

A Vida Algorítmica

Eric Sadin é autor de uma obra, ainda não traduzida em língua portuguesa, que irá fazer caminho. Consagrada a decifrar o nosso mundo que está prestes a realizar a computadorização global.



Anarchimedia - Facebook Tracking

JOSÉ TAVARES

Eric Sadin é autor de uma obra, ainda não traduzida em língua portuguesa, que irá fazer caminho. Consagrada a decifrar o nosso mundo, que está prestes a realizar a computadorização global.

No seu livro *La Vie Algorithmique. Critique de la raison numérique* (L'Échappée, 2015), Eric Sadin chama a nossa atenção para uma característica da nossa época: «uma massiva instalação de antenas por toda a parte. É uma época pós-simbólica que emerge no processo histórico da digitalização (...) com o objectivo de transformar cada fragmento do mundo numa demanda de registo e de transmissão de informação. Foi primeiramente na linguagem que esta arquitectura surgiu, em meados da primeira década do século XXI, com a designação de «internet de objectos» (pág. 51). O número de «unidades comunicativas» foi estimado, no período de 2010 a 2012, entre 4 a 15 biliões e «a Ericson prevê que, até 2020, este número seja multiplicado por três» (pág. 53).

Assistimos a uma contínua expansão do fluxo de dados gerados em todo o mundo por indivíduos, empresas e instituições governamentais, objectos, armazenados em milhões de discos duros pessoais ou no seio de *farms* de servidores, cada vez mais numerosas. Este ambiente global confirma «o aprofundamento

cognitivo» que se instaurou, assinalando uma era da «quantificação» de toda a unidade orgânica ou física, ultrapassando o quadro de um conhecimento factual das coisas através de uma avaliação «qualitativa» e constantemente evolutiva das pessoas e das situações.

Esta proliferação contínua e exponencial é conhecida por *Big data*. O duplo vocábulo surgiu em 2008 e logo entrou no *Oxford English Dictionary* com a seguinte definição: «volume de dados demasiado grandes para serem manipulados ou interpretados pelos métodos ou meios usuais». Enunciado que não explica o princípio, mas se focaliza nos limites da possibilidade de gerir um movimento que foge completamente do nosso controle ou excede as nossas faculdades de representação. É também um léxico técnico que constitui um marcador da produção gradual e infinita de dados, pela integração sucessiva de unidades de medida relativas à potência de armazenamento e à dos processadores.

Eric Sadin faz uma compilação lúcida das forças em acção. As observações e reflexões apresentadas traçam o esboço de uma nova condição humana e incitam-nos a questionar a força, cada dia mais totalitária, dos sistemas computacionais.



La Vie algorithmique. Critique de la raison numérique, Eric Sadin L'Échappée Paris, 2015

«A era pós-simbólica inaugura uma nova condição cognitiva capaz de observar a inclinação das coisas e de seguir, local e globalmente, os seus estados indefinidamente evolutivos, assim, formalizando a ambição científica ancestral de acção totalitária e exclusiva do *ratio* humano. Escreve Dominique Janicaud (em *Puissance du Rationnel*, 1985): «A ficção imaginada por Laplace de um demónio onisciente capaz de conhecer no momento a posição e a velocidade de cada elemento constitutivo da natureza física, simboliza o projecto dessa ciência universal, objectiva, perfeitamente determinada e, por fim, fechada» (Op. cit. pág. 55).

Na Disneylândia da Flórida, oferecem aos visitantes braceletes para poderem seguir o percurso e o Mickey chamá-los pelo nome. Este novo tipo de conhecimento e de recolha de dados permite a verificação e a sua memorização. A oferta personalizada já existe.

«Penso que a maioria das pessoas não querem que o Google responda às questões, querem que o Google lhes diga o que devem fazer (...). Sabemos *grosso modo* quem vocês são, o que desejam, quem são os vossos amigos (...). O poder de identificar e propor o objecto de desejo de cada indivíduo, graças à tecnologia, será de tal forma perfeito que vai ser muito difícil para as pessoas ver ou consumir seja o que for, que não tenha sido de uma certa forma talhado à sua

medida.» Propósitos implacáveis proferidos, em tom definitivo ou quase totalitário, em 2010 por Eric Schmidt, à época presidente da administração da Google e que nos fazem hoje assinalar um *distinguo*: já não estamos exactamente a falar de seleccionar e propor um objecto, mas de um controle robotizado da idiosincrasia de cada pessoa» (págs. 141, 142).

Este sistema lembra-nos constantemente das nossas preferências e antecipa as nossas necessidades. «Passamos da idade da vida privada à da vida privatizada». «É também uma nova visão do mundo e da filosofia que se impõe: «um mundo no qual as quantidades compactas de dados e as matemáticas aplicadas substituem todas as outras ferramentas que poderiam ser utilizadas. Fora com todas as teorias sobre os comportamentos humanos, da linguística à sociologia. Esqueçam a taxonomia, a ontologia e a psicologia. Quem é que quer saber porque é que as pessoas fazem o que fazem? O facto é que o fazem e podem delinear e medir com uma precisão sem precedentes. Os números falam por si próprios», escreveu o antigo director da revista *Wired* e empresário Chris Anderson» (pág. 240).

Neste livro, Eric Sadin faz uma compilação lúcida das forças em acção. As observações e reflexões apresentadas traçam o esboço de uma nova condição humana e incitam-nos a questionar a força, cada dia mais totalitária, dos sistemas computacionais.

Por baixo do solo, tudo arde

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

De repente, a sociedade portuguesa parece dividida. A extrema-direita entra no parlamento, em simultâneo com a eleição de três mulheres negras para deputadas. Antes disso, o «caso Jamaica» colocou o racismo policial em cima da mesa e fez grande parte dos racistas saírem da toca, escandalizados, ora para dizer que não há racismo em Portugal, ora para dizer que a polícia devia entrar com tanques de guerra «naqueles bairros» e varrer tudo «porque não se atiram pedras à autoridade e aquilo é uma lixeira». A intenção de construir um «Museu dos Descobrimentos» trouxe, também, a discussão pública do passado colonial português, com um lado da barricada a defender o heroísmo daqueles que só ocuparam novos territórios para fazer novos amigos, e com o outro a recordar a violência de todo o processo, com a escravatura, as violações, a expulsão dos nativos das terras que habitavam. Noutra esfera, mas com igual impacto mediático, Valette, o embaixador do *rap* político e consciente português, enfia o pé na argola e decide «contar apenas uma história» cujo resultado, fosse qual fosse a intenção, é um tratado de sexismo e de legitimação da violência doméstica (refiro-me a *BFF*).

A verdade é que a sociedade portuguesa sempre esteve dividida. Portugal é um país racista, sexista, homofóbico. De tal maneira que durante décadas todas essas «medalhas» conseguiram ficar na sombra, banalizadas e relativizadas, reduzidas a meros *fait-divers* cuja existência só se notava, vagamente, quando aparecia com barulho a empunhar tacos de *baseball* e de soqueiras na mão. A diferença é que muitos daqueles e daquelas a quem foi negada a voz – e eram invisibilizados/as com ordens para se comportarem bem, viverem civilizadamente e andarem vestidos/as condignamente – começaram a irromper, pouco a pouco, na esfera pública. Começou a surgir uma massa crítica que começou a remexer no lixo e a destapar a violência com que um sistema inteiro

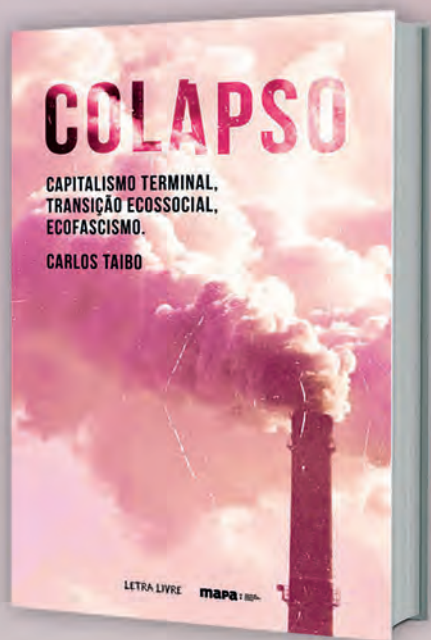
lhes cai em cima quotidianamente. E, inevitavelmente, quando se remexe no lixo, as baratas que nele habitam começam a correr desenfreadamente em todas as direcções. Não há dia em que não surja alguém a agitar o pânico moral do seu mundinho perturbado, assustado com o «politicamente correcto», o «marxismo cultural» e outros espantalhos fantasiosos. É caso para dizer: mil vezes os excessos desse tal «politicamente correcto» do que o silêncio paralisante que reduzia, e reduz, uma parte tão grande da sociedade ao «come e cala». A sociedade portuguesa, como todas as outras, é uma guerra. Essa guerra é, por vezes, silenciosa, outras vezes, ruidosa. Mas a verdade é que, por baixo do solo já tudo arde, há muito tempo.

O caso Valette é «apenas» mais uma parte deste episódio em que as chamadas do subsolo nos começam a queimar os pés. Este ano, em Portugal, segundo os números da comunicação social, são já 30 as vítimas fatais de violência doméstica. No ano de 2018, foram reportados 26432 casos de violência doméstica. É fácil perceber que os números oficiais dificilmente captam a extensão do que arde nesse mesmo subsolo. É neste contexto, e, também, pelo seu estatuto de *rapper* consciente política e socialmente, que se deve entender a dimensão do «caso Valette» («Rap Consciente», é, aliás, o nome de uma das suas últimas músicas). Neste cenário, nenhuma história que remeta para a banalidade desta forma de violência «conta apenas uma história», reclamando uma neutralidade que não existe (há alguma história que exista só por si?), muito menos numa letra em que as duas personagens têm uma espessura digna do maniqueísmo da Disney. Na letra de *BFF*, a mulher

é sempre a «cabra», a «puta, cona alargada, pura insana / encharcada de moralismo sempre armada em puritana»; e o homem a vítima, enganado e usado, com o seu «direito» de posse sobre a mulher violado – «uma vida debitada, dedicada a ti / o esforço que fiz para teres a vida acautelada, (...) quando fui eu que comprei as tuas jóias, as tuas roupas». Como agravante, há antecedentes: o mesmo sexismo e a mesma culpabilização moralista da vítima e ilibação do culpado já aparece na letra de *Colete Amarelo*, numa antecipação de *BFF*, ora lamentando a sina de outro amigo que assassinou «a dama dele» («cobiçar a dama dum tropa é o máximo desrespeito»), ora apontando às damas que comem «manos» e «engravidam só para prender homens» (o homem, nestas «simples histórias», é sempre passivo, coitadinho).

Tal como disse, o estatuto de Valette não é alheio à discussão que se gerou. Não só porque um *rap* que se considerava de intervenção, como o de Valette, faz falta neste mundo em ebulição, mas, especialmente, porque faz falta no presente do *rap* em Portugal, invadido que tem sido por um bando de trogloditas (diria *TRAP*loditas, não quisesse eu evitar a generalização sobre o *Trap*, o estilo que escolheram), cuja rebeldia se resume a reclamar ouro para o pescoço, dinheiro, grandes carros e em tratar as mulheres como objectos descartáveis. *Labels* como a Think Music têm-nos oferecido um desfile de misoginia e materialismo ostentador, em vídeos com milhões de *views*, com artistas como Sippinpurpp, Lonzer Johny, Proffjam, entre outros. Para além de numa boa parte dos casos nos brindarem com mau *Trap*, agridem-nos também com letras cujo sumo a tirar, depois de tudo muito bem espremidinho, não é muito mais do que uma lista de prendas para o pai natal: «eu quero um Lambo[rghini]», «anéis para pôr no meu dedo», «um bom Benz», «quero dinheiro», «quero um AMG Mercedes», «só quero ouro no pescoço» e até o regalo de um retrato do convívio familiar natalício, «eu estou com a minha família a juntar o *cash*». Sem *rap* de intervenção, é para estes cromos que a passadeira fica estendida. E, entretanto, a guerra continua.

O caso Valette é «apenas» mais uma parte deste episódio em que as chamadas do subsolo nos começam a queimar os pés.



Uma edição do Jornal Mapa e da Letra Livre >>

Ainda que o discurso político e mediático atual vire as costas a qualquer debate relativo a um eventual colapso do sistema em que vivemos, essa possibilidade existe.

JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS!

DESCONTO PARA ASSINANTES · PEDIDOS PARA GERAL@JORNALMAPA.PT

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 25
Novembro 2019-Janeiro 2020

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redacção A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz · gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
<https://goo.gl/ZgkQxM>

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, João Vinagre*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*,

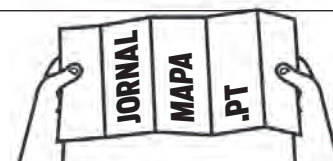
Catarina Leal*, Ana Farias*, korivwíci, Luís Leitão, Jorge Valadas, José Tavares, Júlio do Carmo Gomes, Vladimir, ZNM, Rita Loureiro, João Baía, Albertina, Ana Afonso, Diana Dionísio, Mariana Vieira, Ricardo Ventura, Sónia Gabriel, Tatiana Moutinho, Hans Eickhoff, Guilherme Seródio e Nicholas McNair (Rede para o Decrescimento), Maria Castelo (Rede Galega pelo Decrescimento), Joana Canelas, Luana Noví, Diogo Duarte, Begoña de Bernardo, Tídi, Emma Andreotti, ItsGoingDown.org, Dulce Morado Neves, Maria Freixo,

Margarida Dias, Lia, Emanuele Giacopetti, Colectivo Stop Despejos, André Vizinho.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)
Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt

Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Um futuro partilhado no mundo rural

André Vizinho é um dos responsáveis pelo projecto LIFE Montado que, em duas propriedades públicas, promove um planeamento participativo na adaptação às alterações climáticas da paisagem de montado.



FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Alargar a escala do planeamento para lá dos proprietários e, no espaço físico, não considerar apenas as culturas agrícolas ou silvo-pastoris, conduz-nos a uma perspectiva ampla e diversificada e a uma implícita escala temporal lenta e resiliente. O que contrasta com as opções imediatistas e rentistas da profunda e acelerada transformação da paisagem alentejana pelas monoculturas. Concordas?

De facto, o planeamento da adaptação às alterações climáticas constitui uma oportunidade para repensarmos o presente e o futuro. Ao olhar para a paisagem, temos de ter em mente que temos muitos tipos diferentes de agricultura e floresta, diferentes dimensões de propriedades, presença ou ausência de infra-estruturas de regadio, diferentes condições edafoclimáticas e vários tipos de proprietários – dos que estão presentes a gerir e a trabalhar a terra aos que estão distantes e procuram gerir a sua propriedade pelo *ipad* ou aos que não sabem como ou não têm tempo para a gerir e que por isso a alugam a quem pagar melhor e muitas outras situações...

Pensar de forma participada o futuro da paisagem é, desde logo, um exercício de democracia participativa, pois pressupõe que os proprietários, agricultores e trabalhadores rurais devem gerir a paisagem não apenas com o objectivo de produzir, criar riqueza e gerar emprego, mas também de desempenhar aquilo a que actualmente se chama de serviços de ecossistema e que inclui a prevenção de incêndios, a protecção da biodiversidade, a preservação do equilíbrio do ecossistema e prevenção de pragas e doenças, a manutenção do ciclo da água, a manutenção de um património natural, cultural e histórico, etc.

É portanto absolutamente determinante que consigamos criar uma visão partilhada (e portanto obrigatoriamente participada) para o futuro do território rural das várias regiões do país. Sobre esta visão, vejamos por exemplo a diferença entre a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas para o sector da Agricultura e Florestas e a Estratégia Nacional para a Internacionalização do Agro-alimentar. A primeira tem como visão «salvaguardar a capacidade dos espaços agrícolas e florestais proporcionarem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país, reduzindo a vulnerabilidade às alterações climáticas», enquanto a segunda afirma que «Portugal propõe-se alcançar a auto-suficiência, em valor, no sector agro-alimentar até ao ano 2020». Estas visões podem ser complementares ou absolutamente conflitantes. A visão da auto-suficiência em valor pode significar aumentar as exportações para igualarem o valor das importações, mas fazê-lo às custas dos serviços de ecossistema e da sustentabilidade. Ou pode significar o contrário, uma agricultura de maior qualidade, mais diversificada, mais integrada, com uma maior parte dirigida ao mercado interno e aos circuitos curtos agro-alimentares, reduzindo as importações, obtendo na mesma

a auto-suficiência em valor e conseguindo ir mais além, obtendo também maior segurança ambiental, melhor saúde, melhores ecossistemas, mais e melhor emprego, com melhores condições de trabalho (menos agro-tóxicos) e um conjunto de práticas e investimentos pensados para lidar com o aumento da temperatura e a redução da precipitação que, infelizmente e nos cenários climáticos mais prováveis, nos esperam.

O que achas da argumentação do sector agro-industrial da olivicultura, rebatendo as críticas ambientalistas, pela qual o aumento do olival super-intensivo contribuiu para uma maior captura de carbono?

Numa época em que as alterações climáticas se estão a agravar de forma tão significativa, tendemos por vezes a discutir os problemas ambientais apenas em função das emissões de gases de efeito de estufa. Não tendo eu feito as contas sobre as emissões e balanço de CO₂ equivalente das monoculturas de larga escala de olival, parece-me claro que este não é o seu principal problema ambiental e que devemos olhar para outros aspectos que me parecem bem mais importantes, e são vários.

Em primeiro lugar, as monoculturas de olival intensivo de larga escala aplicam muitos pesticidas e como tal têm um impacto significativo sobre os insectos e as aves à escala da paisagem. Esta mortalidade de insectos e quebra da cadeia alimentar para as aves pode facilmente criar as condições para que um novo ou velho vírus ou bactéria se possa espalhar através da invasão de novas pragas que, por encontrarem um ambiente despido de insectos e aves, se podem facilmente propagar. Diversamente, num ecossistema onde há diversidade de espécies e em que umas se comem às outras, existe uma regulação das pragas.

Devemos portanto, à escala da paisagem, criar limites à expansão das monoculturas. Qual o limite, qual a área que é aceitável, é a pergunta interessante. Para dar a resposta a essa pergunta, poderíamos e deveríamos realizar um estudo de impacto ambiental – mas não só. Idealmente, devemos ponderar os prós e os contras face a uma visão estratégica para o território, que poderia ser desenvolvida de forma participativa e tendo também por base a prossecução dos 17 objectivos do desenvolvimento sustentável, conciliando assim as exportações com a dinamização do mercado interno e da soberania alimentar do país, com a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, da paisagem natural e cultural, da boa integração dos migrantes na região, etc.

Enfim, a questão é como podemos melhorar estas produções para que tenham menor impacto e também qual o valor máximo de hectares que queremos no território e em que localizações. Será que deve ser deixado à iniciativa privada a escolha única desta questão ou existe uma ponderação que deve ser feita para satisfazer a tal visão maior? Parece-me que sim, embora a visão não esteja ainda clara. Por não ter sido criada de forma participativa e integrada, podemos encontrar em diferentes instrumentos estratégicos para o país ou região diferentes orientações contraditórias.

[ENTREVISTA COMPLETA DISPONÍVEL EM JORNALMAPA.PT]

MAPA BORRADO

NEOLIBERAL VEKTOR
KATASTROF

